

Informe econômico

Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI

Ano 12/nº26

novembro/2011

2 Subvertendo o debate

Samuel Costa Filho

17 Mão-de-obra ocupada na extração do pó de carnaúba no nordeste brasileiro entre 1990 e 2009

José Natanael Fontenele de Carvalho, Jaíra Maria Alcobaça Gomes e Vera Lúcia dos Santos Costa

23 Economia Solidária no Piauí: aspectos da produção, comercialização e nível de renda

Solimar Oliveira Lima, Gil Alves Cabral, Jhennyson Robert Ribeiro dos Santos e Maria Jessyea Barros Soares

27 Participação da sociedade civil na elaboração do orçamento público de 2011 do município de Parnaíba-PI

Karoline Galeno dos Santos e Osmar Gomes de Alencar Junior

32 O Ministério Público dos Estados e a implementação das políticas públicas sociais

Luzijones Felipe de Carvalho Façanha e Solimar Oliveira Lima

36 Democracia, participação, controle social e conselhos de saúde: limites e possibilidades

Janaina Mapurunga Bezerra de Miranda e Simone de Jesus

44 A questão árabe-israelense e um outro enfoque: camelo e madeira, máquina e aço

Manoel Ricardo Arraes Filho

48 A nova esquerda socialista

Francisco Farias

50 Resenha: Elucidando Gramsci

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

O objetivo do Informe Econômico é a divulgação e o debate de questões contemporâneas que colaborem para a reflexão e compreensão da realidade econômica, política e social; e sua característica tem sido, indubitavelmente, a pluralidade, que proporciona também a ampliação do conhecimento em diversas áreas.

O artigo de Samuel Costa Filho leva à reflexão sobre a atuação do Estado e do mercado no processo de desenvolvimento da atual crise econômica. José Natanael de Carvalho, Jaíra Maria Gomes e Vera Lucia Costa analisam as oportunidades de ocupação proporcionadas pelo extrativismo da carnaúba no Nordeste para inúmeros trabalhadores rurais pobres no período de 1990 a 2009, enquanto Solimar Lima et al., a produção, comercialização e nível de renda nos estabelecimentos de economia solidária no Piauí, que ainda carecem de apoio de políticas públicas.

Tem-se ainda análises de Karoline dos Santos e Osmar de Araújo Júnior sobre a participação da sociedade civil na elaboração do orçamento público de 2011 do município de Parnaíba (PI) e de Luzijones Façanha e Solimar Lima sobre a diversificada e complexa atuação constitucional dos membros do Ministério Público dos Estados após a Constituição Federal de 1988.

Os limites e possibilidades da democracia, da participação, do controle social e dos conselhos de saúde são abordados por Janaína Miranda e Simone Guimarães. Ricardo Arraes discorre sobre a questão árabe-israelense a partir do “modo de representar, ver e de imaginar” de 13 soldados piauienses e veteranos de outros estados brasileiros que integraram o Batalhão Suez durante a intervenção da ONU na Faixa de Gaza, entre 1957 e 1967, e Francisco Farias questiona as condições estruturais do padrão de política classista no sistema capitalista e como explicar as características programáticas da nova esquerda socialista, no contexto do capitalismo informacional.

A pluralidade ainda é percebida em resenha elaborada por Rodrigo Passos, focando na relevância contemporânea das categorias gramscianas de hegemonia e revolução passiva como perspectiva analítica para a compreensão da economia política global. Boa leitura!

Zilneide O. Ferreira

Economista e mestra em ciência política

SUBVERTENDO O DEBATE

Por Samuel Costa Filho*

Questão da Crise ou Quem é o Pai da Criança

A euforia do início de 2010 foi embora. Os economistas apologistas do sistema capitalista, doutores do trivial liberal, que vivem no século XX pensando com ideias “modernas” do século XIX, voltaram com suas propostas jurássicas, retrógradas, e com a velha cantilena da crise do Estado do Bem-Estar Social e do keynesianismo. Ainda não se deram conta de que, desde 2008, seu “eficiente” paciente, o “Deus Mercado”, está sendo mantido vivo na UTI, sustentado por infiltração de doses homeopáticas e trilionárias de recursos públicos, por meio de política de socialização dos prejuízos, devido à política econômica conservadora de todos os Estados burgueses do mundo desenvolvido. Todavia, a recomendação médica e as medidas adotadas, apenas camuflavam o estado grave em que se encontra o paciente. Nenhuma medida foi realizada para solucionar a questão. Não se atacou a raiz do grave problema que o levou a essa maior crise do sistema capitalista. Assim, a medicação que camuflava o problema está se revelando insuficiente e o organismo, ao se adaptar a este remédio, exige doses maiores, mais do mesmo, e os que defendem os interesses estratégicos do complexo financeiro mundial, não percebem minimamente os estragos e as perversidades do sistema de especulação.

A crise que se iniciou por volta de 2007 no país líder do capitalismo global e que se espalhou rapidamente pela Europa e adjacências parecia dar a impressão aos profissionais de mercado, aos analistas das finanças, a muitos técnicos de análise ortodoxa, aos analistas da turma aficionada por uma planilha, que o pior da crise financeira global havia passado, com os países desenvolvidos reiniciando seu usual processo de recuperação da crise, como é típico desse sistema. Desse modo, novamente, o capitalismo fagueiro mostra-se pujante, com o mercado retornando à linha de crescimento econômico e voltando ao seu ponto de equilíbrio, como advoga a parte “boa” e “científica” que trabalha com a dita “economia moderna”.

O capitalismo pujante e a “eficiente” economia de livre mercado haviam sido salvos pelo gasto do leviatã Estado. No alfabeto da recessão, os ideólogos do sistema, os que afirmam praticar a “verdadeira” ciência econômica, pregavam a vitória do mercado, que haviam superado a perspectiva de crise que anteriormente se apresentava em forma L, U e W. Nos países ditos emergentes, em especial nos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o crescimento se manteve elevado. Inclusive, a economia do Brasil, que nos últimos trinta anos apresentara uma taxa média de crescimento medíocre, logo se recuperou da crise em forma de V. A economia brasileira, rapidamente, mostra sua dinâmica e flexibilidade, e novamente superou o pior da crise, tendo o PIB atingido a marca de mais de 7%, em 2010.

Nessa suposta realidade de superação da crise, eufóricos, os mercados voltaram fortemente a especular e ganhar. Ganharam no período de sucesso do modelo, no início da crise, com o aprofundamento da crise, e continuam a ganhar com um jogo que somente leva ao agravamento das questões econômicas e sociais nos países do mundo rico, que teimam em aplicar as soluções conservadoras e ortodoxas que somente agravam a doença do paciente. É como afirmou Keynes (1983, p. 15):

[...] as características desse caso especial não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos, de modo que os ensinamentos daquela teoria seriam ilusórios e desastroso se tentássemos aplicar as suas conclusões aos fatos da experiência.

Pior é que a era neoliberal representou um aprofundamento do estudo e do ensino da Economia Vulgar. Apologia travestida de ciência. Financiada pelo pessoal das finanças, foi desenvolvida toda uma aparelhagem teórico-ideológica para viabilizar o predomínio desse embuste. Dessa maneira, seus ideólogos, os técnicos das finanças, os “phdezinhos”, foram estimulados a estudar em universidades dos Estados Unidos da América (EUA) e voltaram para os países da periferia do sistema impregnados de ideias neoliberais de quinta categoria, com uso e

abuso da matemática e das últimas teorias da moda, desconsideram que essa economia não trata de capitalismo.

Por ser economia política a abordagem que apresenta a dinâmica do capitalismo como um processo histórico, econômico e social específico, essa “nova” teoria econômica que camufla e desconsidera as questões da história, não possui as mínimas condições de compreender o comportamento do sistema capitalista. Esses “economistas” são operadores do sistema, passando seu precioso tempo tentando se tornar um matemático, entendendo e difundindo modelos e a econometria. Transformaram a economia em um sub-ramo da matemática. Esses arrogantes profissionais do *mainstream* são, como afirmam Delfin Netto e Belluzzo (2011, p. 50) são:

“pequenos matemáticos, metidos a grandes economistas”, ou, segundo a melhor definição de Bresser Pereira (CINTRA; LIRIO, 2010, p. 55): “[...] **Affonso Celso Pastore**, que me parece ser o melhor economista ortodoxo do País, um profissional respeitável. Mas é ortodoxo, o que é sempre um desastre”.

Muitos desses “phdezinhos”, utilizando a expressão de Bresser Pereira, utilizaram, usaram e abusaram da prática do sarcasmo, da desqualificação das outras correntes teóricas alternativas durante as duas últimas décadas. Nos anos 1990, no Brasil, esses economistas tratavam os outros pensamentos em economia como jurássicos, ultrapassados, retrógados, demonstrando arrogância. O prestígio desse pessoal era imenso e estava sempre recebendo bajulação da mídia financeira conservadora nativa. Tudo isso encobria que a quase totalidade desses economistas demonstram possuir uma total falta de conhecimento do funcionamento de uma economia capitalista, além de também apresentar baixa capacidade de leitura da realidade econômica brasileira e, o que é pior, não possuem os requisitos técnicos necessários para saber fazer reflexão crítica a respeito das importantes questões da economia contemporânea, principalmente no momento de crise do capitalismo atual. Todavia, o tom de arrogância desses PhDs apresenta um grau de desproporcionalidade inversamente proporcional ao seu grau de conhecimentos em economia.

A afirmação anterior está documentada em relatório de uma comissão criada nos EUA, objetivando investigar a grande perda de prestígio dos economistas diplomados com PhD nas

América do Norte, presidida pela ex-diretora do FMI Anne Krueger, composta ainda por nomes famosos da ortodoxia, como Robert Lucas, Kenneth Arrow, Olivier Blanchard, no qual concluíram que o seu sistema estava formando PhDs com perfil de *idiot savants*, ou seja, profissional em economia capaz de solucionar métodos sofisticados de matemática, mas sem capacidade de resolver problemas elementares no mundo da economia. O ruim para a sociedade brasileira é que esses PhDs brasileiros formados naquele país, ao retornar ao Brasil, passaram a impor e disseminar como único critério para o adequado desempenho da profissão o uso das suas ideias, em quase todas as faculdades e centros de economia do País, com baixíssimo nível de adequação das ciências econômicas com a realidade econômica, social e política brasileira (SUMMA, 2007).

Acontece que a atividade especulativa do mercado financeiro continuou predominando na lógica do sistema, não somente no mundo, mas também, e principalmente, no Brasil. Somente os diversos *mini-crash* das bolsas ao redor do mundo recentemente e a elevada volatilidade dos mercados serviram para alertar para esse pessoal que o paciente ainda estava doente na UTI. O alerta desse pessoal da matemática é de que os “mercados” parecem estar mergulhando no abismo. Aumentou a volatilidade dos mercados, percebe-se o risco de uma iminente recessão global, e o presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick (CORRÊA, 2011), afirmou que o mundo está em uma nova zona de perigo. Não é difícil constatar que o sistema de capitalismo comandado pelo liberalismo desregulamentado e comandado pelas “mentes brilhantes” da ortodoxia, dos matemáticos, dos analistas financeiros etc., estaria iniciando um novo ciclo recessivo, dada a diminuição do crescimento em nível global.

Desse modo, o processo de desenvolvimento da crise econômica atual tem sido apresentado à população mundial como se tratando de um segundo tempo da crise global; uma crise, principalmente da dívida dos países da Europa, que não dá trégua e continua com reflexos negativos para os principais países desenvolvidos, de modo que o crescimento econômico continua muito lento, o desemprego é elevado e a demanda nunca se recuperou. Nessa ordem, o “Deus Mercado,” em conluio com seus aliados, as três maiores agências de *rating* (Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch Ratings) estão obrigando a diversos países da

Europa a ter de recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), aplicando as fracassadas políticas econômicas de estabilização, que antes eram impostas aos países da América Latina.

Como era de se esperar, nenhuma surpresa. O resultado de todas essas recomendações, semelhante ao acontecido com os países latino-americanos, foi mais recessão, desemprego, elevação do *defícit* da dívida pública, crise social etc., etc. Apenas se repete nos países europeus um velho enredo conhecido de todos os países do continente americano do sul e central. Quem aceitar implementar essas medidas de insanidade econômica, leva de presente um aumento no *defícit* público, explosão nos níveis de desemprego, queda no nível da atividade econômica (recessão elevada), elevação do risco-país e aumento de *default* da dívida pública etc. Nada de novo no *front* para quem estuda economia e não necessita saber de matemática, nem precisa estar atualizado com o que recomenda a atual “nova economia”.

Assim, mesmo após uma forte intervenção salvadora do Estado burguês em favor do sistema financeiro, os mercados não conseguiram se recuperar e as perspectivas positivas logo se deterioraram, mostrando o retumbante fracasso das medidas do **Estado Assistencial para os Ricos**, conforme designação de Bauman (2010). Uma nova onda mundial de intensas e inesperadas novas rodadas de quedas nas bolsas de valores mundo afora voltou a sinalizar como se fosse a volta, o retorno de uma nova crise. Cresceram as dúvidas com respeito do pagamento de dívidas de países dos PIIGS (Grécia, Irlanda, Itália, Portugal, Espanha) na zona do euro. Até o FMI já voltou a falar em nova crise global. O economista Nouriel Roubini (2011), que apresentava um comportamento contra a corrente, contra a manada de “brilhantes financistas”, era por isso denominado pela mídia financeira como “Doutor Catástrofe”, dado que já alertava para o início dessa crise, voltou a advertir que é inevitável uma nova recaída, uma nova recessão.

A crise não havia acabado, como bem sabe qualquer economista com informação mediana em economia política. Acontece que ao perceber que a crise continua, os mercadistas, os “cabeça de planilha” estão com um discurso que vem novamente **subverter os motivos que desencadearam a crise global**. Essa turma de “phdezinhos” vem de novo, “surpresa”, apresentando um discurso de retorno da crise por

culpa das políticas keynesianas, do Estado do Bem-Estar Social, do Estado em favor dos pobres, do Estado populista. Tamanha criatividade. Encobrem que a crise não havia acabado. A crise não havia sido combatida e nem tratada adequadamente. O que ocorreu foi que se usou um remédio que camuflou os efeitos da infecção, prorrogou-se o jogo em que o sistema financeiro sempre ganha. Ganhou na bonança e continua ganhando com a crise.

Na continuação da crise do capitalismo financeiro global, o discurso desse grupo de “cientistas”, dos donos da única verdade em economia, é de retorno, de volta da crise, uma segunda crise global. No alfabeto da recessão, a crise está se desenvolvendo em forma de W. Esses profissionais e ideólogos do mercado novamente procuram apresentar uma análise que objetiva encobrir que foram suas recomendações de liberalização dos mercados, que foi o capitalismo neoliberal, que foi o “eficiente” mercado, que foram sua atuação sistemática em favor do sistema de especulação de mãos livres, de seus estímulos e da pregação em defesa do uso de políticas neoliberais que possibilitaram a ampliação e favoreceram o crescimento da instabilidade, provocando diversas crises em todos os continentes durante as últimas décadas.

Suas “maravilhosas” descobertas e seus “brilhantes” e **novos instrumentos financeiros (derivativos), aumentaram a possibilidade de realizações especulativas**, favorecendo o instinto animal dos rentistas; de maneira que não encontrou limites nos últimos tempos, agravando as crises que são típicas das sociedades regidas pela supremacia das economias de mercado livre, mas que foram exacerbadas e potencializadas pela predominância da dinâmica financeira na economia de mercado.

Os profissionais de mercado e os economistas que tratam da superficialidade econômica estão difundindo a ideia de uma nova crise, da culpa das elevadas dívidas públicas, da falência do Estado do Bem-Estar europeu, das demais políticas e atitudes populistas dos Estados em favor dos pobres, além da histórica ineficiência que somente estas correntes conseguem perceber na atuação do Estado burguês, que, segundo propagam, atua contra e em oposição aos mercados. Para os cientistas do pensamento dominante, mercado e Estado são entidades concorrentes e opostas. O mercado é sempre apresentado como eficiente e o

Estado possui uma ineficiência congênita, que atrapalha o normal funcionamento do sistema capitalista e de sua economia de mercado.

Todavia, como suas análises são ideológicas e apologéticas e o Estado burguês atua em toda parte, esses “cientistas” têm que justificar suas críticas para a questão de “muito” Governo e não do problema do Estado. Apresentam uma abordagem em que o Estado aparece sem vida própria, respondendo passivamente às demandas dos agentes, presa fácil de interesses de classe. Usam um método e uma abordagem que, por sua natureza, apresentam um Estado incapaz de fazer a filtragem dos interesses, destituído de compromissos de classe e de conteúdo.

Nesse estilo positivista, apresenta uma abordagem que se autodetermina “técnica” e “neutra” - seja lá o que isso signifique, deve uma justificativa técnica para a nomeação dos dois últimos presidentes do Banco Central do Brasil (Bacen), Armínio Fraga (empregado e administrador de fundos para o megaspeculador George Soros) e Henrique Meireles (funcionário aposentado do FleetBoston, do qual recebia 750 mil dólares, mesmo ocupando a função de presidente do Bacen). Na verdade, essa “ciência” serve muito bem como grande ideologia para ocultar a dominação social inerente à sociedade capitalista e o relevante papel do Estado em apoio a essa dominação e em favor do capital. Assim, ideologicamente, só acreditam e revelam as falhas de mercado e não do mercado. É assustador e assombroso a insuficiência de instrumental analítico desses arrogantes matemáticos, que não entendem que uma característica básica do Estado capitalista é atender as demandas decorrentes das lutas entre as diversas classes do capital.

Devido à avassaladora hegemonia desse pensamento econômico nas últimas três décadas, foi fácil o domínio e império das políticas neoliberais de ajuste macroeconômico e de reforma do Estado, do famoso “dever de casa” recomendado para os países da periferia do sistema, das diferentes exigências e recomendações a ser seguidas por quem objetivasse o sucesso, para se atingir o desenvolvimento econômico e melhor se posicionar para receber os “virtuosos” investimentos estrangeiros. Em virtude de suas recomendações, que compreendem um diversificado receituário, suas propostas de política econômica sempre se adequavam a cada situação e a cada país que

adotasse essa linha e medidas. Um resumo das principais medidas do “dever de casa” dos “modernos” e “eficientes” profissionais do mercadismo resume-se em poucas palavras: desregulamentação dos mercados de trabalho e financeiro, privatização, abertura do mercado externo e da conta de capital, ou seja, um processo de liberalização subalterna ao sistema capitalista mundial.

As mais diversas recomendações compreendiam medidas de privatização das empresas estatais e dos mais diversos serviços públicos (Privatização); mudança no grau de abrangência e na operação das políticas sociais (de universais, deveriam passar a ser tratadas de formas eficientes e focalizadas); ordenamento institucional para restringir a atuação e as escolhas do Governo no que diz respeito a política de desenvolvimento e medidas antiestatais. O resultado de todas estas recomendações já faz parte da história e é bem conhecido: crises diversas. Lembremos de somente algumas: México, 1985; Rússia, 1987; Tigres Asiáticos, 1988; Brasil, 1999; EUA, 2001; Argentina, 2002; Brasil, 2003, EUA, 2007; Europa, 2008, e a economia do Japão que se encontrava estagnada há muito mais de uma década.

Predominava, no Brasil, o **Manual do Perfeito Economista Imbecil Latino-Americano**, como bem qualificou Luiz Nassif (2011). Trata-se de um grupo composto por economistas ortodoxos, em sua maioria matemáticos, engenheiros de produção, engenheiros de qualquer formação, que, ao entender de matemática, arrogantes e prepotentes, se autodeterminam excelentes economistas, embora de economia não entendam nada. Nada, não. Desculpe, acreditam na economia do papagaio: oferta e demanda. Médico também pode ser. Aliás, o Brasil chegou a ter médico ministro da Fazenda que enriqueceu e chegou a se tornar milionário trabalhando na consultoria econômica, segundo falam as boas línguas. Para mostrar está opera bufa, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a justificar o enriquecimento fácil e rápido deste economista/médico ou desse médico/economista, ao denominá-lo de Pelé da economia.

Esse grupo social disseminou para a população, e com a ajuda da mídia conservadora, um conceito de economia que mais parece um elevador: inflação subiu, dólar caiu, bolsa oscila, o PIB caiu, a taxa de juros necessita subir, a inflação

está perto da meta, numa lenga-lenga de sobe e desce, com a qual a população é estimulada a não entender, não se interessar, não questionar e até desacreditar na chamada economia. Nos informes destes economistas aparece para o grande público informações que não possuem nexos e interesses, não existem ganhadores e somente ocorrem perdedores, quando da ação perdulária e ineficiente do Estado é a favor da classe trabalhadora aposentada ou ematividade. Embora o cidadão sinta que alguma coisa tenha a ver com a sua existência, tudo aparece como uma questão de técnica, de conhecimento profissional qualificado e que somente estes doutores têm condições de opinar, atuar e resolver.

Analises que não incorporam os aspectos políticos e os interesses dos grupos econômicos e sociais de cada sociedade passam a noção do pressuposto de “excelência” de atuação e qualidade técnica, que somente essas “Cabeças de Planilha”, esses mercadistas, declaram possuir, sempre de maneira prepotente diante da sociedade. São os únicos profissionais que realmente entendem de economia, ficando as outras interpretações nesta área restritas a profissionais classificados como não dotados de qualidade técnica apropriada e que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso classificava como dinossauros, jurássicos perfeccionais (NASSIF, 2011).

Ocorre que nada melhor do que tempo, nada melhor do que a história para desmascarar todo tipo de farsa. O tempo atua como senhor da verdade. E com o passar do tempo, a verdade sempre aparece. **A crise do propalado e eficiente mercado, a crise do modelo rentista, a crise do capital fictício, a crise do modo de regulação e dominância do capital financeiro parasitário pôs em xeque todas as argumentações e a propalada eficiência dos mercados.**

Porém, mesmo diante dessa crise avassaladora, crise justamente nos países disseminadores e que difundiam essa apologia para os ingênuos e os incautos que vivem na periferia, países desenvolvidos, justamente os países dos centos do capitalismo mundial, que são os principais ideólogos do capital, a crise se estabeleceu e teima em não acabar. Nessa crise foi ridículo ver nesses países ricos os liberais financistas americanos implorando a urgência do socorro do Estado.

Assim, novamente, a solução foi socializar os prejuízos; foi entregar o Estado aos saques dos piratas do mercado financeiro. A política implementada até agora pelo Estado não objetivou outra solução; apenas transferiu a conta para a sociedade. Financistas não somente solicitaram e conseguiram o apoio do Estado, mas, o que é mais incrível, mantiveram o comando de todo o processo que objetivou salvar o capital financeiro e garantir sua sobrevivência. Em meio a essa grave crise, os Estados burgueses já implementaram programas de resgate do sistema financeiro com gastos trilionários, promovendo, por outro lado, uma política de redução dos gastos públicos que serviam para prover bem-estares públicos.

Dessa forma, diferentemente do discurso apregoado pelos economistas matemáticos, médicos, engenheiros e outros profissionais dessa fauna que ainda domina o discurso na economia, o Estado capitalista apareceu como agente político que garantiu o equilíbrio e a reprodução do sistema capitalista impedindo uma grave depressão, mantendo o paciente vivo na UTI, por meio de infiltrações elevadas de muito dinheiro público; trabalhou para a recuperação e triunfo do capital financeiro, mesmo que à custa e com o sacrifício da população; e mostrando-se por demais eficiente quando se trata de salvar o capital, mesmo que nessa situação pareça cada vez mais ineficiente do que nunca.

Assim, a verdade que se revela é que o Estado capitalista apresenta um papel que tem determinação histórica. Dependendo do contexto e da necessidade do capital, o Estado apresenta uma linha e uma atuação. Sua essência se revela em momentos em que o mercado se torna incapaz e mostra ser instável e ineficiente. O Estado assume o seu papel e traz para o seu interior o processo de regulação dos conflitos entre classes e suas frações, além de procurar trazer de volta a dinâmica virtuosa perdida pelo capital. Assim, no capitalismo, o Estado atua com uma relativa autonomia. Autonomia essa que é apresentada pela ortodoxia como se ele pairasse acima das classes.

O Estado no capitalismo atua sobre e no “fio da navalha”. Deve ser o elemento que viabiliza o processo de acumulação de capital, ao assegurar a valorização do capital, não somente com investimentos em capital fixo, mas também e até na área social. Ao reduzir o custo da reprodução da força de trabalho, favorece a reprodução capitalista,

viabilizando também a adequada e melhor oferta e formação do capital humano, para fornecê-lo gratuitamente ao capital. Essa mão de obra melhor qualificada será útil para elevar a produtividade do capital. Acontece que esse mesmo Estado, em uma sociedade democrática, necessita ser eleito pelo povo, necessita da aprovação do cidadão. Ao necessitar do voto, ele viabiliza ações de legitimação perante à sociedade, construindo e obtendo consenso e apoio das diversas classes sociais e suas frações.

É norma do Estado capitalista procurar acomodar as demandas da sociedade sem pôr em risco seus alicerces e que viabilizam os lucros do capital. Assim, sua atuação para reduzir as desigualdades e o número de excluídos faz parte das medidas de legitimação. Estas medidas ocorrem de maneira específica, diferenciada, dependendo de cada contexto e realidade histórica concreta. São determinadas pelas necessidades e pelos objetivos de cada realidade histórica específica, ou seja, de cada país, na procura por defender e garantir o processo de reprodução do capital.

Na crise iniciada em 2007/2008, a solução apresentada pelo Estado foi sempre paliativa e o problema real ficou longe de ser resolvido. Todas as medidas adotadas apenas adiaram a hora da verdade. Desse modo, o processo e a história da crise está muito longe da sua conclusão. **Todas as medidas adotadas se restringem a seguir a linha de aplicar “mais do mesmo”, ou seja, salvar o mercado financeiro e adiaram a solução do problema**, pois acaba estimulando o prosseguimento do modelo financeiro rentista. **Essas medidas estão bastante distantes das raízes do problema** (cf. BAUMAN, 2010).

Os países da Europa e os EUA decidiram pela política de salvação dos bancos e dos banqueiros em risco de quebra por causa dos derivativos e dos empréstimos emitidos, das ações fraudulentas desses empreendedores sem escrúpulos, que conseguiram inclusive transformar a crise financeira em crise de dívida. Foi potencializada a política do Estado assistencial para os ricos, que mostrou que a relação normal entre o mercado e o Estado é de cumplicidade. Diferentemente da posição dos “cientistas” da economia, **as políticas de cooperação entre mercado e Estado fazem parte das cláusulas e das regras pétreas do capitalismo**, não importa se o Estado é “democrático”, ou se se tratar de um Estado

“ditatorial”, sua atuação objetiva atender aos interesses do capital nas suas mais diversas formas, ou seja, permitir e garantir a segurança e longevidade do domínio do “Deus Mercado”.

Subvertendo o Debate ou Relegando a Paternidade

O domínio atual do capital financeiro apreço como um demônio que vem devorando as economias e os governos dos principais países desenvolvidos. Nesse processo, é assustadora a falta de resistência e a atitude de ausência de ações para enfrentá-lo. A atual crise expôs para a população em geral que essa crise é de dominância do setor financeiro. Desse modo, impõe-se a necessidade de uma revisão desse modelo de desenvolvimento e de acumulação capitalista que **privilegia os parasitas e os piratas do mercado financeiro** (cf. FATTORELLI, 2011).

A revolta que tem ocorrido em diferentes países revela a indignação contra o privilégio e a corrupção em favor dos piratas do mercado financeiro. A população europeia já percebeu o saque ao Estado, que faz minguar os recursos para previdência, educação, saúde, como sendo os verdadeiros motivos do suposto fracasso do Estado do Bem-Estar Social. A revolta dos “indignados” na Grécia, na Inglaterra, na Espanha, mostra que os europeus estão descontentes não somente com a proposta social e econômica neoliberal do Tratado de Maastricht, mas, sobretudo, com as consequências da crise e com a atitude de seus governos de levar todo o custo para população, que, ao compreenderem o que está ocorrendo, não aceitam assumir os ônus decorrentes das falcaturas e estripulias dos mercados, com o apoio “científico” das recomendações do receituário liberal.

Essa foi a atitude dos Irlandeses que, em revolta e contra as medidas do Estado, não permitiram o pagamento dessas dívidas, desse prêmio ao capital financeiro, de modo que não permitiram que esses parasitas continuassem ganhando muito mais dinheiro. Capital financeiro que já ganhou bastante na fase de prosperidade e que viabilizou e continua ganhando na época de crise, transferindo os prejuízos para a sociedade e por meio dos Estados. Capital financeiro que não está disposto a mudar este modelo que já deu provas que se exauriu. Os europeus estão chegando à conclusão de que os 30 anos de domínio do liberalismo implicaram retrocesso social

e político, aumento das desigualdades e baixas taxas de crescimento econômico. A situação não está pior devido à histórica defesa do Estado do Bem-Estar Social em alguns países do continente europeu (CASTELLS, 2011).

Desde o início da crise, a política do **Estado assistencial para os ricos ao redor do mundo levou a que os governos já desperdiçassem US\$ 12,4 trilhões, com um discurso de incentivar suas economias**, mas que na verdade atendia apenas ao capital financeiro, limpando os estragos provocados pelos **grandes bancos globais**. Não é surpresa que, nesses três anos de crise financeira global, essas **instituições financeiras tenham lucrado US\$ 42 bilhões e os países somente se afundam em dívidas**. O escândalo maior é que a política de pagamento de bônus aos picaretas denominados de “mentes brilhantes” já retornou, com os grandes executivos de Wall Street recebendo prêmios, como o acintoso caso de um pagamento que atingiu o valor de US\$ 23,3 milhões (BÔAS, 2011).

Nesta realidade, segundo os dados do FMI, a dívida bruta dos países do grupo dos sete países mais ricos do mundo cresceu de US\$ 35,3 trilhões em 2009 para US\$ 41,26 trilhões em 2011, apresentando um formidável aumento de 16,7%. Por outro lado, neste mesmo período, o PIB desse grupo de países, denominados pomposamente de G7, somente avançou 1,36%. Não é difícil de constatar que, com essa **política de Estado assistencial para os ricos, o endividamento público** desses países passou a representar **118,2% do PIB** (BÔAS, 2011).

Não contentes com tamanha boa vontade dos governos, os mercados arrogantes tentaram até intimidar o governo americano. A Standard & Poor's, atendendo à agenda política do setor financeiro, rebaixou a nota dos títulos do governo dos EUA, alegando possível dificuldade futura no pagamento da dívida americana. Acontece, e que todo economista de segunda categoria devia saber, que os EUA pagam dívidas em sua própria moeda. Por “sorte”, o dólar ainda pertence aos americanos. São as autoridades monetárias dos EUA que controlam a criação da sua moeda. Dessa forma, somente um ingênuo, um lunático, iria acreditar que um país, um indivíduo ou qualquer entidade que tem o poder de emitir a moeda com que pode pagar os seus passivos vai algum dia ser idiota de dar algum calote. O certo é que nunca houve chance dos EUA aplicarem um calote, conforme quiseram

sugerir os medíocres funcionários da Standard & Poor's (STIGLITZ, 2011).

O certo é que **todas as medidas adotadas não tinham e nem têm a menor condição de debelar a crise, ela prossegue**. Acrescente-se ainda que, em virtude das recomendações adotadas pelos países com problemas de dívida estarem assentadas nas péssimas medidas do receituário do FMI, **a crise, não somente continua, mas voltou com mais força**, mostrando a face perversa do capital financeiro. Nessa realidade, os arrogantes mercadistas somente sabem falar em cortar dívidas de governos. Somente apresentamos raciocínio simplista de arrocho fiscal; pregamos corte dos gastos públicos, redução do *deficit* público, medidas que, se aplicadas por qualquer país, levam a mais recessão, reduzem ainda mais qualquer perspectiva de crescimento e agravam o risco de insolvência (FREIRE, 2011a).

Em oposição, para entender a crise, a análise econômica deve antecipadamente rejeitar o senso comum da análise teórica conservadora e “científica”. Um economista profissional deve estar capacitado para entender o que ocorre no mundo em que vive. E o mundo no qual está inserido é o mundo do capital. É uma realidade social e história específica em constante processo de mutação. É uma contradição em processo. É uma realidade que muito diferente das leis universais apregoadas pelos economistas das planilhas e que se diferencia a todos os momentos. Econometrista ou não, o economista tem o dever de saber que a economia é uma ciência social unificada, onde a economia, a história, a política, as ciências sociais, a psicologia, a geografia, a antropologia, a ideologia são elementos importantes e fundamentais para entendimento e atuação na realidade.

Entretanto, os economistas do *mainstream* acreditam construir uma ciência regida por leis naturais, que governam o mundo econômico, gerando harmonia se não sofrer a intervenção sempre inadequada do Estado. Quando a crise emergiu em 2007, essa “igreja” de doutores da chamada ciência econômica ficou atônita e não possuía justificativa para tal situação. A supressa foi geral nesse grupo de “cientistas”; afinal, a conjuntura econômica favorável por que passava o capitalismo, e em especial a dinâmica do crescimento da economia dos Estados Unidos da América, era atribuída ao sucesso da economia de

livre-mercado e à aplicação das recomendações dessa corrente da economia. Era plena a tranquilidade e o próximo futuro, brilhante - previsto pelos economistas que fazem parte do consenso no *mainstream*.

Todavia, ocorreu a crise. Em virtude de o capitalismo ser um sistema pujante e dinâmico, ele não fica inerte. Ao movimentar-se, pareceu recuperado do problema. Ocorre que, no processo de desenvolvimento da crise que não havia sido resolvida e continuava viva, deu a entender para esses economistas ortodoxos que a crise estava de volta, uma nova recaída, um chamado segundo tempo da crise. É abundante esse tipo de análise no discurso da *intelligentzia* mercadista na mídia mundial. Todo um processo articulado tem sido usado para subverter e justificar uma nova crise de capital decorrente das dívidas dos Estados, principalmente na Europa.

Por intermédio de diferentes discursos, os mercadistas corrompem e desvirtuam, criando explicações para a crise em defesa dos “eficientes” mercados e em favor do capital financeiro. Procuram tirar dos ombros a responsabilidade dos profissionais do mercado, dos analistas financeiros, dos economistas matemáticos, dos engenheiros de todos os tipos pelas dificuldades, pelo fracasso da opção recomendada por estes profissionais e que levou e potencializou esse caos econômico. Esse povo procura se eximir da culpa, das falhas. Descarada e cinicamente, esse pessoal tenta colocar a culpa da origem, desenvolvimento e prosseguimento da crise na atuação do Estado. Embora eles tenham razão em um ponto, **o estado tem culpa por não atacar a raiz do problema e não tentar viabilizar a sua solução definitiva.** Todavia, foi o modelo de acumulação financeiro rentista que mostrou ser um fracasso retumbante e de uma decadência moral.

A crise econômica, que parecia acenar com mudanças e fim do domínio liberalismo, trazendo de volta ações do Estado com políticas macroeconômicas objetivando o crescimento do emprego, da economia e até por meio de políticas de desenvolvimento econômico, não saiu do papel ou do discurso dos keynesianos. Os interesses do capital financeiro, associados com o domínio da mídia, de uma mídia conservadora, reacionária e medíocre, respaldada pelos analistas de mercado, não perderam tempo e oportunidade e **estão a inverter o ponto de vista sobre a questão da crise.**

Revelando uma atitude de grande desfaçatez, os profissionais ligados aos interesses do mercado financeiro, os profissionais do *mainstream* de todo tipo de formação, ou seja, economistas ortodoxos, engenheiros, matemáticos, engenheiro de produção etc., procuram apresentar uma análise dos estragos causados pela crise de 2008, que centra a culpa no Estado do Bem-Estar Social, nas políticas keynesianas, nas políticas populistas dos Estados, que, em seu ponto de vista, nunca são a melhor solução. **A subversão do debate na apresentação da crise fiscal é acintosa.** Afirmam que esta dívida é decorrente de má administração de recursos públicos, da ineficiência do Estado, quando, na verdade, o Estado atuou pesadamente em favor e a serviço do capital financeiro na fase de construção de toda prosperidade do ciclo e ainda está a serviço do capital financeiro para salva-lo do desastre neste momento de inversão e de deterioração do modelo rentista.

Mesmo assim, propositalmente os mercadistas continuam nesse momento a cantilena e a insistente pregação de cortes na dívida dos governos. Qualquer keynesiano de quinta categoria sabe que essa medida somente provoca mais recessão; recessão econômica que significa menor receita para que o Estado possa obter recurso e pagar suas despesas orçamentárias e a sua dívida. A aplicação dessas medidas levará a sacrifícios inúteis e fará a dívida tender a crescer, agravando os efeitos perversos e aprofundando a crise.

Novamente, esse grupo de profissionais continuou a apresentar, com apoio da mídia conservadora, um discurso totalmente deslocado da realidade, bem típico do senso comum. Todavia, como é um discurso de generalidades, o que é bem a sua prática, rapidamente consegue ser absorvido e recebe o apoio de qualquer indivíduo medianamente instruído e inteligente, como é a base da classe média em qualquer país. Assim, o discurso do mercado financeiro logo voltou a predominar na discussão e no debate, mesmo que seja uma recomendação inadequada, uma questão deturpada do motivo e da causa do problema.

Acontece o desenvolvimento de um processo que subverte, corrompe e se desvia da raiz do problema atual por que passa a sociedade capitalista.

A título de exemplo, apresento algumas dessas pérolas do consenso conservador financeiro, iniciando com a explicação de Anders Aslund,

economista sênior do Peterson Institute, um *think tanks* considerado “apartidário” pela imprensa americana e um órgão “neutro” pelo Congresso dos EUA. Para este economista, a crise decorre das dívidas soberanas, devido às políticas populistas e social-democratas dos governos da Europa. A crise representa a falência do pensamento keynesianismo (BELLUZZO, 2011).

Vejam só, esta iminência apartidária e neutra, que nem um sociólogo conservador como Émile Durkheim acredita existir, muito menos se considerarmos que estamos tratando de uma sociedade capitalista, parece não saber nem onde está a raiz do problema; reproduz a secular obsessão dos ridículos conservadores americanos, hoje comandadas pelos retrógados do Tea Party, ou seja, o problema está sempre no vício populista dos governos social-democratas do pós-guerra.

Outra explicação das mais brilhantes é apresentada pelo engenheiro de produção Ricardo Gallo (2011). Trata-se de um “especialista” do mercado financeiro e, conforme ele próprio afirma em seu *blog* no IG, foi funcionário do BankBoston por 19 anos, participou ainda do conselho da Bolsa Mercantil & Futuros (BMF), sendo atualmente executivo da JSI Investimentos e sócio da Gallo Investments. Esse profissional do mercado financeiro, em seu *blog*, realiza uma explicação da crise sob o nome **Tolerância Irresponsável a um Intervencionismo Desesperado**.

Segundo o “consultor” das finanças Ricardo Gallo a culpa foi dos políticos. Os políticos deixaram a bolha crescer livremente; foram tolerantes na política e com complacência irresponsável por permitirem a formação de uma bolha. Essa bolha não foi controlada nem combatida pelo Estado. O problema da bolha não foi controlado pelos governos e muito menos resolvido. Assim, quando ocorreu a implosão da bolha, os Estados mudaram de atitude, passando a ser inocentados da sua cumplicidade nesse processo, adotando uma atitude oposta ao da tolerância e cumplicidade, com uma ação de forte frenesi intervencionista (GALLO, 2011). Esse profissional do mercado esqueceu-se de falar dos 30 anos de neoliberalismo que desmoralizavam e demonizam as explicações e atuação do Estado na economia. Também, não tratou do jogo desse interesses dos rentistas e domínio do capital financeiro.

Ricardo Gallo não trata do desenvolvimento do manancial teórico, por economistas ortodoxos

estimulados e regamente pagos pelo mercado, para desenvolver teorias supostamente “científicas”, objetivando justificar a livre atuação das finanças ao redor do mundo. O papel e a atuação da teoria dos mercados “eficientes”, antes e depois do início da crise, onde foram parar? E a bandalheira das finanças desregulamentadas? E a política dos governos que o dinheiro do mercado financeiro comprou, ao financiar pesadamente as eleições e as urnas?

Será que Ricardo Gallo não lembra que foi o Goldman Sachs que estimulou, assessorou e ajudou um governo conservador grego (antissocial) a usar uma política de para esconder o *deficit*? Déficit este fruto da política liberal que advoga pela constante redução da carga tributária para as empresas, isenções fiscais para as aplicações financeiras e para as camadas mais ricas. Não esquecendo os enormes gastos com a compra de armamentos da Alemanha e da França realizada pelo governo grego, além do gasto inútil que representa hoje a promoção de um evento que foi a Olimpíada. Esses são muitos dos eventos que o mercado financeiro atuou e que o arrogante analista financeiro, por viver em outra realidade, não no capitalismo hodierno, faz de conta que não existiu. Apresenta uma crise que nada tem a ver com a dinâmica do capital financeiro atual. O culpado são os políticos e o Estado, por não tomar conta da bolha. E a propalada eficiência do mercado, onde foi parar?

O ex-presidente do Bacen Gustavo Franco é outro componente do *mainstream*, composto de um grupo social que combina teorias ditas modernas com um primitivismo ideológico rotundo, que também chega à “feliz” conclusão de que a crise nada tem a ver com o neoliberalismo e com os mercados financeiros. Segundo Franco, foram os governos mal comportados que provocaram a crise. Franco afirma que foi a exaustão fiscal global a origem da turbulência. Trata-se de uma análise que revela um desconhecimento sem tamanho de economia. Não acredito. Representam apenas a face tupiniquim de servidão aos interesses financeiros, aos interesses externos; faz parte do discurso da trupe de liberal-carioca que se satisfazem e ganharam fama como economistas respeitados, excelentes profissionais defendendo política em defesa da modernização financeira da economia brasileira. Trata-se, portanto, de um economista que participa de um grupo que prefere a atitude servil de atender aos interesses dos

“tubarões” de Wall Street, do capital financeiro e da city de Londres (BARBOSA, 2011).

Diante do retumbante fracasso das políticas neoliberais, da grave crise provocada pelo capital financeiro, de todos os erros das recomendações das propostas da teoria ortodoxa, inclusive as do próprio Gustavo Franco, quando à frente do Bacen, que mostrou não ter revelado brilhantismo nas funções no serviço público, principalmente na adoção de uma política cambial inconsequente. Mas Franco (2011, n.p. tem o desprante de afirmar em entrevista ao jornal Folha de São Paulo:

Não vejo bolha nenhuma, muito menos fracasso neoliberal. É preciso olhar a situação com frieza, sem preconceitos ideológicos: o que estamos vivendo é o esgotamento do crescimento do Estado nas grandes democracias ocidentais, e mais o Japão, onde os níveis de endividamento público ultrapassaram medidas habitualmente aceitas de responsabilidade fiscal. O mal-estar é causado pelo fato de que há déficits e dívidas enormes. Os gastos públicos têm que cair.

Gustavo Franco, com certeza, não desconhece o papel das políticas neoliberais, que, a pretexto de reduzir o papel do Estado, impulsionou os *deficits* e as dívidas públicas com gastos antissociais e via juros exorbitantes. Dívida que, hoje, tornou-se insustentável para diferentes países ricos da Europa; não desconhece a imprudência das alavancagens nas aplicações financeiras e das irresponsabilidades das inovações financeiras engendradas pelos gênios das finanças. Ocorre que esses liberais brasileiros, embora vivam no século XXI, apresentam uma visão teórica e de mundo como se se tratasse do século XIX.

Mesmo diante do derretimento do mundo liberal em toda parte do globo, e em especial nos países que mais aderiram às suas exigências, Gustavo Franco e seus pares, os componentes da mais fina flor da *intelligentia* do capital financeiro brasileiro, a aristocracia econômica carioca, os maiores expoentes do pensamento econômico do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) reuniram-se em São Paulo, na sede do Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) para contar os fatos do mundo real, propor continuar a receita do mais do mesmo. Os economistas tucanos componentes do *think tank* do neoliberalismo tupiniquim Casa das Garças, André Lara Rezende (que trabalhou no Banco de Investimentos Garantia, no Unibanco, e foi sócio fundador do Banco Matrix, administra a fortuna dos endinheirados), Edmar Bacha (do Banco Itaú Holding Financeira, que se chama

Banco Itaú BBA), Gustavo Franco (Rio Brava Investimentos), Pedro Malan (presidente do conselho de administração do Unibanco e Blobez-Ponto Frio) e Pérsio Arida (sócio de Daniel Dantas no banco Opportunity) tiveram ainda a coragem de continuar pregando o receituário de um modelo que está em estado falimentar em toda parte do mundo. É verdade.

Em seminário no iFCH, esse grupo recomendou diversas medidas de liberalização e privatização no Brasil e de maior inserção no mercado financeiro internacional. Segundo esse grupo especializado em ganhar dinheiro e enriquecer com facilidade, as medidas de políticas para o Brasil completar sua transição rumo à modernidade depende de política de privatização ampla, geral e irrestrita (FREIRE, 2011b). Em essência, esse grupo de economistas que enriqueceu usando o capital financeiro tupiniqui e o Estado brasileiro em proveito próprio (NASSIF, 2007) queria elevar o grau de abertura e dependência do Brasil em relação ao capital financeiro internacional, ao ponto de pregar a liberalização total da conta capital. Esta turma vem com seu desgastado e moribundo “dever de casa”, que propõe: primeiro, a necessidade de redução de gasto público e da carga tributária brasileira; segundo, privatização geral e irrestrita.

Nessa linha, como primeiro ponto, e conforme resumiu Freire (2011b, n.p.), trata-se das seguintes propostas:

- 1) da limitação legal da despesa pública (ideia de Malan);
- 2) de equilíbrio orçamentário que dê conta não só do déficit anual (2,2% do PIB) mas ainda da monstruosa rolagem da dívida que deveria ser amortizada anualmente (17% do PIB. Ideia de Franco);
- 3) de reforma fiscal-constitucional que reconhecesse a ilusão de que poderemos ter um “welfare state” europeu (Malan e Franco).

Ainda segundo Vinicius Torres Freire (2011b), no segundo aspecto, esses economistas propuseram nova rodada de privatização. Privatização não somente das empresas restantes e da infraestrutura de serviços públicos, mas tiveram o desprante de propor, em defesa e no interesse do capital financeiro internacional, uma medida que significa “privatização” das reservas internacionais do Brasil, a ponto da abdicação de realizar políticas de Estado, como as políticas monetária, cambial e de comércio exterior. Semelhante à implantação do Plano Real, estão a defender políticas em benefício

próprio e que servirão para elevar o seu grau de enriquecimento; uma política de liberdade geral para manter moeda no exterior, com um processo de abertura da fronteira final das finanças no Brasil (ideias de Franco e Arida).

Entretanto, convém lembrar que todos estes profissionais são executivos bem-sucedidos no mercado financeiro. Ocorre que, nos anos 1990, todos os componentes dessa turma tiveram passagem no governo de Fernando Henrique Cardoso, ocupando cargos nos mais altos escalões do setor público brasileiro, construindo as próprias regras de flexibilização, de abertura e de subordinação da economia à lógica do capital financeiro, que potencializou seus próprios negócios, de todos os que participavam desse grupo, multiplicando as suas fortunas (PINHEIRO, 2007). O livro de Luiz Nassif (2007) é uma excelente mostra de como ocorreu esse processo, como o caso emblemático de André Lara Resende, que criou o Banco Matriz, de modo a ganhar dinheiro ao atuar ao mesmo tempo como operador de mercado e definindo as próprias políticas monetárias e cambiais do País. Resultado: tornou-se milionário. Vejam bem o histórico dessa trupe: os liberais brasileiros.

Os liberais brasileiros, embora vivam no século XXI, apresentam uma visão teórica e de mundo como se tratasse do século XIX. Acredito e tenho certeza que não desconhecem as obras de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Celso Furtado sobre a questão do desenvolvimento e dos dilemas da construção do Brasil; também são conhecedores das recomendações de John M. Keynes sobre o que significa ser um economista. Ocorre que o lema do jogo e a ética desse pessoal das finanças é sempre vencer ou vencer, dar-se bem na vida e ter sucesso.

Esse processo de subversão do discurso da direita, dos conservadores, do retorno das recomendações e do discurso liberal é um fenômeno mundial. Na América, não ocorre somente no Brasil. Diante das revoltas dos estudantes no Chile, Louzano e Elacqua (2011) conseguiram escrever um artigo com o absurdo de afirmar que a revolta dos estudantes chilenos decorre e é fruto do sucesso do sistema de educação do Chile. Segundo os dois autores, a revolta se deve ao motivo de o Chile ser vítima de seu próprio sucesso; foi o resultado das virtudes das reformas liberais na educação básica.

Todavia, no corpo do próprio artigo em que

afirmam tamanho absurdo e disparate, pode-se encontrar claramente os verdadeiros motivos da revolta dos estudantes no Chile: o fracasso do modelo neoliberal chileno e a sua recusa em tornar a educação um direito do cidadão e dever do Estado. As famílias chilenas estão bastante endividadas, chegando muitas a ter que vender propriedades, casas para tentar manter seus filhos nas universidades privadas. Desse modo, a bem da verdade, os motivos da revolta dos estudantes chilenos, e que conta com amplo apoio da população, dos professores e da opinião pública, são as exigências de mudanças profundas neste sistema educacional injusto; e o atual governo acumula recordes de desaprovação (ANTUNES, 2011).

O problema do modelo chileno é consequência dos seguintes fatos:

- a) reivindicações pelo direito a ter educação pública universal. No ensino de nível superior, é constituído de faculdades privadas;
- b) o Estado não fiscaliza essas universidades privadas, impedidas por lei de ter lucro - um enorme contrassenso em uma ordem capitalista;
- c) essas entidades privadas não garantem educação de qualidade;
- d) dado o aumento da pobreza e do número de pessoas mais pobres estudando (sete de cada dez estudantes), muitos se encontram em dificuldades para pagar as mensalidades;
- e) na sociedade chilena é reduzido o número de bolsas de estudos;
- f) as taxas de juros de financiamento do crédito educativo são altas;
- g) assim, não é surpresa o elevado comprometimento de importante parte da renda por parte dos alunos ou de suas famílias no pagamento dos financiamentos estudantis;
- h) esse pagamento da dívida apresenta um nível de inadimplência de mais de 40%.

Em resumo, todas as justificativas e a subversão do debate pelos ideólogos ligados ao mercado financeiro isentam a economia de mercado, o capitalismo financeiro e as estripulias dos piratas do mercado financeiro pela desordem de crise global. São economistas, matemáticos, ortodoxos, até ministro da Fazenda médico, que justificam suas atitudes com a propalada racionalidade econômica e a existência de uma ciência de análise neutra e técnica.

Todavia, convém perguntar:

a) e as patologias do sistema? E o funcionamento do capitalismo em sua fase financeiro-rentista?

b) Não existe papel e culpa dos bancos e do mercado financeiro pela crise?

c) a política dos bancos privados que incentivaram à população em geral e aos governos a viverem de crédito, tomando dinheiro emprestado? E a criação dos artifícios de derivativos ilegais e fraudulentos?

d) onde foi parar a questão da política de salvamento dos bancos falidos?

e) qual o motivo do profundo silêncio sobre as medidas de redução de imposto das pessoas milionárias, dos superricos, nas últimas décadas, além, e principalmente, sobre as isenções dos impostos sobre as aplicações financeiras?

f) qual o motivo de escamotear a corriqueira prática política de manipulação do risco-país realizada pelas agências de *rating*, que acabaram aumentando o saque sobre os países endividados e, na Europa, empurrou para o FMI e elevando a crise?

g) e a questão do Estado assistencial para os ricos, que elevou o gasto público em trilhões, em apenas três anos? Esse auxílio aos ricos que jamais teve sua racionalidade questionada, na crise atual, voltou com uma benevolência como não se fazia há muito tempo;

h) qual a explicação dos porquês das medidas de socorro que somente apresentaram o propósito de dar continuidade ao próprio jogo do capital financeiro, não se preocupando com quem perdeu seu emprego, com quem perdeu suas casas?

As respostas a estas questões também estão ausentes em todas as análises dos profissionais de mercado. A história do capitalismo demonstra existir uma cooperação entre o Estado e o livre-mercado. O Estado, seja ditatorial ou democrático, é um Estado do capital, forte aliado do mercado; sua atuação prima e segue a regra de viabilizar as atividades do sistema capitalista e do mercado. Conflitos entre eles, quando existem, são exceção. O Estado do Bem-Estar Social foi um excelente investimento para o capital em uma época específica da história. Neste momento, o Estado do Bem-Estar não é mais útil. Serviu para elevar a rentabilidade do capital e cuidar da formação e redução do custo da força de trabalho para o bem do capital, em determinada época da história. Hoje, com o domínio e predominância do capital financeiro, o sistema objetiva estimular o consumo

via crédito, estimulando os consumidores a viverem endividados, e o Estado é um excelente ente para ser levado a se endividar junto ao capital financeiro. Consumidores e o Estado liberal que permanecem viciados no crédito, arcando com o custo de financiamentos elevados, pagando juros para os piratas das finanças (BAUMAN, 2010).

Resumo da Ópera e a Ajuda dos Escudeiros

É consenso que o estudo e o conhecimento da ortodoxia nunca apresentaram, serviram ou tiveram como base explicar e revelar o mundo econômico real. Seu estudo representam os interesses do capital; usa e abusa de modelos abstratos descolados da realidade econômica e, principalmente, das questões sociais. Nessa perspectiva, não objetiva, nem minimamente, alterar o funcionamento da sociedade e do sistema; representam a defesa do *status quo*, e usa a técnica para operar o curso dos acontecimentos em prol do funcionamento do capital.

As muitas palavras sobre a Grande Depressão, o que foi escrito a respeito da longa crise japonesa, de nada serviram e nada foi aprendido pelos analistas ortodoxos. Na crise, os estímulos recomendados e aplicados foram em defesa dos muito ricos. Os banqueiros não foram forçados a arcar com os prejuízos. Até hoje os principais líderes somente tentam ocultar as fraquezas de suas economias. Porém, os problemas emergiram e impera a percepção de que as coisas vão piorar, não importa o que seja feito. Assim, uma longa crise ainda parece um cenário otimista (STIGLITZ, 2011).

No auge do neoliberalismo, nos anos 1980-1990 e até meados de 2000, as agências de risco passaram a figurar como uma espécie de mensageiras divinas, estando sempre acima da Constituição dos países, das leis, da ordem e das questões da democracia. O neoliberalismo, como ideologia, uniu a turma rentista e o pessoal da tecnoburocracia, constituída por jovens gananciosos que foram estimulados a aderir aos encantos da área financeira; uma tropa de choque formada por PhDs, MBAs formados nos EUA. Esse pessoal passou a criar diversos mecanismos de inovações financeiras, ariscados e improdutivos, permitindo ao setor rentista dominar a dinâmica do capitalismo, obtendo rendimentos elevados. Como se vê, não foi por acaso que todos esses anos de predomínio do neoliberalismo redundaram nesse grande desastre, pois transformou a dinâmica

econômica do capitalista em uma atividade de “cassino”. A economia ortodoxa atuou e dominou o debate em economia, camuflando, prejudicando e desestimulando uma visão crítica da sociedade ou de quem se atrevesse entender as questões da vida econômica. Sua atitude arrogante desqualificava as visões alternativas ou qualquer profissional que não usasse uma análise que se enquadrasse no seu discurso retrógrado.

Assim, não foi surpresa o vexame desse pessoal do mercado financeiro. O vexame da empresa de *rating* Standard & Poor's, quando rebaixou a nota de crédito do governo dos EUA, é um exemplo. Logo a seguir à nota de rebaixamento do grau de classificação de risco, ocorreu uma elevação na procura por títulos americanos, mesmo diante do pagamento de juro real zero ou negativo pelo prazo de até dez anos, prometido pelo governo dos EUA. Os grandes investidores ao redor do mundo continuam a receber as mais baixas taxas de juros em quase 70 anos, não somente do governo do americano, mas dos governos da França e da Alemanha.

Um breve resumo da história econômica da última década mostra a enorme relação de retumbantes fracassos dessas empresas de classificação de risco: em 2001, quando do caso ENRON, a então sétima empresa dos EUA; em 2007, no caso do banco Lehman Brothers; e, em 2009/10, com a atitude de manipulação do “risco-país” dos diferentes países da Europa, por intermédio dos famosos *Credit Default Swap* (CDS). Antes da redução da nota dos títulos dos do governo americano, mesmo quando o governo dos EUA informou que a S&P cometeu um “pequenino” erro de apenas de US\$ 2 trilhões; Em uma demonstração de total falta de conhecimento básico da matemática do orçamento fiscal dos EUA.

Tem enorme razão o professor Antonio Delfin Netto (2011a), quando afirma que: “As agências de *rating* nunca demonstraram capacidade de previsão. Elas são o que se classifica no Código Penal Brasileiro de 171, porque vendem o que não têm. Logo, é um estelionato”. Estelionato representa a conduta de todos estes profissionais do mercado financeiro, as mentes brilhantes, os analistas da mídia, que se especializaram em enganar a sociedade com um noticiário econômico que representa uma farsa da ortodoxa, inventando uma inexistente eficiência dos mercados financeiros.

As empresas de *rating*, pareciam ter papel essencial para o funcionamento do sistema econômico mundial, devido à dinâmica financeira no capitalismo global possibilitar muitas oportunidades e muitos riscos para as aplicações no mercado financeiro global. Todavia, diferentemente do que a teoria ortodoxa afirma a respeito de uma “eficiência dos mercados”, impera um comportamento de “efeito de manada”, pelo qual os aplicadores objetivam comprar em mercado barato e esperam o preço subir, esperam valorizar e, então, vender caro. Essa atitude leva ao surgimento de valorização artificial do preço desses ativos, em ondas especulativas que se autoalimentam como em uma profecia autorrealizável.

A política de liberdade desenfreada no mercado de capitais levou a uma atitude dos investidores que provocou um processo de flutuação exacerbada, dado o comportamento dos intermediários financeiros internacionais e da sua tendência à imitação, ao seu comportamento de “manada”, que provocam movimentos de “euforia” e “depressão”. Esse processo perturba toda a dinâmica das mais diversas economias; quer diante de algum motivo real ou somente devido a motivos imaginários, sofreram ataques especulativos dos piratas das finanças. O movimento e as atividades do capital especulativo estavam sempre a escolher quem seria o país para ser a próxima vítima, quem seria a chamada “bola da vez”.

Essa história de “mentes brilhantes”, de gurus das grandes finanças não passa de farsa para justificar os rendimentos fabulosos, por parte de quem administra recursos de terceiros. Nessa realidade, a vida desse pessoal foi largamente facilitada pela atuação das agências de risco, pois essas empresas sinalizaram os movimentos especulativos para os profissionais de mercado. Não foi sem razão que as empresas de classificação de risco acabaram unidas como empresas competentes e fundamentais para o bom funcionamento do sistema. Sua atuação servia para minimizar as responsabilidades dos “brilhantes” gestores de fundos pelo fracasso nas aplicações. Criavam regras de atuação que eximiam os profissionais de mercado da responsabilidade pelas suas decisões de aplicações mal feitas e pelos enormes prejuízos quando os causassem aos donos do dinheiro.

Acontece que este sistema estava usando, e apoiado em organizações, as empresas de *rating*,

que demonstraram não possuir o conhecimento técnico de economia. Empresas que usavam a balela de possuir um discurso pseudocientífico, que, no fundo, era enganador. Essa é mais uma prova da grave e grande falta de qualidade e escrúpulos dessa gente prepotente de mercado. Matemáticos, ortodoxos e outros que trabalham em prol do mercado financeiro são sarcásticos, prepotentes e desqualificam seus adversários constantemente, encobrendo as falcatruas desse sistema. Não é sem razão que a realidade mostra que é por esse comportamento que na sua grande totalidade o mercado glorifica esses economistas de quinta categoria, formados em universidades ortodoxas classificadas de primeira (LEBLON, 2011).

Diferentemente do que afirmavam os economistas de mercado, os economistas matemáticos, os “cabeça de planilha”, os porta-vozes do “Deus Mercado” e as empresas de *rating*, os donos do dinheiro não estão preocupados com a dívida pública; não estão ligando para o problema do endividamento dos Estados. Os que possuem dinheiro estão percebendo que a recuperação era uma balela, e o comportamento da economia sinaliza para eles com desaceleração, com recessão no horizonte próximo, com um longo período de estagnação, um prolongamento do período de estagnação econômica global (FREIRE, 2011a).

Fuja dessa Gente

A vulgata da ortodoxia necessita aprender a estudar a realidade do sistema capitalista. Trabalha com um paradigma superado. O mundo é capitalismo. A dinâmica do capitalismo econômico rentista quebrou. Não pode produzir crescimento econômico, gerar emprego e, muito menos, elevar o nível de vida das pessoas. O sonho americano de possibilitar à geração seguinte condições de um nível de vida superior à da geração anterior está sendo desfeito. Cresce a miséria no seio da sociedade mais rica e poderosa do planeta. Os números já passam dos 48 milhões de americanos.

A fragilidade da ortodoxia chega ao ponto de que novamente essa crise expõe fragilidades das suas famosas e respeitadas previsões, que tanto a mídia conservadora adora divulgar. Em estudo que data do ano de 2005, o psicólogo Philip Tetlock realizou uma coleta de trabalhos de previsão do período de 20 anos, compreendendo um total de 28 mil previsões sobre economia e eventos políticos

feitas por 284 renomados especialistas em diversos campos. A conclusão básica a que ele chegou é no mínimo engraçada: todas elas não saíram do campo do acaso e **“um macaco lançando uma moeda obteria resultados comparáveis a estes “respeitados” trabalhos”** (SCHWARTSMAN, 2011). (SCHWARTSMAN, 2011, p. x ou n.p., se não for paginada).

Assim, estamos diante de mais uma crise do sistema capitalista – que não é a primeira e nem será a última “grande crise” desse sistema, uma vez que o capitalismo apresenta a característica de ser inerentemente instável, tendo crises periódicas; e, dessas crises, o sistema capitalista sempre tem ressurgido mais vigoroso, mais dinâmico e mais pujante que antes. Não será o fim do mundo, mas causará muita desolação, tristeza e dor. Quanto tempo vai durar o interesse real de resolver o problema, depende da política de atacar a raiz do mesmo; depende da aplicação de medidas adequadas que penalizem os mercados financeiros, os grandes bancos, e que devolva a primazia ao processo de crescimento econômico, de geração do emprego e da noção de desenvolvimento apoiado em medidas de política em economia.

No Brasil, necessita deixar de dar ouvidos de mercado para os profissionais que afirma possuir e pratica a “verdadeira” Ciência Econômica. Esse pessoal usa mos de um modelo de desenvolvimento econômico que trabalha e defende os interesses estratégicos do capital financeiro; procura legitimar os interesses e as estratégias das grandes finanças, do pessoal rentista, do capital improdutivo. Arrogantes, hipócritas, baseados em princípios “amorais”, são incapazes de recomendar medidas adequadas para o interesse da construção da nação. Suas recomendações somente elevam o grau de subordinação e dependência externa.

O Brasil necessita urgentemente desenvolver um modelo de desenvolvimento econômico que priorize a nação. As recomendações impostas nos últimos 17 anos pelo PSDB e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) mostram que estes são partidos da ordem, partidos do *status quo*. Assim, urge jogar fora a farsa e essa idiotice de banco central independente, lei de responsabilidade fiscal, sistema de metas de inflação, taxa de câmbio flexível, e todas as outras justificativas teóricas financiadas e criadas para justificar tecnicamente como se realiza o saque aos cofres públicos pelo

grande capital financeiro; esse lixo econômico (da pior qualidade) que faz grande sucesso na mídia. Dessa forma, faço minhas as palavras de Delfin Netto (2011b): “mas é ridículo dizer que a política do Banco Central namora a ‘heterodoxia’. Por quê? Pela simples e boa razão religiosa que, infelizmente, a ‘ortodoxia’ não existe...” ●

Referências

ANTUNES, R. *Tela quente*. Disponível em: <http://www.boitempo.com/publicacoes_imprensa.php?isbn=11-11111-11-1&veiculo=Folha%20de%20S.%20Paulo%20-%20Opini%C3o>. Acesso em: 01 set. 2011.

BARBOSA, A. de F. A aristocracia econômica. *Carta Capital*, São Paulo, a. XVII, n. 662, p. 80-81, 07 set. 2011.

BAUMAN, Z. *Capitalismo parasitário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BELLUZZO, L. G. Autoengano ou trapaça? *Carta Capital*, São Paulo, a. XVI, n. 658, p. 27, 11 ago. 2011.

BÔAS, B. V. *Nos três anos de crise internacional, instituições financeiras lucram US\$ 42 bi e países se afundam em dívidas*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2011/09/03/nos-tres-anos-de-crise-internacional-instituicoes-financeiras-lucram-us-42-bi-paises-se-afundam-em-dividas-925282783.asp>>. Acesso em: 03 set. 2011.

CASTELLS, M. *Não é crise. É que não te quero mais*. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/outras-palavras-sob-o-governo-dos-modelos-matematicos.html>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

CINTRA, L. A.; LIRIO, S. O câmbio no lugar. *Carta Capital*, ed. 586, p. 54-56, 10 mar. 2010.

CORRÊA, A. Em dia tenso, Banco Mundial diz que mundo está em ‘zona de perigo’. BBC Brasil, 22 set. 2011. [online]. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/09/110922_mercados_zoellick_pai.shtml>. Acesso em: 08 nov. 2011.

DELFIN NETTO, A. *As agências de classificação de risco são todas 171*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2011/08/13/delfin-netto-as-agencias-de-classificacao-de-risco-sao-todas-171-925128776.asp>>. Acesso em: 13 ago. 2011a.

DELFIN NETTO, A. *Distorções*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0308201106.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2011c.

DELFIN NETTO, A. *Heterodoxia*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1409201106.htm>>. Acesso em: 15 set. 2011b.

DELFIN NETTO, A.; BELLUZZO, L. G. Fé e faca amolada. *Carta Capital*, São Paulo, a. XVII, n. 660, p. 48-52, 24 ago. 2011.

FATTORELLI, M. L. *A crise da dívida dos EUA*. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2011/08/a-crise-da-divida-dos-eua-por-maria-lucia-fattorelli/>>. Acesso em: 09 ago. 2011.

FREIRE, V. *Treze tristes crises*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201109.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2011a.

FREIRE, V. T. *Um programa de oposição radical*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2808201105.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2011b.

FRANCO, G. *Exaustão fiscal global está na origem de turbulência*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0808201114.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2011.

GALLO, R. *Da tolerância irresponsável a um intervencionismo desesperado*. Disponível em: <<http://colunistas.ig.com.br/ricardogallo/2011/07/30/datolerancia-irresponsavel-a-um-intervencionismo-desesperado/>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

GONÇALVES, R. *Dívida pública: quem paga por ela?* <http://www.corecon-rj.org.br/pdf/je_abril_2011.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2011.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LEBLON, S. Nem a ortodoxia confia mais nas suas criaturas. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18027>. Acesso em: 07 jul. 2011.

LOUZANO, P.; ELACQUA, G. *O que está acontecendo com o Chile?* Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3108201108.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

NASSIF, L. *Os cabeça-de-planilha: como o pensamento econômico da era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

NASSIF, L. *Os cabeças de planilha e a crise*. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/os-%E2%80%9Ccabecas-de-planilha%E2%80%9D-e-a-crise?page=1>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

PEREIRA, L. C. B. *Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento*. Disponível em: <<http://pagina13.org.br/?p=880>>. Acesso em: 13 set. 2011a.

PEREIRA, L. C. B. *O mal-estar dos nossos dias*. Disponível em: <<http://jcoreiro.wordpress.com/2011/08/29/o-mal-estar-dos-nossos-dias/>>. Acesso em: 30 ago. 2011b.

PINHEIRO, M. A Roda da fortuna. *Carta Capital*, São Paulo, n. 452, p. 20-21, 11 jul. 2007.

ROUBINI, N. *Mission impossible: stop another recession*. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2011/11.08.Mission_impossible.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2011

STIGLITZ, J. *Como tirar proveito da longa crise*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201116.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

SUMMA, R. *Resposta a Schwartsman*. Disponível em: <<http://criticaeconomica.wordpress.com/2007/08/24/resposta-a-schwartzman-2/>>. Acesso em: 24 ago. 2007.

SCHWARTSMAN, H. Disponível em: Crises agudas expõem fragilidade das previsões <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0708201106.htm>>. Acesso em: 07. ago. 2011.

* Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI, Mestre em Teoria Econômica pelo CAEN, Doutorando em Políticas Públicas pela UFMA.

MÃO-DE-OBRA OCUPADA NA EXTRAÇÃO DO PÓ DE CARNAÚBA NO NORDESTE BRASILEIRO ENTRE 1990 E 2009

Por José Natanael Fontenele de Carvalho*, Jaíra Maria Alcobaça Gomes** e Vera Lúcia dos Santos Costa***

1. Introdução

O extrativismo da carnaúba, *Copernicia prunifera* (Miller) H. E. Moore insere-se na história econômica do Nordeste, proporcionando oportunidades de ocupação para inúmeros trabalhadores rurais pobres, principalmente nos estados do Piauí e Ceará. Esta atividade inicia-se em julho estendendo-se até dezembro, com algumas variações nos Estados e municípios, conforme o ciclo das chuvas. Portanto, como esse período corresponde à entressafra das atividades agrícolas, é reforçada a importância socioeconômica do extrativismo da carnaúba.

Não obstante a relevância dessa atividade na geração de ocupações para famílias no meio rural, Carvalho e Gomes (2009) reconhecem que há pouca referência consistente na literatura quanto ao número de ocupações diretas e geração de renda. Em conformidade com os autores, algumas estimativas quanto à mão-de-obra direta e indireta ocupada foram apresentadas nos trabalhos do Sebrae (1994), Jacob (2001), PIAUÍ (2002), WR Consultoria e Planejamento (2001), Sindicarnaúba (200-) e Alves e Coêlho (2006).

O estudo está baseado em dados secundários sobre o volume de pó de carnaúba produzido no Brasil e nos estados nordestinos, disponibilizado pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS).

O objetivo geral é revisar e atualizar os cálculos realizados por Carvalho e Gomes (2007; 2009) referentes ao número de ocupações proporcionadas pelo extrativismo da carnaúba no Nordeste brasileiro. Especificamente, analisa-se a evolução da produção de pó de carnaúba no Nordeste no período de 1990 a 2009 e estima-se o número de ocupações geradas na referida atividade. Espera-se contribuir para a valorização do extrativismo da

carnaúba por meio de orientação de políticas públicas para o setor.

O artigo descreve a formação histórica do extrativismo no Piauí, os procedimentos metodológicos, a organização do trabalho de extração do pó de carnaúba, o volume de produção de pó e exportação de cera de carnaúba e a análise das ocupações.

2. Formação histórica do extrativismo

Faz-se um levantamento bibliográfico sobre extrativismo, buscando-se relatar a sua formação histórica e, especialmente da carnaúba, uma vez que a prática do extrativismo da carnaúba beneficia diretamente inúmeros trabalhadores pobres da região Nordeste.

A prática do extrativismo pode ser considerada umas das mais antigas atividades humanas. No começo da civilização, os povos se mantiveram graças à prática dessa atividade, recolhendo os alimentos necessários à sua subsistência, dentre os espontaneamente gerados às adjacências de seu habitat. O extrativismo é exercido pelo rurícola ou extrator, consistente na simples coleta, recolhida, extração ou captura de produtos do reino animal e vegetal, espontaneamente gerados e em cujo ciclo biológico não houve interferência humana (HIRONAKA, 2000).

Em conformidade com Drummond (1996) o extrativismo é, no sentido mais básico, um modo de produzir bens na qual os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural. O autor observa que praticamente toda a “tecnologia” empregada nessa forma de extrativismo dito “elementar” era simbólica ou empírica, ou seja, não existe necessidade de complexas mediações tecnológicas ou mecânicas entre os humanos e os recursos naturais. Todavia, o termo extrativismo é aplicado também em

atividades mais “modernas” em que certos materiais naturais igualmente são retirados no seu local de ocorrência natural, mas com a intermediação de tecnologia e maquinário mais sofisticados. Exemplos desse tipo de extrativismo é a mineração, a extração de petróleo e gás natural e ao corte de árvores em grande escala. A primeira forma de extrativismo, o autor chama de extrativismo de baixa tecnologia, já a segunda, chama de extrativismo de alta tecnologia.

O Território brasileiro, devido a sua densa cobertura florestal e, nela, a imensa variedade de produtos de natureza extrativa, a investigação do extrativismo adquire importância e proporção, justificando-se pelo lugar que ocupou e ainda hoje ocupa, não obstante o visível declínio, da participação na economia nacional (HIRONAKA, 2000).

Segundo Queiroz (1993), durante a primeira metade do século XX, a economia piauiense teve sua dinâmica associada à exportação de produtos extrativos, representados pela borracha de maniçoba, babaçu e carnaúba. O Piauí destacou-se como um dos maiores produtores de maniçoba, com as atividades concentradas principalmente na região semi-árida.

A despeito da carnaubeira, Porto (1974) mostra que ficou conhecida a partir de 1648, quando figurou na “História Naturalis Brasiliae”, de Marcgrav e Piso. Entretanto, a sua classificação parece ser devida a Manuel de Arruda Câmara, em fins do século XVIII, denominando-a, na ocasião, de *Corypha cerifera*. Martius alterou esse nome para “*Copernicia Cerifera*”. O nome do gênero “*Copernicia*” é uma homenagem a Nicolau Copérnico, que foi o primeiro a dizer que a terra era redonda, assim como a copa dessa palmeira. Atualmente é classificada como “*Copernicia Prunifera*” (Miller) H. E. Moore. É uma planta nativa do nordeste brasileiro, sendo os estados do Ceará e Piauí possuidores dos maiores e mais densos carnaubais.

Segundo Santos (1979), a carnaúba possui crescimento lento, propagando-se com enorme fecundidade por sementeação, que ocorre logo após a frutificação. Adensidade de carnaubais, por hectare, tem sua variação de região para região. Saliencia que, à medida que essa densidade se eleva o carnaubal torna-se mais econômico, visto que impede o crescimento de outras árvores entre as palmeiras, facilitando a colheita das folhas, bem como diminuem os custos de transporte.

A economia da carnaúba decorre do aproveitamento integral dessa palmeira. Suas folhas, que além de fornecer o pó, que é a principal matéria-prima da cera de carnaúba, também são utilizadas na cobertura de casas e para confecção de peças de artesanato. O fruto serve para alimentação animal. O talo é utilizado na construção civil e a raiz possui qualidades medicinais. A cera de carnaúba é utilizada como matéria-prima em setores de grande destaque mundial, como é o caso da indústria de informática (CARVALHO; GOMES, 2009).

3. Tipologia das ocupações no extrativismo da carnaúba

Na cadeia produtiva da cera de carnaúba, o elo da produção do pó é o maior gerador de empregos diretos, visto suas próprias características: exigência de baixa qualificação da mão-de-obra e mecanização incipiente. Como a produção de pó é sazonal, e repete-se anualmente, os empregos gerados são temporários, estendendo-se por até cinco meses (CARVALHO; GOMES, 2009).

Ainda de acordo com os autores supracitados, a organização da produção é baseada em turmas de trabalhadores lideradas por um arrendatário que explora vários carnaubais, posto que os mesmos exigem de uma semana a dois meses para sua exploração, de acordo com o número de folhas. Abaixo se descreve a divisão do trabalho no processo de extração do pó no Piauí, também descrito por Alves e Coêlho (2006) e D’alva (2004) no Ceará.

Os trabalhadores exercem funções diferenciadas e complementares dentro do processo de extração do pó cerífero da carnaúba, que se divide em quatro etapas: corte, transporte, secagem e batição (retirada do pó) das folhas. O prazo para realização desse processo depende da quantidade de folhas dos carnaubais a serem explorados. Cada etapa abrange uma ou mais tarefas. A seguir, explicam-se as tarefas executadas pelos trabalhadores que constituem equipes ou turmas no processo de obtenção do pó cerífero da carnaúba (CARVALHO; GOMES, 2009).

Na etapa denominada “corte da folha”, a primeira tarefa é a retirada propriamente dita, realizada pelo “vareiro”, “foiceiro”, “taboqueiro” ou “derrubador”, que é responsável pelo corte das folhas da carnaubeira. A segunda é desempenhada pelo “desenganchador” ou “guieiro”, responsável pela retirada das folhas que ficam presas à

vegetação com o auxílio da guia (vara de bambu). A tarefa seguinte é executada pelo “aparador”, que recolhe as folhas cortando os talos e formando os feixes (CARVALHO; GOMES, 2009).

A segunda etapa corresponde ao transporte das folhas para o “lastro”, que é o local onde ocorre a secagem, cujo trabalho é desempenhado pelos “tangedores” ou “carregadores”, utilizando animais, carroças ou camionetes. A terceira etapa, a secagem das folhas, é executada pelo “espalhador” ou “lastreiro” que sobrepõe as folhas no solo batido e expostas ao sol. O tempo de secagem varia de dois a quinze dias, dependendo da intensidade dos raios solares e da forma como são expostas as folhas, que pode ser sobrepostas (duas a cinco folhas) ou em feixes entreabertos (CARVALHO; GOMES, 2009).

Finalmente, a quarta etapa consiste na batição das folhas. A primeira tarefa é realizada pelo “carregador” que é responsável por conduzir as folhas, em feixes, até o caminhão onde está acoplada a máquina de bater, para posteriormente cortar as embiras que amarram os feixes. A segunda tarefa é desempenhada pelo “encarregado por introduzir as folhas na bandeja da máquina” que como o nome sugere, coloca as folhas na bandeja da máquina de bater, onde são cortadas em pequenos pedaços fazendo com que as partículas de pó cerífero sejam retiradas por sucção, passando por uma fina tela de arame e jogado para o minhocão (um balão de tecido). Em seguida o pó é retirado do balão, que tem capacidade para 300 Kg, e colocado em sacos de *nylon*, com capacidade entre 16 e 30 Kg de pó. O pó resultante desse processo é classificado em duas categorias: “pó olho”, quando é extraído das folhas jovens e “pó palha”, que advém das folhas abertas. A terceira tarefa é executada pelo “baganeiro” que é responsável por recolher as folhas trituradas (bagana – utilizada como cobertura de solos na agricultura) que saem pela extremidade oposta à bandeja da máquina depois do processo de batição (CARVALHO; GOMES, 2009).

Acrescentam os autores que faz parte da equipe também o cozinheiro, responsável pela alimentação dos trabalhadores e o motorista, que conduz o caminhão pelo lastro.

Verifica-se, portanto, a existência de uma especialização do trabalho no processo extrativo da carnaúba, que depende basicamente da destreza dos trabalhadores. Carvalho e Gomes (2005) constaram em pesquisa realizada durante os anos

de 2003 e 2005 que poucos mais da metade dos trabalhadores são alfabetizados (sabem ler e escrever), donde se conclui que o trabalho de extração do pó de carnaúba, em todas as suas etapas de execução é eminentemente braçal, e o grau de instrução formal dos trabalhadores, *a priori*, não influencia na produtividade da extração do pó, configurando, por conseguinte, em trabalho não-qualificado, por qual exige apenas habilidade manual e esforço físico para sua execução.

4 Evolução da produção de pó cerífero da carnaúba: de 1990 a 2009

Verifica-se o comportamento da produção de pó cerífero de carnaúba no Brasil e estados produtores.

4.1 Produção de pó cerífero da carnaúba

De acordo com os dados do IBGE, no período de 1990 a 2009 o Piauí apresentava-se como maior produtor de pó de carnaúba, seguido do Ceará. No território piauiense, registra-se a extração de pó de carnaúba nas quatro Mesorregiões do Estado: Centro Norte, Norte, Sudeste e Sudoeste. A Mesorregião Norte concentra as maiores produções, sendo os municípios de Piriipiri e Campo Maior os maiores produtores (IBGE, 1990-2009). O período de exploração dos carnaubais geralmente ocorre entre os meses de julho a dezembro. Nas Mesorregiões Norte e Centro Norte Piauiense, a exploração da carnaúba ocorre de meados de julho a dezembro. Já em alguns municípios localizados nas Mesorregiões Sudeste e Sudoeste Piauiense, inicia-se já a partir do mês junho, estendendo-se até Novembro. Nos demais estados do Nordeste, a produção também ocorre entre julho e dezembro.

Conforme a Tabela 1 verifica-se que a produção de pó cerífero da carnaúba não teve grandes oscilações entre os anos de 1990 e 1995. Em 1996, percebe-se um acentuado declínio na produção, decorrente da cotação dos preços da cera de carnaúba no mercado internacional, provavelmente motivada pela apreciação da moeda nacional. Esse episódio fez com que ocorresse uma rápida queda na disposição do produto no mercado. Considerando que o pó é a matéria-prima básica para a fabricação da cera, a retração da demanda por cera automaticamente ocasionou uma menor demanda por pó, provocando conseqüentemente, retração na oferta. No ano de 1999 a produção é retomada, permanecendo em ritmo crescente. No período 2005/2007, há certa

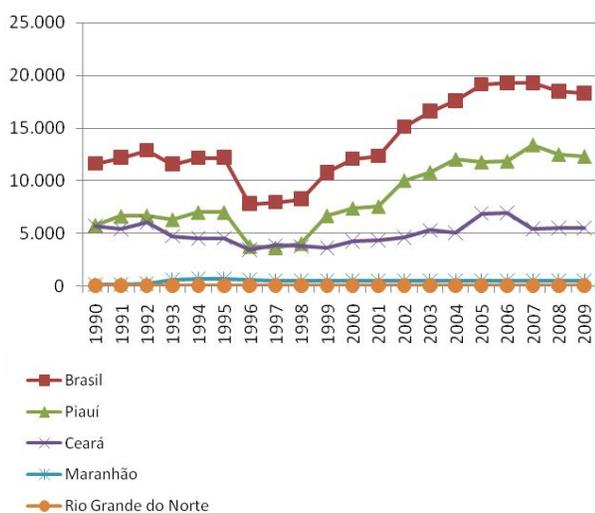
estabilidade na produção e, entre 2008/2009 há discreto decréscimo.

Tabela 1 - Produção de pó de carnaúba (t) segundo o Brasil e Estados, 1990-2009

Ano	Brasil	Piauí	Ceará	Maranhão	Rio Grande do Norte
1990	11.611	5.771	5.702	121	17
1991	12.178	6.612	5.386	159	18
1992	12.861	6.649	5.994	197	21
1993	11.538	6.285	4.708	528	17
1994	12.137	6.972	4.491	655	19
1995	12.164	6.974	4.525	644	22
1996	7.782	3.765	3.404	595	17
1997	7.940	3.617	3.829	479	14
1998	8.260	4.036	3.731	480	13
1999	10.774	6.652	3.622	488	12
2000	12.072	7.366	4.210	485	10
2001	12.315	7.518	4.317	469	12
2002	15.079	9.994	4.595	484	5
2003	16.556	10.778	5.274	474	30
2004	17.559	11.997	5.027	498	37
2005	19.143	11.733	6.877	501	33
2006	19.280	11.809	6.932	501	37
2007	19.273	13.359	5.390	498	25
2008	18.468	12.454	5.492	492	30
2009	18.300	12.266	5.497	509	28

Fonte: IBGE. Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura (1990-2009).

Gráfico 1 - Produção de pó de carnaúba (t) segundo o Brasil e Estados, 1990-2009



Fonte: IBGE. Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura (1990-2009).

5. Mão-de-obra ocupada no extrativismo da carnaúba

O cálculo das ocupações segue a metodologia desenvolvida por Carvalho e Gomes (2009). Ressalte-se que inicialmente os referidos autores construíram um coeficiente técnico para o cálculo das ocupações e constataram que tal coeficiente levava a uma superestimação do total de ocupações geradas, já que considerava a não repetição de turmas de trabalhadores na execução do trabalho. Dessa forma, toda a produção deveria ser executada simultaneamente pelos trabalhadores, o que não condiz com a realidade de tal produção.

Em face ao problema identificado, outro método de cálculo foi proposto pelos autores, contemplando a repetição de turmas, o período de extração do pó; a quantidade de dias trabalhados; composição da turma (conjunto de trabalhadores) de corte e secagem, principalmente o número de vareiros; produtividade por vareiro e capacidade da máquina de bater palhas.

Os dados coletados em campo por Carvalho e Gomes (2009) permitiram constatar que uma turma responsável pelo corte e secagem das palhas é composta, em média, por treze trabalhadores. É formada por três foiceiros, quatro aparadores, um desenganchador, dois carregadores, dois lastreiros e um cozinheiro. A produtividade média/dia de um vareiro é 8.000 palhas. Essa produtividade também foi encontrada no trabalho de D'Alva (2004) e Santos et al (2006). Dessa forma cada turma cortará 24.000 palhas/dia.

Os trabalhadores realizam suas funções durante cinco dias da semana (segunda a sexta-feira), totalizando vinte dias por mês. Dessa forma, uma turma retira 480.000 palhas/mês (n° de palhas x n° de dias). Como para o cálculo do número de empregos foi estimado o período de produção de cinco meses, essa turma retirará 2.400.000 palhas.

Considerando que cada 1.000 palhas rendem 7,8 kg de pó de carnaúba (CARVALHO; GOMES, 2009; SANTOS et al, 2006), pôde-se estimar a quantidade de trabalhadores necessários à produção de 1.000 kg de pó, elaborando-se então, um novo coeficiente técnico de ocupação. Cada turma de treze trabalhadores retira 2.400.000 palhas (correspondente a 18.870 kg de pó) por cinco meses de produção, de modo que para cada 1000 kg pó, será necessário **0,694** trabalhador para o processo de corte e secagem da palha.

Na batção das palhas para a retirada do pó, Carvalho e Gomes (2009) constataram que uma turma possui, em média, oito trabalhadores. A capacidade/dia média das máquinas de bater comumente utilizadas é 200.000 palhas. Geralmente, essas máquinas trabalham diariamente até atingir a produção de 1000 kg de pó, produção essa que representa uma diária para os trabalhadores.

Uma turma de oito trabalhadores consegue, dessa maneira, produzir 20 mil kg de pó/mês e 100 mil kg de pó durante os cinco meses de atividade. Assim, para cada 1000 kg pó, faz-se necessário **0,08** trabalhador no processo de batção e retirada do pó.

Portanto, para cada 1.000 kg de pó de carnaúba são necessários **0,774** trabalhadores no processo completo (corte/secagem e batção) de extração. Deve-se acrescentar que esse coeficiente de emprego representa uma ocupação durante cinco meses. Dessa forma, caso o trabalhador não se ocupe durante todo esse período, abre-se um novo posto de trabalho.

1000 kg de pó de carnaúba = 0,774 ocupações geradas diretamente

De posse desse coeficiente técnico de ocupações no extrativismo da carnaúba, calcula-se a seguir, o total de ocupações da atividade no Brasil e estados no período de 1990 a 2009 (Tabela 2).

É claro que a geração de ocupações está vinculada à produção de pó, acompanhando seu comportamento. Os dados da Tabela 2 mostram a existência de 14 164 pessoas ocupadas no extrativismo da carnaúba no ano de 2009. O Piauí mantém a liderança na distribuição das ocupações por Estados em todo o período em análise, seguido pelo Ceará. Observa-se que nos estados do Rio Grande do Norte e Maranhão, a atividade extrativa da carnaúba não se mostra significativa.

Tabela 2 – Total de ocupações no extrativismo da carnaúba, segundo o Brasil e Estados, 1990-2009

Ano	Brasil	Piauí	Ceará	Maranhão	Rio Grande do Norte
1990	8.992	4.469	4.416	94	13
1991	9.431	5.121	4.171	123	14
1992	9.960	5.149	4.642	153	16
1993	8.936	4.867	3.646	409	13
1994	9.399	5.399	3.478	507	15
1995	9.420	5.401	3.504	499	17
1996	6.027	2.916	2.636	461	13
1997	6.149	2.801	2.965	371	11
1998	6.397	3.126	2.889	372	10
1999	8.344	5.152	2.805	378	9
2000	9.349	5.705	3.260	376	8
2001	9.357	5.822	3.343	363	9
2002	11.678	7.740	3.559	375	4
2003	12.822	8.347	4.084	367	23
2004	13.598	9.291	3.893	386	29
2005	14.826	9.089	5.323	388	26
2006	14.932	9.148	5.365	388	29
2007	14.917	10.340	4.172	385	19
2008	14.294	9.639	4.251	381	23
2009	14.164	9.494	4.255	394	22

Fonte: Organizado pelos autores com base em IBGE/PEVS (1990-2006) e Carvalho e Gomes (2007; 2009).

Um ponto que merece ser aqui levantado é que embora seja significativo o número de trabalhadores ocupados nessa atividade, é importante frisar que essas ocupações não fornecem nenhum tipo de direito trabalhista. São contratos “verbais”, dentro de uma relação de confiança. A grande demanda por esses trabalhos existentes no meio rural, de caráter temporários, e a própria dificuldade de regularização desse tipo de atividade em face da inflexibilidade da legislação existente, contribui para a permanência da informalidade. Além do mais, os custos decorrentes da formalização das contratações inviabilizariam a manutenção da atividade, uma vez que, os rendeiros e/ou arrendatários responsáveis pela produção, em sua maioria são descapitalizados (CARVALHO; GOMES, 2009).

Considerações finais

A análise dos dados apresentados nesse artigo permite reiterar a importância socioeconômica do extrativismo vegetal da carnaúba no Nordeste brasileiro. As inúmeras

ocupações proporcionadas, embora informais, permitem o acesso de trabalhadores rurais a renda; isso ocorre no período em que as possibilidades na agricultura familiar são escassas por ocasião da ausência de chuvas. Portanto, partindo da base conceitual de que parte o trabalho, pode-se inferir que o extrativismo da carnaúba contribui para a superação da pobreza econômica no meio rural nordestino.

A motivação maior de se realizar essa discussão decorre exatamente da necessidade de valorização da carnaúba, um recurso natural que assegura a milhares de extrativistas – embora temporariamente – a possibilidade do acesso a uma cesta de bens que possibilite sua reprodução social ●

Referências

- ALVES, M. O; COELHO, J. D. Tecnologia e relações sociais de produção no extrativismo da carnaúba no nordeste brasileiro. XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 2006, Fortaleza-CE. Anais... Fortaleza: 2006. CD-ROM.
- CARVALHO, J. N. F; GOMES, J. M. A. A pobreza nos carnaubais piauienses. 6º Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO), 2005, Brasília-DF. Anais... Brasília: 2005. CD-ROM.
- _____. *Pobreza, emprego e renda na economia da carnaúba. Revista Econômica do Nordeste. Vol 40, nº2, pag. 361-378, abr./jun. 2009.*
- D'ALVA, O. A. *O extrativismo da carnaúba no Ceará. 2004. 186 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.*
- DRUMMOND, J. A. *A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia Brasileira. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 6, p. 116-137, 1996.*
- HIRONAKA, G. M. F. N. *O extrativismo como atividade agrária. Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 42, jun. 2000. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1667>. Acesso em: 25 set. 2007.*
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - Carnaúba. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 a 2009. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 mar. 2011.
- JACOB, M. T. et al. Alguns dados a respeito da atividade extrativista da cera de carnaúba e proposições para o aumento de sua importância para o semi-árido e para o Brasil. Parnaíba: [s.n], 2001. 6 p
- PIAUI. Fundação de amparo à pesquisa do estado do Piauí (FAPEPI). Diagnóstico do arranjo produtivo da carnaúba. Teresina: [s.n], 2002. Não paginado.
- PORTO, C. E. Roteiro do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- QUEIROZ, T. Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUFPI, 1993.
- SANTOS, K. B. dos et al. Os custos de produção, rentabilidade e lucratividade do pó e da cera de carnaúba. IN.: GOMES, J.M.A; SANTOS, K.B; SILVA, M.S (Orgs). Cadeia produtiva da cera de carnaúba: diagnóstico e cenários. Teresina: EDUFPI, 2006. p 99-118.
- SANTOS, A.P. S. Estudo sócio-econômico dos principais produtos do extrativismo vegetal do Piauí: Carnaúba. Teresina: CEPRO, 1979.
- SEBRAE-CE. Colhendo e beneficiando a palha de carnaúba com qualidade. Fortaleza: SEBRAE, 1994. 28 p
- SINDICARNAÚBA. A carnaúba – passado, presente e futuro. Fortaleza: [s.n], 200-. Não paginado.
- W R Consultoria e Planejamento. Estudo socioeconômico da cera de carnaúba no estado do Piauí. Teresina: [s.n], 2001. 20 p

***Professor do Departamento de Ciências Econômicas e Quantitativas da UFPI/CMRV. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/TROPEN/UFPI)**

****Professora do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI e PRODEMA/TROPEN/UFPI. Doutora em Economia Aplicada (ESALQ/USP)**

*****Graduanda em Ciências Econômicas da UFPI.**

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ: aspectos da produção, comercialização e nível de renda

Por Solimar Oliveira Lima*, Gil Alves Cabral**,
Jhennyson Robert Ribeiro dos Santos*** e Maria Jessyca Barros Soares****

1. Introdução

O trabalho produtivo tem se fragilizado consideravelmente com o avanço da acumulação capitalista nos países centrais e em áreas mais dinâmicas de algumas economias periféricas fortemente vinculadas a divisão internacional do trabalho. Contemporaneamente, nessas economias, acentua-se a histórica perda de postos de trabalho frente as crescentes novas tecnologias que faz aumentar o desemprego estrutural. A esse processo se associa a crescente redução de investimentos produtivos em face da financeirização da economia que sobrepõe a especulação à base real da economia gerando - e prolongando - a crise atual do capitalismo. (ANTUNES, 2010; DIERCKXSEN et al, 2010)

Uma alternativa à manutenção da acumulação dessas áreas tem sido o gradual deslocamento dos investimentos produtivos para outras regiões, aproveitando-se as condições extremamente favoráveis como a existência de abundante mão de obra e reduzidos níveis salariais. No Brasil, a partir do capital concentrado no centro-sul, cresce a ampliação desse redirecionamento de investimentos produtivos para economias regionais. Nesse contexto, no caso específico do Piauí, potencializa-se a tendência de continuidade da expansão autônoma dos investimentos em cadeias produtivas com baixos custos de produção notadamente na zona rural e o controle da produção de grãos e de produções diversas no setor primário com valor no mercado internacional.

Por outro lado, nesse movimento de deslocamento de investimentos, a consolidação, no Piauí, do setor improdutivo parece incontestável. Neste campo, deverá crescer ainda mais - e com maior diversificação - o comércio e os serviços. A proliferação, em especial, de grandes grupos comerciais na capital - Teresina - é um indicativo da vitalidade desta tendência que prioriza o consumo como forma secular de transferência de

riqueza. Assim, torna-se cada vez mais consistente no setor improdutivo - embora apareça socialmente como gerador de riqueza apenas por gerar lucros - a acumulação do capital local fortemente concentrado em poucos ramos.

O crescimento da economia piauiense, ainda é inconsistente para romper com a fragilidade da base econômica, especialmente no que respeita a sua capacidade de geração de trabalho e renda. Embora se amplie o número de assalariados, na cidade e no campo, cresce também a quantidade de pessoas no mercado de trabalho. Diante da necessidade de ampliação de consumidores forjam-se então alternativas para a ocupação e geração de renda da classe trabalhadora. Uma delas, seguindo a tendência mundial, é a produção direta independente. Contudo, a produção independente permite aos trabalhadores uma autonomia frente as relações sociais predominantes, que se baseiam na propriedade exclusiva pelo capital dos meios de produção. Os produtores, em geral pequenos, passam a ter, diretamente, a propriedade dos instrumentos de trabalho e dos resultados do trabalho, a produção; bem como passam a relativamente controlar o processo de comercialização determinando preços e gerenciando renda. Historicamente, a existência desta produção independente, absorvendo predominantemente a mão de obra, constituiu momentos de transição para outras formas de organização social.

O desemprego, a precarização das relações de trabalho e o processo de terceirização da produção têm fabricado cada vez mais trabalhadores inseridos neste contexto. Uma possibilidade resulta nos chamados empreendedores, individuais ou empregadores. Investimentos em mídia, treinamentos e incentivos fiscais e financeiros, motivam e multiplicam os pequenos negócios. Fundam-se no idealismo e individualismo como alternativa de melhoria de vida, fortalecendo a

ideologia dominante do sucesso e mobilidade social para o mundo da pequena burguesia. Esta pequena produção em nada incomoda o capitalismo, pelo contrário, continua a fortalecer, pela concorrência, o processo de apropriação do trabalho, ainda que o produtor não seja mais assalariado. Esta experiência reafirma um caráter conservador da produção direta independente. (LIMA, 2010)

Outra possibilidade é a solidariedade. A contaposição à hegemonia dominante a partir da solidariedade parece ganhar sentido de superação da ordem quando assumida como mecanismo estratégico de trabalhadoras e trabalhadores no enfrentamento do poder que as/os submetem socialmente. A face transgressora da solidariedade seria uma possibilidade, por exemplo, para, além da submissão cordial, as transformações no mundo do trabalho. O avanço no caráter transgressor da solidariedade apontaria para uma ruptura com o modelo opressor, possibilitando reconstruções de experiências nas relações de trabalho, na organização produtiva e na distribuição de renda. (SINGER, 2002)

Entre as trabalhadoras e trabalhadores, desenvolveu-se uma forma particular de solidariedade que tem sido mais comumente denominada Economia Solidária. Esta economia caracteriza-se, essencialmente, em experiência baseada na cooperação do trabalho, na autogestão da produção e socialização dos resultados entre as trabalhadoras e trabalhadores. A Economia Solidária desde os anos de 1951 a 1970, quando se identificam os quatro primeiros registros de Empreendimentos Econômicos Solidários EES no Piauí, constitui-se uma experiência das trabalhadoras e trabalhadores piauienses. Em 2007 totalizavam 1.472 empreendimentos solidários. (BRASIL, 2011)

Apresenta-se a seguir aspectos da produção, da comercialização e do nível de renda dos EES no Piauí com base no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES, coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, realizado no estado nos anos 2005/2007. O sistema identifica e registra informações sobre Economia Solidária no Brasil, tendo como principais objetivos:

(i) Constituir uma base nacional de informações em Economia Solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e

Fomento À Economia Solidária;

(ii) Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais;

(iii) Favorecer a visibilidade da Economia Solidária, fortalecendo os processos organizativos de apoio e adesão da sociedade e (iv) facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em Economia. (BRASIL, 2011)

2. Produção, comercialização e renda nos EES

Os empreendimentos de Ecosol, segundo o SIES, são caracterizados pela forma coletiva de organização, considerando as organizações supra familiares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas), onde seus participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, dispoendo ou não de registro legal. Além disso, realizam atividades econômicas de produção, de prestação de serviços, de comercialização, consumo solidário e etc. (BRASIL, 2011).

Segundo o SIES, um EES pode desenvolver diversas atividades coletivamente, tais como: produção, comercialização, uso de equipamentos, uso de infraestrutura, prestação de serviços ou trabalho, aquisição de matéria-prima e insumos, troca de produtos ou serviços, obtenção de clientes ou serviços para os sócios, poupança ou crédito e outros. De acordo com esta base de dados, em 2005 a 2007, a atividade mais realizada de forma coletiva pelos sócios dos empreendimentos é a produção. O trabalho conjunto aproxima ainda mais os sócios, possibilitando o desenvolvimento dos princípios de solidariedade.

No Piauí as atividades produtivas dos EES resultam em uma variedade de produtos e serviços o que caracteriza um processo de elevada diversificação com uma multiplicidade de possibilidades de experiências. Considerando-se portanto as maiores incidências de EES, pode-se apontar que predominam empreendimentos vinculados à produção da agricultura familiar, representando 23,1% do total dos EES; e empreendimentos voltados a fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos, com 7,7% do total de EES. No que respeita ao primeiro caso,

destacam-se o cultivo coletivo de feijão (22,2%), o milho (18,8%) e arroz (17,7%). Na produção de artefatos têxteis, são representativos os artigos de cama, mesa e banho (6,5%), tapetes (3%), roupas íntimas (2,1) e redes de tecido (2,1).

No que respeita a matérias-primas ou insumos, 46% dos EES adquirem diretamente em empresas privadas através do sistema de crédito. A aquisição direta de próprios associados de EES representa 28%. Outras possibilidades somam 26% e se originam de doações, aquisição de produtores não sócios e outros. Dentre as matérias primas utilizadas pelos empreendimentos, destacam-se, especialmente pela predominância de produção nos EES, as sementes, os tecidos e aviamentos para costura.

Uma vez produzidos, os bens voltam-se prioritariamente para o mercado consumidor, haja vista ser este o objetivo principal dos EES. Observando-se os dados relativos ao processo de comercialização, constata-se que dos 1.472 empreendimentos, 73,1% comercializam através da venda direta ao consumidor, sendo que 67,3% destes destinam os produtos ao comércio local ou comunitário, especialmente em feiras livres (39,2%). No cotidiano da comercialização, aparecem algumas dificuldades apontadas por um conjunto de EES que constataram possuir problemas no mercado, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Principais dificuldades na comercialização dos produtos e/ou serviços

Descrição das dificuldades	EES	%
Falta de capital de giro para vendas a prazo	363	24,6
O empreendimento tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes	207	14
Preço inadequado dos produtos (baixos)	200	13,5
Os clientes exigem um prazo para o pagamento	197	13,3
Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda	17	1,1

Fonte: SIES 2005/2007.

A fragilidade no processo de comercialização é sentida sobremaneira pelos pequenos empreendimentos e repercute diretamente no nível de renda dos associados. Na época do levantamento dos dados para o SIES a renda média do trabalhador piauiense era de R\$ 410,00, metade da média da renda do trabalhador nacional registrada no mesmo período, que era de R\$ 922,00. Essa constatação serve como referência para o entendimento do nível de renda auferido

pelos socios nos EES. Vejamos, contudo, inicialmente os dados relativos ao faturamento dos empreendimentos. O SIES revela que do total de 1.472 empreendimentos econômicos solidários, 40,3% informaram faturamento médio mensal igual a R\$ 0,00.

Dos EES que apresentam faturamento diferente de zero (59,7%) constata-se um faturamento médio de R\$ 8.597,49. Considerando os demais empreendimentos que auferem faturamento e estratificando-os por faixas de rendimento mensal, observa-se que 24,17% percebem até R\$ 1.000,00, o que significa um faturamento médio mensal de R\$ 550,75 reais. Na faixa de R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00, encontram-se 45,13% EES com o faturamento médio R\$ 2.422,79. Na faixa de R\$ 5.001,00 a 10.000,00 verifica-se 15,35% com faturamento médio de R\$ 7.285,70. Na faixa de R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00 observa-se 13,17%. De R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00 apresenta-se 0,92%. Na faixa a mais de R\$ 10.000,00, encontra-se 1,26%, com faturamento médio mensal de R\$ 234.862,71.

Em relação à remuneração dos sócios, 48,85% não informaram renda. Contata-se ainda que 4,3% possuem remuneração igual a zero. Os empreendimentos que indicam remuneração (51,15%) apresentam uma diversificada variação de média mensal. Dentro deste grupo estratificando-os por faixa de renda, 34,85% possuem remuneração de até meio salário mínimo, de 2007, sendo a media R\$ 79,73; para 13,25% a remuneração é de meio a um salário mínimo, com media de R\$ 260,74. Com remuneração de um a dois salários mínimos constata-se 2,24% dos EES, sendo a média de R\$ 514,70. De dois a cinco salários mínimos, 0,54% com média R\$ 1.011,32. Maior que cinco salários mínimos 0,27% com média de R\$ 3.436,62. Considerando o total de EES que apresentam renda, constata-se uma media total de R\$ 88,70/mês.

Considerações finais

A Economia Solidária no Piauí embora, em rigor, não se constitua uma experiencia recente, cresceu em numero de EES nas duas últimas décadas. A ampliação dos estabelecimentos e o fortalecimento dos debates e do movimento social colocaram na agenda publica a necessidade de apoio das politicas publicas para uma economia que se apresenta como uma alternativa a geração de trabalho e renda. Em que pese algumas iniciativas

da União, do estado e de alguns municípios, os empreendimentos encontram sérias dificuldades para consolidar a experiência solidária como estratégia de autonomia do trabalho frente ao capital e em particular para garantir um nível de desempenho econômico que permita a maturação e sustentabilidade dos negócios.

Nesse contexto, os EES enfrentam como principais elementos de desmotivação a falta de cultura da solidariedade, a cultura do desejo do emprego e seus direitos e garantias decorrentes e a conjuntura econômica piauiense aparentemente favorável a expansão do assalariamento. A Economia Solidária no Piauí, a julgar pelos dados referentes ao desempenho dos empreendimentos, pode ser considerada fragil e dependente das relações típicas capitalistas, podendo ser mesmo considerada como complementar ao sistema dominante. Predomina a pequena produção diversificada e, salvo engano pela política pública para o campo e capacidade de organização dos trabalhadores rurais, a produção vinculada a agricultura familiar. A comercialização é centrada no pequeno comércio direto local e é significativa ausência de rendimentos ou de baixos rendimentos de sócios dos EES.

Os dados referentes ao desempenho dos EES parecem indicar um comprometimento da economia solidária como alternativa concreta de geração de renda para as trabalhadoras e trabalhadores que a buscam, predominantemente, como possibilidade de melhoria das condições de vida. Se há, de fato, comprometimento de desejos e necessidades dos sócios, as experiências de Economia Solidária no Piauí parecem indicar que a

permanência nas atividades e a manutenção dos EES deviram de “outros ganhos” diferentes daqueles que originariamente motivam trabalhadoras e trabalhadores para o trabalho solidário. Talvez residam nesses ganhos a explicação para a continuidade dos vínculos solidários ●

Referências

- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Informação Solidária-SIES. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em 07 jun 2011.
- DIERCKXSEN, W. et al. Século XXI: crise de uma civilização. Fim da História ou começo de uma nova História? Goiânia: CEPEC, 2010.
- LIMA, S. O. Trabalho e Economia Solidária. Informe Econômico, Teresina, a. 11, n.23, p. 27-28, 2010.
- SINGER, P. Introdução a Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

***Prof. Dr. do departamento de Ciências Econômicas e dos Programas de Pós-Graduação em História e em Políticas Públicas/UFPI.**

****Discente do Curso de Ciências Econômicas e bolsista PIBIC do Projeto Acompanhamento do Mapeamento de EES-2010/Piauí.**

*****Discente do Curso de Ciências Econômicas e bolsista PIBIC do Projeto Acompanhamento do Mapeamento de EES-2010/Piauí.**

******Discente do Curso de Ciências Econômicas e bolsista PIBIC do Projeto Acompanhamento do Mapeamento de EES-2010/Piauí.**

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO DE 2011 DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI

Por Karoline Galeno dos Santos* e Osmar Gomes de Alencar Junior**

1 Introdução

As rápidas mudanças tecnológicas e a maior complexidade das relações sociais e econômicas, ocorridas nos últimos vinte anos, provocaram alterações nas duas principais instituições políticas que atuam nas democracias modernas – Estado e Sociedade Civil. Estas passaram a assumir novos papéis e novas formas de se relacionarem entre si.

Essas novas formas de interação entre o Estado (funcionários governamentais), a Sociedade Civil e atores políticos diferentes, no contexto de uma realidade econômica e industrial, produziram segundo, Bresser-Pereira (2009), uma nova governança democrática. Exemplo disso, no Brasil, é a participação da sociedade civil na elaboração de orçamentos públicos municipais, no final da década de 1980, que passaram a ser reconhecidos como Orçamentos Participativos (OP).

Dentre as experiências pioneiras mais bem sucedidas está o caso da cidade de Porto Alegre (RS), onde o orçamento participativo foi implementado pela primeira vez em 1989 na administração do Prefeito Olívio Dutra. A partir desta experiência, a prática participativa passou a ser bastante difundida e o número de cidades brasileiras com práticas similares tem aumentado nos últimos anos.

No Estado do Piauí, o município pioneiro na elaboração do orçamento participativo foi a cidade de Teresina, que a partir de 1998 iniciou essa experiência denominando de Orçamento Popular de Teresina – OPT.

Na cidade de Parnaíba - local da pesquisa - mesmo não havendo nenhum registro em lei criando oficialmente o orçamento participativo, iniciou-se, em 2005, um processo de consulta pública, através de fórum popular, que começou, desde então, a abrir espaço para a participação da sociedade nas discussões do orçamento. Essa prática está sendo denominada e difundida pelo

poder executivo municipal, com a nomenclatura de orçamento participativo.

Pergunta-se então: o orçamento público de Parnaíba configura-se como orçamento participativo? Existe uma participação efetiva da sociedade civil na elaboração do orçamento público deste município?

O objetivo deste trabalho é analisar a participação efetiva da sociedade civil na elaboração do orçamento público de 2011 no município de Parnaíba-PI.

O ponto de partida é a pesquisa bibliográfica sobre experiências brasileiras em relação à participação da sociedade civil na elaboração de orçamentos públicos, como o caso do OP de Porto Alegre.

A pesquisa empírica é de natureza qualitativa e utilizou técnicas de observação participante. Na qual o pesquisador inicia o processo de observação através da identificação dos representantes da sociedade civil. Para isso, dialoga com estes sobre o processo de convocação e sobre a avaliação do OP de anos anteriores. Posteriormente interagiu com os representantes da sociedade civil e da administração municipal na sala temática Fortalecimento Econômico, Ações para o Desenvolvimento Social, Geração de Emprego e Renda. Finalizando com as observações na plenária final na qual foram definidos os projetos do orçamento. Estas observações foram sistematizadas e organizadas em um diário de campo e posteriormente analisadas pelo pesquisador. O público observado foi de 22 pessoas participantes de uma sala temática, dentre as seis existentes, em um universo de 160 participantes.

Os resultados da pesquisa estão relacionados neste artigo e se organiza da seguinte forma: primeira parte trata da participação da sociedade civil no processo orçamentário; em seguida, relata-

se o modelo parnaibano de orçamento participativo e realiza-se a conclusão.

2 Participação da sociedade civil no processo orçamentário

Para que a administração pública alcance o objetivo de desenvolvimento social, político e econômico, seja do país, estado ou município, é necessário que seus recursos sejam gerenciados de forma responsável e equilibrada. A Constituição de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF tornou isto possível através do aperfeiçoamento na forma de realizar o planejamento e o orçamento, permitindo, então, aos cidadãos o direito à participação popular e o acesso às contas públicas, com o poder de demonstrar sua opinião e auxiliar no bom gerenciamento dos recursos públicos.

Com a possibilidade da participação popular proporcionada tanto pela constituição como pela LRF, começa-se a considerar no planejamento as aspirações, as avaliações e as visões da sociedade civil. Esta, por sua vez, passa a assumir um papel ativo no planejamento, tornando-se agente e não apenas paciente. Para Bobbio (1987), esta é a esfera das relações sociais não regulamentadas pelo Estado.

Segundo Bresser-Pereira (1995), na sociedade civil, o povo, constituído pelos cidadãos, organiza-se, formal e informalmente das formas mais variadas como: classes sociais, frações de classes, grupos de interesse, associações. Considera-se, deste modo, que a implementação de planejamento e orçamento participativo deve ser feito, por meio da participação da sociedade civil no processo de discussão e acompanhamento dos planos e programas do governo, visto que a sociedade civil é a mais indicada, para informar onde a ação governamental é necessária. Possibilitando, assim, à população apontar as demandas mais urgentes através da sua participação direta na elaboração do orçamento público municipal.

“O orçamento público é uma das faces da intervenção do governo na economia. É um conjunto organizado de informações financeiras de uma unidade de governo para um período futuro” (PIRES, 2001, p.5). É, portanto, uma ferramenta de planejamento e controle dos recursos financeiros do governo, assegurando o seu melhor uso e transparência na sua aplicação, possibilitando, desta forma, o aumento da eficiência e eficácia no uso desses recursos.

Logo, o processo de participação da sociedade civil na elaboração do orçamento público é um instrumento de construção coletiva, uma forma democrática de planejamento e implementação de políticas públicas, que permite ao indivíduo resgatar a ideia de que é sujeito, além de uma oportunidade para tomada de consciência que abre caminhos para a cidadania. Assim, o princípio da participação passou a consistir em um instrumento de garantia da gestão democrática da cidade, permitindo ao cidadão ter o controle social das políticas públicas e resgatar a ideia de sujeito ativo. Porém, somente através da participação efetiva é possível ocorrer o controle social das políticas públicas.

Desta forma, uma das vertentes de participação efetiva da sociedade, que se tem difundido, principalmente, em âmbito municipal, é a prática orçamentária participativa, denominada de orçamento participativo - OP. Um mecanismo de gestão democrática e participativa da sociedade na alocação dos recursos orçamentários.

“A implantação do OP tem sido fundamental para dividir com a população a responsabilidade de decidir onde aplicar os poucos recursos, sempre limitados em relação às demandas e às necessidades” (ANANIAS, 2005, p.33). Um dos elementos que reforça a proposta do OP reside na política de deliberação pública que ela suscita: a decisão participativa sobre a alocação dos recursos orçamentários.

Com isso, percebe-se que esta prática não é simplesmente para chamar a população a aplaudir e conferir legitimidade aos programas e projetos idealizados pelo Governo, mas trata-se de participação diferenciada, intrinsecamente relacionada ao protagonismo, no sentido de que o indivíduo não é espectador, mas sim, ator que desempenha ou ocupa o primeiro lugar no rumo dos acontecimentos. Porém, para que a participação do cidadão na gestão pública seja realizada de forma efetiva, torna-se necessário que o gestor escolha uma metodologia de orçamento participativo de acordo com a realidade do local onde este será implementado.

3 Modelos de orçamento participativo

Quando os governos decidem adotar o orçamento participativo deparam-se com uma questão: a participação popular deve ocorrer depois que o governo fez suas propostas ou essas propostas devem ser feitas somente depois de consultadas as demandas da sociedade civil? Para

determinar a forma de participação existem três métodos: o indutivo, o dedutivo e o dialético (PIRES, 2001).

No método indutivo, a prefeitura consolida os projetos a partir das audiências públicas. A primeira etapa consiste em ouvir a opinião popular nas audiências públicas, os resultados destas audiências são consolidados e, eventualmente, concluídos no orçamento. Este é revisto e, em seguida, é convocada uma audiência pública final, na qual são eventualmente, aceitas novas sugestões. A proposta orçamentária é fechada e entregue à Câmara Municipal (RIBEIRO; SIMON, 1993).

No método dedutivo, a prefeitura elabora os projetos e leva às audiências públicas. A primeira etapa é a preparação de uma proposta orçamentária inicial, onde as secretarias do município apresentam os pré-projetos, que serão consolidados normalmente pelas secretarias de finanças e de planejamento. Após consolidada, é levada a audiências públicas, onde é discutida. As sugestões da população são anotadas e, eventualmente, incluídas na proposta orçamentária. Posteriormente é apresentada em audiência pública uma nova proposta para a sociedade, já com as sugestões populares. Nesta etapa, sugestões e críticas são ouvidas, mas a finalidade principal é justificar a inclusão ou não das sugestões populares. Assim, a proposta orçamentária é fechada e entregue à Câmara Municipal (RIBEIRO; SIMON, 1993).

No método dialético, a prefeitura e a sociedade civil interagem de diversas formas, com flexibilidade para escolhas a cada momento, visando chegar a um projeto, não necessariamente consensual, mas negociados até chegar ao limite em que seja viável e possa ser monitorado por ambas (PIRES, 2001).

3.1 Modelo parnaibano de orçamento participativo

Observa-se que o método utilizado para participação popular no processo orçamentário do município de Parnaíba-PI é o método dedutivo, pois primeiramente ocorre a definição por cada secretaria dos projetos que irão ser apresentados na audiência pública; em seguida, estes são enviados à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Avaliação – SEPLAN, que consolida os projetos por áreas temáticas. A próxima etapa é a convocação dos delegados para a audiência pública, nela são escolhidos os projetos prioritários

além de eventual inclusão de novos projetos. Em seguida, o orçamento é levado ao Poder Legislativo para votação e aprovação.

A audiência pública, campo de observação do pesquisador, inicia-se com o credenciamento, na qual os participantes registram em documento o nome completo, instituição que representa, bairro, telefone e escolhe a temática que tem interesse em participar. As temáticas, definidas antecipadamente pelo poder municipal, foram as seguintes:

I - saúde;

II - educação;

III - infraestrutura, planejamento urbano, segurança e transporte;

IV - desenvolvimento sustentável e estratégias para o desenvolvimento do setor primário;

V - fortalecimento econômico, ações para o desenvolvimento social, geração de emprego e renda;

VI - cultura; esporte e lazer.

Os trabalhos iniciam-se com uma breve abertura e discurso de representantes da administração municipal; em seguida, a população se divide em salas de acordo com a temática escolhida. As salas temáticas são espaços nos quais os representantes da sociedade civil (delegados) e os representantes do executivo municipal se reúnem para propor, discutir e escolher os projetos que serão encaminhados para a plenária final.

A temática escolhida para observação foi fortalecimento econômico, ações para o desenvolvimento social, geração de emprego e renda, que teve a presença de 21 pessoas das quais, treze eram da própria prefeitura e apenas oito eram representantes da sociedade civil.

A operacionalização nas salas tem duração aproximada de duas horas e meia, e se inicia com um técnico da SEPLAN, esclarecendo a metodologia de escolhas dos projetos, passando, em seguida, a palavra para três secretários com projetos vinculados a esta temática, defenderem suas propostas de trabalho. Em seguida, em uma hora, os secretários defendem os projetos competentes a sua secretaria.

Após esta explanação, abre-se espaço de uma hora e meia para discussões dos projetos, em que os técnicos da SEPLAN entregam aos participantes, fichas formulários para a indicação de 10 projetos com suas respectivas prioridades, determinados previamente pela administração municipal e a possível apresentação e inclusão de

propostas da população. Porém, ao final de uma hora e meia foram escolhidos 14 projetos.

Após a explanação e defesa dos projetos são escolhidos em cada temática, um relator para compor a mesa na plenária final e apresentá-los.

Apresentados os projetos na plenária final, estes são aceitos sem nenhum espaço para contestações e discussões, encerrando, assim, a sessão do orçamento participativo de 2011. Cabendo ao executivo o envio deste ao Poder Legislativo para votação.

Em entrevista com os representantes da sociedade civil, observa-se que a obrigatoriedade do representante escolher no credenciamento apenas uma temática é um obstáculo, pois os bairros têm diversas carências, em áreas distintas. Segundo o delegado do Bairro Planalto e presidente da Associação de moradores,

Toda comunidade tem prioridades em todas as áreas, então por que delimitar a escolha de uma área temática para o representante participar? Além de que todos os anos eu participo e ainda não houve a melhora que a comunidade necessita, pois os projetos ocorrem como, onde e quando a prefeitura quer (ENTREVISTADO 1, 2010).

Nas salas temáticas é possível perceber que a peça orçamentária já estava pré-definida sem a consulta das demandas da população. O que a população iria fazer naquele momento era apenas escolher os projetos apresentados em cada temática.

O tempo de explanação dos projetos pelos secretários se ampliou de tal forma que a população ouviu os projetos da administração, porém ela foi pouco ouvida, pois os projetos eram em sua maioria, de continuação dos já existentes, ocorrendo também uma propaganda daqueles que já foram desenvolvidos. A possibilidade da população exprimir suas demandas e a inclusão de novos projetos, foi limitada devido ao pouco tempo destinado às discussões nas salas temáticas e ao fato de que para a inclusão destes era preciso preencher uma proposta com o tema, objetivo, justificativa, local e valor aproximado para execução do projeto. Também um dos motivos pelo qual, na plenária final, houve uma redução de aproximadamente 1/3 da participação popular.

O mesmo delegado quando questionado de como avaliava o OP de 2011 de Parnaíba, respondeu: “Péssimo, porque ele só funciona no papel, na prática para com as comunidades carentes, esses Orçamentos Participativos, não

tem resultado. Desde os anos anteriores não vejo resultado” (ENTREVISTADO 1, 2010).

Observa-se, assim, que a sociedade não acredita na possibilidade de participar, efetivamente, do processo de planejamento, elaboração, execução e acompanhamento do orçamento público participativo. Outro determinante para esta falta de credibilidade é o fato do OP ter suas regras estabelecidas somente por um regimento interno, não havendo lei que regulamente este processo, bem como o fato de Parnaíba ainda não destinar percentuais do Orçamento do Município para o OP, assim não se torna obrigatório à realização dessas propostas.

4 Conclusão

Este artigo analisou a participação da sociedade civil na elaboração do orçamento público de 2011 da cidade de Parnaíba-PI, através da metodologia de participação adotada pela prefeitura municipal.

Apesar da participação da sociedade civil no processo orçamentário ser um instrumento de construção coletiva, uma forma democrática de planejamento e implementação de políticas públicas, ela não está recebendo o devido reconhecimento, pela Prefeitura Municipal de Parnaíba, uma vez que a participação da população está limitada em apenas um dia, não ocorrendo discussões sobre as demandas das comunidades durante o ano, e nenhuma preparação anterior a este momento de discussão.

A pesquisa evidenciou, portanto, que a principal insatisfação dos Delegados Territoriais com o OP é a não realização das propostas sugeridas. E, por isso, os mesmos já estão desacreditados enquanto sua participação no relato de suas demandas, uma vez que a administração pública não divide com a população as decisões de alocação dos recursos, e, também, não fomenta a participação popular. Portanto, a metodologia utilizada pelos gestores não permite ao cidadão o controle social do orçamento público.

O que há é um discurso do Estado sobre projetos que, em sua maioria, já existem e a proposta é de manutenção destes. Ao invés de ser um processo participativo, o que ocorre é um processo de convencimento dos projetos de cada secretaria. Esse processo não está discutindo prioridades da população, pois não houve um conjunto de reivindicações para destacarem as mais importantes, bem como, não houve um

momento para serem formuladas as reivindicações de forma participativa. Identifica-se, assim, o individualismo, que é contrário ao que os formuladores do OP pregam: a construção do orçamento público de forma coletiva. Não havendo, portanto, a política de deliberação pública, que é um dos elementos que reforça a proposta do OP.

Em resumo, o orçamento participativo em Parnaíba-PI é uma consulta pública, porém não é participativa, pois a administração municipal já pré-estabeleceu os projetos, e a população está ali apenas para referendar, permanecendo, portanto, passiva em relação as vontades do governo.

Conclui-se, assim, que o orçamento público de Parnaíba não se configura como orçamento participativo, uma vez que não há participação efetiva da sociedade civil na sua elaboração; pois o cidadão não conseguiu resgatar a ideia de sujeito ativo, permanecendo, ainda, como coadjuvante da gestão pública, na qual o papel mais significativo da população foi legitimar os projetos idealizados pela administração municipal. O Estado limitou a oportunidade da sociedade ser ouvida, não havendo, portanto, participação social no planejamento econômico dos gastos e das receitas do município e a alocação dos recursos não ocorreu de acordo com as demandas da sociedade ●

Referências

ANANIAS, Patrus. **Orçamento Participativo – Por que o implantamos em Belo Horizonte?** In: AZEVEDO, Sérgio de; FERNANDES, Rodrigo Barroso (Org.). *Orçamento Participativo – construindo a democracia*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado republicano:** democracia e reforma da gestão pública. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

IDEM. **“Estado, sociedade civil e legitimidade democrática”**. Lua Nova - Revista de Cultura e Política, n. 36, p. 85-104, 1995. Disponível em: <http://www.nead.unit.br/professor/dante_flavio/arquivos/atividades/EstadoSociedadeCivil_LegitimidadeDemocratica%5B1%5D.p.pg.pdf >. Acesso em: 12 nov. 2010.

PIRES, Valdemir. **Orçamento Participativo:** o que é, para que serve, como se faz. São Paulo: Manole, 2001.

RIBEIRO, Carlos A. C. & SIMON, Walter T. **Práticas Orçamentárias Participativas:** um Estudo de Caso de Prefeituras Paulistas. Texto para Discussão n.16. FGV, EAESP, Departamento de Economia, 1993.

* **Graduada em Ciências Econômicas/UFPI.**

****Professor do Curso de Ciências Econômicas/UFPI.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SÓCIAIS

Por Luzijones Felipe de Carvalho Façanha * e Solimar Oliveira Lima**

1. Introdução

O Ministério Público está definido na Constituição Federal brasileira como uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Esta instituição abrange o Ministério Público da União e o Ministério Público dos Estados.

O presente trabalho, tomando como base a experiência profissional e referências bibliográficas, analisa a atuação constitucional dos membros do Ministério Público dos Estados, o qual, desde a Lei Maior de 1988, se tornou muito diversificada e complexa. Com efeito, antigamente, o Ministério Público dos Estados tinha como função máxima apenas a promoção da ação penal pública com o fim de punir pessoas que cometem crimes definidos na legislação penal do País. Também funcionava como fiscal da lei nas questões de natureza cível, nas quais se vislumbrasse o interesse público, conforme definido na legislação civil.

Após a Constituição Federal de 1988, aquele Ministério Público passou a desenvolver novas e extensas atribuições, notadamente na área dos interesses difusos e coletivos, tais como: defesa do meio ambiente, do consumidor, do patrimônio público, das populações indígenas, das crianças e adolescentes, das pessoas com deficiência, das pessoas idosas, dos direitos sociais básicos da população (como saúde, educação, habitação, urbanismo, seguridade, previdência social, relações de trabalho, etc) e dos direitos humanos (especialmente, o combate à discriminação racial e a defesa das populações consideradas minorias), dentre outros. (MAZZILI, 1993; FONTES, 2006)

Por conseguinte, diante desse leque de atribuições, o Ministério Público dos Estados foi obrigado a realizar um acentuado e permanente controle sobre a administração pública, atuando, em decorrência disso, nas questões que envolvem

políticas públicas, quando implementadas e, principalmente, quando omitidas. Neste sentido, tornou-se perceptível que nos municípios, especialmente naqueles possuidores de médio e pequeno nível de desenvolvimento econômico e social, são intensas as demandas por políticas públicas e a busca da sociedade civil pelo representante do Ministério Público Estadual objetivando solucionar o problema. A crença nos “super-poderes” do Promotor de Justiça leva dezenas de pessoas a procurar, diuturnamente, a sua ajuda, sendo ele, em cada cidade, tanto usufrutuário como garantidor das políticas públicas e, encontrando, numa e noutra situação, certas dificuldades de atuação.

2. A relação entre as políticas públicas e o Ministério Público

O conceito de políticas públicas, no Brasil, ganhou contornos e formas mais definidas a partir da Constituição Federal promulgada em 1988. Decorrentes de um processo político, aparecem como o conjunto de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) elaboram e executam para atender o interesse público e oferecer melhores condições de vida à população (JENKINS, 1978). Nesse contexto, Políticas públicas, a Ciência do Direito e a Teoria Política, possuem relações de confluência obrigatória e, portanto, inarredáveis. Conforme esclarece Frischeisen (2000, p. 80)

As políticas públicas, nesse sentido, devem ser compreendidas como as ações que **buscam dar executoriedade à lei**, ou seja, “aquelas ações voltadas para a concretização da ordem social, que visam à realização dos objetivos da República, **a partir da existência de leis decorrentes dos ditames constitucionais**” (grifos nossos)

Naturalmente, até serem transformadas em lei, as políticas públicas passam por vários estágios (ciclos ou fases), que assim podem ser resumidos: formação da agenda (seleção das prioridades); formulação de políticas (apresentação de soluções

ou alternativas); processo de tomada de decisão (escolha das ações); implementação (ou execução das ações) e avaliação. Na realidade, os estágios acima mencionados interligam-se entre si, pois constituem um processo em ciclos. Entretanto, salvo engano, de todas as fases das políticas públicas, a que realmente exige maior concentração de esforço é a da **IMPLEMENTAÇÃO**, ou seja, quando as idéias escritas saem do papel e são postas em prática. Neste sentido, adverte Rua (1998):

A rigor, uma decisão em política pública representa apenas um amontoado de intenções sobre a solução de um problema, expressas na forma de determinações legais: decretos, resoluções, etc, etc ... Nada disso garante que a decisão se transforme em ação e que a demanda que deu origem ao processo seja efetivamente atendida. **Ou seja, não existe vínculo ou relação direta entre o fato de uma decisão ter sido tomada e a sua implementação.** E também não existe relação ou vínculo direto entre o conteúdo da decisão e o resultado da implementação. (grifamos)

Daí porque a grande questão que se apresenta no momento é: como implementar as políticas públicas legisladas? Implementar significa garantir o gozo de direitos e, neste aspecto, parece pertinente a observação de Bobbio (1992, p.25), quando diz que o problema que temos, atualmente, não é filosófico, mas jurídico (e até político) para garantir o exercício dos direitos humanos e impedir que sejam negligenciados ou violados.

E assim, certamente atento à complexidade na implementação de direitos através das políticas públicas, o Constituinte Federal de 1988 resolveu dotar o Ministério Público, Instituição pertencente à organização jurídica do próprio Estado, com a legitimidade necessária para atuar nesta matéria. Determinou, em suma, que a citada Instituição seria fiscalizadora da concretização daquelas ações governamentais. Com isso, a Lei Maior vocacionou o Ministério Público como guardião da sociedade, incumbido da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal). Portanto, o Ministério Público é um órgão constitucionalmente escolhido para intermediar as relações entre a sociedade civil, o mercado e o Estado. E, nesta tarefa, a Instituição Ministerial está, indiscutivelmente, na condição de aliada da sociedade civil.

Desta feita, é legalmente incorreto se pensar que o processo de escolha das políticas públicas a

serem implantadas no Estado brasileiro é tarefa de atribuição exclusiva do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Os mandamentos emancipatórios da Constituição Federal de 1988 vinculam todos os Poderes e os órgãos criados ou reformulados com a incumbência de garantir vigência material à citada norma. Mas, destaque especial é concedido ao Ministério Público porque foi o órgão, dentre tantos outros, escolhido pelo legislador para fiscalizar os atos de gestores públicos em defesa dos direitos do povo brasileiro, principalmente os direitos sociais. Assim torna-se firmado, sem qualquer controvérsia, que o Ministério Público é um agente atuante nas políticas públicas. Seus atos devem incidir principalmente, na mediação, no controle e na judicialização das controvérsias.

Naturalmente, o papel do Ministério Público possui limites. Não é sua tarefa, realmente, disciplinar, em suas nuances, as especificações técnicas nas escolhas de políticas públicas e as preferências concernentes às dotações orçamentárias. Entretanto, não é de se manter na condição de quem assiste o Poder Executivo ou o Legislativo usar os recursos públicos como “um cheque em branco” que lhes foi concedido, distanciando-se da eficiência da prestação dos direitos fundamentais.

Como existem níveis e níveis de decisão política, o Ministério Público está autorizado a intervir naquele que reclama respeito com os interesses diretos da sociedade, de modo a protegê-la de abusos e omissões dos Poderes Constituídos. O Ministério Público desenvolve, pois, o mister de transformador social porque existe para tentar criar um cenário distinto do vivido até o momento, ou seja, construir um País cujo povo viva longe da pobreza, da desigualdade e da exclusão.

3. O Ministério Público e os mecanismos de defesa da sociedade: possibilidades e limites

O Ministério Público, como uma importante instituição defensora da sociedade, responde por elevada quantidade das demandas que tratam de direitos fundamentais, sejam tais demandas de cunho judicial ou extrajudicial. De início, importante destacar que o Ministério Público dos Estados, no desenvolvimento das suas atribuições, não atua somente perante o Poder Judiciário. Na verdade, também funciona autonomamente, sem depender da estrutura daquele órgão. Quando atua perante o Judiciário, o Ministério Público promove ações judiciais (processos) ou fiscaliza aquelas que

foram interpostas por pessoas físicas ou jurídicas. No contexto do controle dos atos do poder público, o instrumento judicial mais manejado pelo órgão é ação civil pública, regulada pela Lei 7.347/85. Apesar de as associações civis serem co-legitimadas a propor a mesma ação, é o Ministério Público que dela faz uso permanentemente, pois aqueles grupos organizados não vêm se utilizando deste instrumento de maneira significativa. (FONTES, 2006).

Na atuação extrajudicial, ao dispor do membro do Ministério Público dos Estados, há inúmeros instrumentos de trabalho. Ele pode lançar mão de visitas fiscalizatórias a órgãos públicos; fazer coleta direta de dados e informações; realizar audiências públicas para discutir assuntos variados; proferir palestras e promover cursos de capacitação dirigidos a pessoas físicas ou jurídicas; emitir pareceres e recomendações verbais ou escritas; instaurar medidas de investigação sobre atos públicos (procedimentos simplificados ou inquéritos civis); e colher termo de ajustamento de conduta, que é uma espécie de acordo escrito, onde as pessoas envolvidas, entre eles os representantes de órgãos da Administração Pública, comprometem-se a cumprir determinadas condições. O dito documento tem força de título executivo.

Assim, é possível perceber que o membro do Ministério Público possui muitos instrumentos legais, judiciais e extrajudiciais, para colocar em prática, em busca de efetivar políticas públicas. Além disso, conta com a vantagem de trabalhar em contato muito próximo com os gestores políticos e a sociedade civil. Aliás, o contato direto do membro do Ministério Público, principalmente do Promotor de Justiça, com as pessoas que moram em cada município, é estimulado e facilitado ao máximo. Até porque é assim que está previsto nas leis que organizam o órgão (Lei Federal nº 8.625/93 e Lei Complementar Estadual nº 12/93).

A instituição ministerial, de fato, está na condição de principal coadjuvante da sociedade civil, de presença indispensável neste momento no qual esta ainda não conseguiu se mobilizar eficazmente para exigir o reconhecimento dos seus direitos (MEKSENAS, 2001). Por causa disso, o dito órgão chamou para si a função de ser uma “pedra no sapato” dos governos, os quais estavam acostumados a tratar as prestações públicas positivas como se tivessem fazendo um favor para a população. O Ministério Público é uma instituição

pertencente ao Estado que fiscaliza, questiona e enfrenta o Estado. É, pois, órgão *sui generis*. E nisso consiste a sua especificidade.

Mas, imperioso destacar também que a tarefa do Ministério Público brasileiro não é nada simples. Apesar do esforço dos membros ministeriais, muitas vezes os resultados alcançados parecem ainda não ser expressivos. É que o quadro da pobreza, das desigualdades e da exclusão social no cenário brasileiro ainda tem raízes muitas vivas e profundas. Por isso, são enormes as frustrações, principalmente, dos Promotores de Justiça (membros do Ministério Público Estadual que estão em contato mais direto com o povo) quando não conseguem responder aos inúmeros pedidos de intervenção nas controvérsias envolvendo a implementação de políticas públicas sociais.

Mesmo dispondo do instrumental jurídico já citado para buscar implementar as políticas públicas sociais reclamadas, não é sempre que o Ministério Público colhe resultados positivos. Ao contrário, muitas vezes as portas se fecham também para este especial defensor da sociedade. E por que assim acontece? Na verdade, o Ministério Público é órgão que faz a intermediação de controvérsias judiciais ou extrajudiciais, mas não tem o poder final de decisão. Quando a questão ainda está em nível administrativo, o Ministério Público, num primeiro momento age como conciliador, buscando debater com os envolvidos (gestores, técnicos e sociedade civil etc) para encontrar uma melhor solução. Num segundo momento, não conseguindo o acordo, é que deve partir para a propositura de uma ação judicial. E então bate às portas de um Juiz de Direito com a sua pretensão escrita, explicada e embasada juridicamente. Espera, a partir daí, uma decisão judicial, que pode vir, não vir ou ser proferida bem diferente do que foi solicitado.

Realmente, litigar em juízo não é tarefa fácil, especialmente quando a parte adversa é o Estado. Infelizmente, no contexto deste trabalho, não há espaço para se descer a nuances sobre o assunto. Apenas seja registrado aqui, agora sobre os sujeitos incumbidos de tomar decisões políticas, este traço que a nossa experiência tem revelado: há, entre eles, forte influência dos interesses pessoais na condução da que é coletivo. Percebe-se, com desalento, que gestores públicos, na sua maioria, não se mostram verdadeiramente interessados em propiciar as melhorias na qualidade de vida dos cidadãos.

É facilmente detectável o interesse pelas vantagens individuais entre grupos privilegiados. Um eterno “fazer de conta” das lideranças políticas, no sentido de demonstrar interesse pelas demandas apresentadas pela sociedade, marcam o comportamento governamental e o caminho que apresentam é, invariavelmente, empurrar os problemas para frente, rumo a uma “solução no futuro”. Aliás, nesta questão de adiar os problemas políticos e sociais para resolvê-los no futuro, o Brasil se mostra veterano. Octavio Ianni (1986) e José Luis Fiori (1995), ao fazerem uma análise da situação política brasileira desde o ano de 1930, constataram a ocorrência de uma intensa burocratização dos órgãos públicos, sem resolução significativa de demandas sociais, mas uma constante postura de governantes em adotar “um fuga para frente”.

E é, pois, neste cenário, permeado por avanços, retrocessos e contradições que opera o Ministério Público. Parece, contudo, que a Instituição ainda possui a crença de que, a partir do papel que desenvolve, passos serão avançados, controvérsias de interesse da sociedade serão resolvidas, direitos fundamentais serão firmados e se expandirão, com a democracia cada vez mais se consolidando. E aliás, considerando as inúmeras ações que propõem em torno de políticas públicas sociais, os membros do Ministério, ou pelo menos uma boa parte deles, dão mostras de terem muita disposição para desenvolver o mister constitucional recebido e a sociedade civil parece ainda acreditar no potencial da instituição e esperar pela sua permanente cooperação. Espera-se, pois, que esse relacionamento entre Ministério Público e sociedade civil seja, realmente, promissor.

4. Conclusão

O Constituinte Federal de 1988 dotou o Ministério Público com legitimidade para atuar em matéria de políticas públicas, principalmente as sociais, com vistas a garantir os direitos humanos fundamentais. Com isso, a Lei Maior vocacionou o Ministério Público para intermediar as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, sendo que aquela Instituição atua na condição de aliada desta última.

A atuação dos membros do Ministério Público, no exercício de sua missão constitucional, é por demais diversificada e ainda aumentou, significativamente, após a promulgação da Constituição de 1988, pois foi incluída a fiscalização e o controle permanente sobre os atos dos gestores públicos e os gastos que estes realizam com o dinheiro público, destacando-se, também, o acompanhamento direto das questões que envolvem políticas públicas, quando implementadas ou até mesmo quando omitidas.

Nesse passo, o Ministério Público dos Estados, utilizando-se dos mecanismos de que dispõe, tem disponibilizado sua ajuda para a sociedade civil e, apesar das freqüentes dificuldades, vem conseguindo ajudar na consolidação da democracia e na conquista da cidadania plena, especificamente pelo enfrentamento à pobreza, às desigualdades e à exclusão social ●

Referências

- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campos, 1992.
- FIORI, José L. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- FONTES, Paulo Gustavo Guedes. **O controle da administração pelo Ministério Público**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- FRISCHEISEN, Luiza Cristina Fonseca. **Políticas públicas** – A responsabilidade do administrador e o Ministério Público. São Paulo: Ed. Max Limonad, 2000.
- IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. São Paulo: Civilização brasileira, 1986.
- JENKINS, William. **Policy Analysis**. A Political and Organizational Perspective. Londres: Martin Robertson, 1978.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. **Regime jurídico do Ministério Público**. São Paulo: Saraiva, 1993.
- MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, Poder e Comunicação**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Mimeografado. 1998.

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFPI.

** Doutor em História, professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFPI.

DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E CONSELHOS DE SAÚDE: limites e possibilidades

Por Janaína Mapurunga Bezerra de Miranda* e Simone de Jesus Guimarães**

Os conselhos gestores são espaços inovadores na gestão pública criados nos anos 90 do século XX, no Brasil, frutos do processo de democratização do Estado que têm por atribuição contribuir na elaboração, execução e controle das políticas públicas. Os conselhos se estabelecem na relação Estado e sociedade; são órgãos que contam com a participação de representantes do governo e da sociedade civil e se constituem em canais permanentes de negociação junto aos diversos órgãos do Estado, permitindo a institucionalização da participação cidadã nas decisões governamentais.

Esses espaços, nos últimos 20 anos, vêm se constituindo em objeto de análises de diversos estudiosos, que encontram nessas esferas compreensão dos limites e possibilidades da construção democrática brasileira. Acredita-se que os conselhos gestores no Brasil e, dentre eles, os conselhos de saúde, apresentam limites à prática da participação cidadã; porém, não se pode perder de vista que a luta pela democracia, cidadania e participação é um processo complexo, desigual e contraditório que está em construção; e que os limites existentes aos conselhos devem ser discutidos para que sejam visualizadas as possibilidades.

O termo construção democrática aqui se refere ao aprofundamento e ampliação de esferas da vida pública e não à consolidação da democracia eleitoral (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006); refere-se à extensão do conceito de política e cidadania, à compreensão da heterogeneidade da sociedade civil e do Estado e à defesa do projeto democrático participativo. Para a análise e compreensão dos projetos em disputa hoje no Brasil é necessário compreender as principais concepções de democracia do século XX e os projetos políticos em andamento.

Santos e Avritzer (2002) afirmam que o século XX foi um momento de embate teórico em torno da questão democrática desenvolvida ao final de cada

uma das guerras mundiais e no período da Guerra Fria. Nesse processo, surgiram dois debates principais: o primeiro, ocorrido na primeira metade do século, centrou-se no desejo ou não da democracia, pois até então a democracia era considerada perigosa por atribuir o poder de governar ao povo; e o segundo debate tratou das condições estruturais da democracia no período pós-Segunda Guerra Mundial, questionando a compatibilidade ou incompatibilidade entre a democracia e o capitalismo. Ao final das duas grandes guerras, a democracia tornou-se desejável como forma de governo, sendo que a proposta que se caracterizou como hegemônica foi a de corte liberal, que restringia as formas de participação e soberania ampliada, em favor de um consenso em torno do procedimento eleitoral para a formação de governos.

Segundo Santos e Avritzer (2002), na primeira metade do século passado, a discussão em torno da democracia ocorreu entre duas concepções de mundo: a concepção da liberal-democracia e a concepção marxista. Deste enfrentamento, surgiram concepções hegemônicas no interior da teoria da democracia, que passaram a vigorar a partir da segunda metade do século. Essas concepções estão relacionadas à resposta dada a três questões: “a relação entre procedimento e forma; o papel da burocracia na vida democrática; e a inevitabilidade da representação nas democracias de grande escala” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 44).

Considerando a primeira questão, para a concepção hegemônica liberal, a democracia tem que ser analisada como forma e não como substância. Abordando a visão do elitismo democrático, Schumpeter (apud SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 44) questionava a doutrina marxista e considerava que o processo democrático é “um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para se chegar às decisões políticas e administrativas.” Segundo

Schumpeter (apud SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 41), “o cidadão comum não tinha capacidade ou interesse político senão para escolher os líderes aos quais caberiam tomar as decisões.”

Santos e Avritzer (2002) afirmam que Norberto Bobbio transformou o procedimentalismo em regras para a formação do governo representativo - a democracia então se constituiu em um conjunto de regras para a formação de maiorias, destacando o peso igual dos votos e a ausência de distinções econômicas, sociais, religiosas e étnicas.

Relacionada a esta primeira questão, Santos e Avritzer (2002) afirmam que o pensamento de teóricos liberais como Schumpeter e Bobbio não deram uma solução convincente para duas questões principais: a questão de saber se as eleições esgotam os procedimentos de autorização por parte dos cidadãos e a questão de saber se os procedimentos de representação esgotam a questão da representação da diferença.

A segunda questão da concepção hegemônica de democracia refere-se à indispensabilidade da burocracia. Na análise que os autores fazem a partir do pensamento de Weber, eles afirmam que este teórico inaugurou o questionamento colocado no interior do debate democrático ao tratar da inevitabilidade de perda de controle sobre o processo de decisão política e econômica pelos cidadãos e seu controle por formas de organização burocrática. A visão de gestão participativa defendida por teóricos baseando-se no pensamento de Rousseau não prevaleceria devido à emergência de formas complexas de administração estatal. Na visão de Weber (apud SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 47),

[...] o fenômeno da complexidade da burocracia, trazia problemas para o funcionamento da democracia, à medida que criava uma tensão entre soberania crescente - o controle dos governos pelos governados, e soberania decrescente - controle dos governados pela burocracia.

Contudo, com o crescimento das funções do Estado com o *Welfare State*, o argumento de que a burocracia era inevitável cresceu na medida em que as funções do Estado foram se ampliando. Com a difusão do Estado de Bem-Estar Social nos países europeus, o interesse no crescimento da burocracia mudou e passou a ter um sentido positivo; houve o fortalecimento da burocracia na medida em que as funções do Estado ampliaram-se.

Com a ampliação da burocracia, a concepção

hegemônica de democracia passou a conceber a possibilidade de arranjos participativos (porém, com controle dos mesmos pela gestão), porque os problemas administrativos exigiam cada vez mais soluções plurais. Constatou-se que as burocracias centralizadas não tinham condições de agregar ou lidar com o conjunto das informações necessárias para a execução de políticas complexas nas áreas sociais, ambientais ou culturais (SANTOS; AVRITZER, 2002). Nesse sentido, reside o motivo da concepção hegemônica de democracia conceber a possibilidade de arranjos participativos. Mas, é claro, com controle e manipulação desses espaços por parte da gestão administrativa.

A terceira questão defendida pela concepção hegemônica de democracia refere-se à solução da representação nas democracias de grande escala. Para essa concepção, a representatividade seria a única solução possível; parte do princípio de que quanto maior a unidade democrática, maior será a necessidade de delegar as decisões de governo para os seus representantes. Santos e Avritzer (2002, p. 49), consideram que se é verdade que a representação facilita o exercício da democracia em escala ampliada, é verdade, também, que a representação dificulta a solução de outras questões, tais como: “a da prestação de contas e da representação de múltiplas identidades.” Essa forma, na visão dos autores não garante, por exemplo, que o método de tomada de decisão por maioria expresse adequadamente no legislativo as identidades minoritárias. Nesse sentido, a dificuldade de representar agendas e identidades específicas seria um dos limites da concepção hegemônica.

A solução aos limites da teoria hegemônica da democracia passou a ser pontuada a partir da concepção contra-hegemônica surgida no pós-guerra: como concepção alternativa, manteve o procedimentalismo, percebendo-o como forma de vida, e entendendo democracia como forma de aperfeiçoamento da convivência humana. Para essa concepção, a democracia é uma gramática da organização da sociedade e da relação entre o Estado e a sociedade (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Os autores nos lembram que a preocupação que está na origem da concepção contra-hegemônica da democracia é a mesma que está na origem da concepção hegemônica, porém, as respostas dadas às questões são diferentes. Para a concepção contra-hegemônica, o reconhecimento da pluralidade humana ocorre a partir de dois

critérios distintos: “a ênfase na criação de uma nova gramática social e cultural e o entendimento da inovação social articulada com a inovação institucional.” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 51). No dizer de Santos e Avritzer (2002), para a concepção contra-hegemônica de democracia, é preciso pensar a democracia como ruptura positiva na trajetória de uma sociedade; implica em abordar os elementos culturais da sociedade, romper com práticas históricas autoritárias e excludentes, como o autoritarismo social. No tocante ao papel dos movimentos sociais, quanto à institucionalização da diversidade cultural, observa-se que esses estariam inseridos em atividades de ampliação do político, de transformação das práticas dominantes de poder, da conquista da cidadania e inserção, na política, de atores sociais excluídos.

No processo de democratização da América Latina ocorreu a inserção de novos atores na cena política, instaurando-se uma disputa pelo significado da democracia e pela constituição de uma nova gramática social. Em busca desse significado, a extensão da democracia, que começou no sul da Europa nos anos 1970 e chegou à América Latina nos anos 1980, recolocou na agenda novas formas na relação entre Estado e sociedade, que implicava na introdução de novas experiências na própria esfera do Estado, garantindo constitucionalmente, em países como o Brasil, o controle social da sociedade sobre a apropriação dos recursos públicos. Outra questão, para os autores, diz respeito ao aumento da participação social que, nos países recém-democratizados do Sul, teve êxito relacionado à capacidade dos atores sociais de transferirem práticas e informações do nível social para o nível administrativo. Uma última questão relaciona-se ao problema da relação entre representação e diversidade cultural. Com o aumento do número de atores sociais envolvidos na política, os grupos mais vulneráveis socialmente e as etnias minoritárias não conseguem que seus interesses sejam representados no sistema político com a mesma facilidade dos setores majoritários. A alternativa apontada seria uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Para Santos e Avritzer (2002), os novos processos de democratização partilham da possibilidade da inovação entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos em processos de tomada de decisão, com

temáticas até então ignoradas no sistema político, com a redefinição de identidades e vínculos e o aumento da participação em nível local. Nas análises dos autores, as experiências de democracia participativa “colocaram em questão uma identidade que fora atribuída externamente por um Estado colonial ou por um Estado autoritário e discriminador.” (p. 57). Os novos sujeitos reivindicavam direitos: de moradia, de bens públicos distribuídos localmente, à participação e ao reconhecimento da diferença. Havia um argumento em comum, combatiam o Estado autoritário e discriminador, questionavam a exclusão e propunham uma gramática social inclusiva.

Vale ressaltar que os novos projetos democráticos são objetos de disputa política, pois a concepção hegemônica de democracia liberal tenta estabilizar a tensão entre democracia e capitalismo, priorizando a acumulação do capital em detrimento da redistribuição social e a limitação da participação individual e coletiva sob o argumento de que as demandas sociais sobrecarregariam o sistema colocando em perigo a acumulação. Percebe-se que no momento em que se desejava a extensão da democracia em países como Brasil na década de 1980, reivindicada pelos setores sociais excluídos socialmente, a visão hegemônica das elites difundiam a ideia da sobrecarga democrática; e quando processos democráticos se institucionalizavam, tais como a implantação de conselhos gestores e de direitos e a discussão do orçamento participativo, estes eram contestados, combatidos ou descaracterizados pela via da cooptação (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Os autores supracitados, com muita profundidade na análise, verificam que, ao contestar a democracia liberal, a concepção e prática democrática contra-hegemônica apresentam pontos importantes que alimentam a discussão contemporânea. Em sua visão, as práticas políticas alternativas devem ser consideradas, pois o modelo de democracia liberal impôs-se ao mundo como único e universal, aniquilando outras formas. É preciso reconhecer que “não há nenhum motivo para a democracia assumir uma só forma” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 77). O multiculturalismo brasileiro e as experiências recentes de participação apontam a possibilidade da deliberação pública e de fortalecimento da participação.

Com base no pensamento dos autores, verifica-se que os atores sociais do século XXI devem se

permitir exercitar a democracia participativa, pois, na sociedade em que vivemos, com um nível alto de pluralismo de interesses, valores e concepções morais, é preciso incentivar formas de socialização e experimentação da vivência democrática que permitam as diferenças em novos arranjos administrativos e que gerem formas de controle do Estado pelos cidadãos.

O debate contemporâneo contra-hegemônico sobre democracia participativa surgiu para dar resposta às características elitistas e excludentes das democracias eleitorais e das teorias que as fundamentam, as quais imprimem um significado limitante de democracia. Considera-se, nesse texto, que uma visão de democracia ampliada é aquela que se define como modo de vida e não apenas como regime político. A democracia ocorre quando se garante a cidadania através do acesso aos direitos civis, políticos, sociais, entre outros (SANTOS; AVRITZER, 2002).

A discussão da construção democrática, nessa perspectiva, fundamenta-se na ideia da formação de um novo projeto democrático baseado nos princípios “da extensão e generalização do exercício dos direitos, da abertura de espaços públicos com capacidades decisórias, da participação política da sociedade e do reconhecimento e inclusão das diferenças” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p.14).

No Brasil, desde os anos 90 do século XX, dois projetos políticos distintos estão em disputas, usando os mesmos conceitos e discursos parecidos: o projeto democrático-participativo e o projeto neoliberal. A homogeneidade no discurso desses projetos confunde as diferenças, enfraquece o sentido da participação e reduz antagonismos. Ambos os projetos convidam à participação da sociedade civil ativa e propositiva e se baseiam nas mesmas referências: a construção da cidadania, a participação e a ideia de sociedade civil (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

No tocante à sociedade civil, o projeto neoliberal visualiza-a como um ator unificado, homogêneo (sem reconhecer sua heterogeneidade), isolado da sociedade política, construindo uma visão distorcida da sociedade civil. Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 22) chamam atenção para esse olhar de sociedade civil difundida pelo projeto neoliberal, que se caracteriza por uma ideia pobre e reduzida, na qual se configura um “terceiro setor em que cabem todos os tipos de associações civis entendidas como entidades privadas para a ação

pública”, limitadas a atuar na concessão de serviços a terceiros. Para os autores, com essa ideia, perde-se, portanto, a visão crítica do conceito de sociedade civil. Há aqui um conceito de sociedade civil, defendido pelo projeto político neoliberal, que a analisa como o polo da virtude e o Estado como o polo da maldade, reproduzindo a concepção acrítica da oposição liberal entre sociedade e Estado. A ideia nova é que o Estado é uma instituição ineficiente e que a sociedade pode e deve cooperar. Estabelecendo uma crítica a essa visão, os autores afirmam a perda de sentido e o campo da crítica com uma nova visão homogeneizante (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

Num olhar crítico de sociedade civil, reconhece-se a existência de diferentes projetos em seu interior (diferindo do que prega o projeto neoliberal). Considera-se que esta é composta de uma grande heterogeneidade de atores, com formatos institucionais diversos (sindicatos, associações, redes, fóruns) e uma grande pluralidade de práticas e projetos políticos. No dizer de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 32), “a sociedade civil se expressa empiricamente como uma densa rede de movimentos sociais e associações de caráter diversificado.” E explicam que a natureza das associações é uma eventualidade histórica, pois, em cada momento, o padrão associativo é resultado de tendências de longo prazo, que remetem ao modelo de acumulação do capital, ao tipo de regime político, aos padrões culturais dominantes, ao marco jurídico que regula especificamente os tipos de associações e à correlação de forças existentes entre as classes e grupos sociais existentes. Nesse sentido, para os autores, entender a heterogeneidade da sociedade civil é compreender que no seu interior coexistem os mais diversos atores, tipos de práticas e projetos com formatos institucionais diversos e uma grande pluralidade de projetos políticos. Isto significa que a sociedade civil apresenta, internamente, de um lado, projetos políticos de cunho conservador e autoritário e, de outro lado, projetos políticos que defendem a ampliação da cidadania e a transformação social.

Assim como é necessário compreender a heterogeneidade da sociedade civil, torna-se necessário discutir a heterogeneidade do Estado para além da visão predominante que o define como um ente administrativo, homogêneo. Segundo Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), a

heterogeneidade do Estado caracteriza-se pelo modo como as diferentes instituições se formaram em diferentes ciclos e períodos (instituições fundadas com princípios organizacionais distintos de acordo com o período de implantação); nos diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal); e no plano horizontal na relação entre os três poderes do Estado democrático: executivo, legislativo e judiciário (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

Ao considerar a heterogeneidade do Estado e da sociedade civil, entende-se a complexidade de possibilidades de confronto e colaboração existentes nos espaços públicos; confrontos esses que precisam ser considerados na análise do processo de uma dada construção democrática para ilustrar o jogo de forças e de disputas dos distintos projetos políticos. Esta análise clarifica a arena de conflitos e de tensões existentes nos espaços públicos, como os conselhos, conferências, orçamento participativo, dentre outros. Uma análise ingênua desses espaços pode visualizá-los como arenas pacíficas e de perfeita cooperação.

Na análise dos conceitos pertinentes ao processo de construção democrática, o conceito de espaço público deve ser, portanto, considerado no sentido primeiro da publicidade, de manifestar o que está oculto; o público, como espaço da sociedade e não no sentido de Estado em oposição ao setor privado (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006). Essa nova noção de público no Brasil ganha evidência a partir da Constituição Federal de 1988, na qual os espaços públicos vão se caracterizar como instâncias deliberativas, com possibilidades de fortalecimento da sociedade civil. Nesses espaços, os sujeitos exercitam o discurso e o argumento a partir de suas prioridades e desempenham o controle social deliberando ações e projetos, constituindo-se, portanto, em locais com possibilidades de formulação, elaboração e controle social.

Segundo Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 25), a categoria espaço público “permite entender que, na construção da democracia, o exercício da deliberação, sob condições adequadas, amplia a esfera da política, abre oportunidades de inovação” e permite uma nova relação entre a sociedade civil, a sociedade política e o Estado, criando possibilidades antes inexistentes. Assim, no exercício do argumento, da discussão e da deliberação construída no espaço público, a

sociedade civil se fortalece. Em síntese, a compreensão da heterogeneidade da sociedade civil e do Estado permite a visualização do papel de cada um nos espaços públicos, tendo como eixo a construção coletiva de uma sociedade democrática. Na ótica da construção da sociedade democrática, a participação da sociedade civil em processos decisórios é um ponto crucial para a democratização nas relações entre Estado e sociedade, pois essa participação contribui para uma maior igualdade dos sujeitos na formulação, execução e controle social das políticas públicas. Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) consideram que o projeto democrático-participativo contribui para a desprivatização do Estado, pois este se torna permeável às demandas sociais devido às instâncias de participação da sociedade, tais como: conselhos, fóruns.

É claro que este projeto de participação e controle social com compartilhamento de poder do Estado pela sociedade não é aceito de forma pacífica pelos setores dominantes; enfrenta inúmeros desafios na sociedade brasileira, caracterizada por séculos de autoritarismo, clientelismo e apropriação dos recursos públicos pelos setores privados. Esse é outro limite, pois, partilhar poder decisório, antes monopolizado pelo Estado, constitui-se num grande desafio.

O projeto da gestão democrática participativa no Brasil é defendido por movimentos sociais, sindicatos, intelectuais, organizações não governamentais e partidos políticos, principalmente nos anos 1980, com a ideia inovadora, garantida na Constituição de 1988, da participação da comunidade na gestão das políticas públicas. Nessa ótica, estabelece-se, a partir da Carta Magna, o controle social sobre as ações do Estado, com o acompanhamento, monitoramento da ação estatal por parte da sociedade, garantindo seu caráter público e visualizando a prestação de contas ou o *accountability*.

Na proposta democrático-participativa, considera-se a visão de Elenaldo Teixeira (2001) sobre a participação cidadã, para o qual a participação cidadã utiliza-se não apenas de mecanismos institucionais já disponíveis e a serem criados, mas articula-os a outros mecanismos e canais que se legitimam pelo processo social. Nessa compreensão, parte-se do entendimento de que o âmbito da participação cidadã é mais amplo que sua relação com o Estado, estendendo-se ao mercado, no qual se busca preceitos de atuação

compatíveis com o interesse do conjunto da sociedade; preceitos esses resultantes do debate público, da negociação entre diferentes atores e da monitoração de sua aplicação.

Na visão de Teixeira (2001), a participação cidadã tenta contemplar tanto o fazer ou tomar parte no processo político-social por indivíduos, grupos, organizações como o elemento da cidadania no sentido cívico, enfatizando as dimensões de universalidade, generalidade, igualdade de direitos, responsabilidade e deveres.

A participação cidadã é um conceito embasado numa orientação metodológica proposta por Habermas (apud TEIXEIRA, 2001), na qual tenta superar a dicotomia entre representação e participação. É um processo social em construção que incorpora demandas específicas dos grupos sociais, debatidas nos espaços públicos e articulando-se com reivindicações coletivas, combinando mecanismos institucionais com sociais. Na articulação entre participação e representação, tem-se em vista mecanismos que combinem a participação, que explicitam as diferenças, as identidades e aspirações de diferentes grupos sociais, com a representação que tenta traduzir a generalidade e a universalidade da cidadania. A participação adquire assim o caráter de instrumento de controle social do Estado pela sociedade; controle social e político pelo qual os cidadãos podem definir critérios e parâmetros para orientar a ação pública.

Esse novo conceito de controle social é o mesmo que emerge das lutas sociais e que é incorporado pela gestão pública, correspondendo a uma moderna compreensão da relação Estado e sociedade, em que cabe à sociedade estabelecer práticas de vigilância e controle sobre o Estado (CARVALHO, 1995). Nesse sentido, a sociedade tem a possibilidade de controlar as ações do Estado, podendo intervir na gestão pública em favor dos interesses das classes menos favorecidas, a fim de influenciar, defender e controlar os direitos já conquistados ou definir novos direitos. Assim, no projeto democrático-participativo, a visão de participação cidadã que se coloca para ser exercida pela sociedade corresponde à participação de uma sociedade consciente do seu papel, ao estabelecer relações com o Estado e com o mercado, e do papel que cada um desses entes tem no contexto da realidade social, entendendo, nesse processo, que à sociedade não cabe realizar ações do Estado. Nesse sentido,

cabe à sociedade intervir, interagir e influenciar junto ao Estado para ter seus direitos implementados. Em suma, os atores sociais ligados especialmente aos movimentos sociais devem ter clareza da luta política existente na sociedade, pois o projeto neoliberal tenta minar os espaços de crescimento coletivo e os direitos conquistados, dentre eles, o direito à saúde pública.

No Brasil, as novas relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil foram constituídas no final da década de 1980, caracterizando uma revitalização da sociedade civil, com o aumento do associativismo, a emergência dos novos movimentos sociais organizados e da reorganização partidária. Esse é um contexto em que há uma ampliação do processo de democratização do Estado. Ao estabelecer vários procedimentos democráticos formais pós-Constituição de 1988, surgiram novas forças políticas construídas na luta contra o regime autoritário e houve a emergência de novas experiências participativas da sociedade na relação com o Estado. Nos anos 1990, houve a institucionalização de direitos sociais através de um conjunto de leis e garantias sociais em diferentes áreas de interesse da sociedade brasileira, tais como a assistência social, a saúde e a previdência. É nesse quadro de análise que se coloca o direito à saúde como garantia constitucional, que se expressa na Constituição Federal de 1988, no Art. 196, ao tratar a “saúde como direito de todos e dever do Estado” e, no Art. 198, que diz: “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um Sistema Único de Saúde [SUS]”.

Contudo, as garantias legais asseguradas na Constituição de 1988 não bastavam enquanto avanço na política de saúde do País. Foi o que se viu quando o direito à saúde passou a ser regulamentado a partir dessa Constituição. Grupos políticos, com interesses diversos, passaram a disputar e a negociar posições. Nesse contexto, duas grandes tendências emergiram: aquela que propunha regulamentação e fidelidade ao texto constitucional e a dos opositores ao SUS, que defendiam o mínimo de regulamentação.

Verifica-se uma tensão permanente entre o projeto da reforma sanitária e o projeto privatista. O primeiro tem como estratégia o SUS, com a preocupação central de assegurar que o Estado

atue em função da sociedade, pautando-se na concepção de Estado democrático e de direito, responsável pelas políticas sociais, incluindo a saúde. O segundo projeto baseia-se na política de ajuste neoliberal com tendências à contenção de gastos com racionalização da oferta, descentralização com isenção da responsabilidade do poder central e focalização. O Estado, nesse processo, deveria garantir o mínimo aos que não podem pagar, ficando com o setor privado o atendimento dos que têm acesso ao mercado (BRAVO; MATOS, 2007).

Assim, o processo de disputa política e de resistência de setores divergentes ao projeto da reforma sanitária ganhou projeção na formatação da própria Lei Orgânica da Saúde (lei n. 8.080), que regulamenta o SUS - e que foi aprovada apenas em 19 de setembro de 1990 -, na qual, em seu Art. 11, trata do preceito constitucional da participação, inteiramente vetado pelo presidente da República. A manutenção do referido artigo, na forma de sua aprovação, constituía, para os movimentos sociais, um dos pilares fundamentais do direito à saúde promulgada pela Constituição. Em dezembro do mesmo ano, no entanto, o movimento social defensor do SUS conseguiu reverter esse quadro e, em 28 de dezembro de 1990, verifica-se a aprovação da lei n. 8.142, que dispõe sobre a participação da comunidade e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros.

Enfim, as lutas e mobilizações para a formatação da Lei Orgânica da Saúde demonstram que a construção da cidadania no Brasil é atravessada por complexidades, ambivalências e conflitos sociais. Nesse quadro de análise, a elaboração e promulgação de direitos em leis e garantias sociais e sua efetiva consolidação na prática cotidiana dos cidadãos são alvos de disputas que, no geral, vão na contramão da Constituição e da ampliação da cidadania. Como diz Teles (1994), temos no Brasil uma vida social que converge o pesado legado de uma tradição autoritária e excludente.

Com a promulgação da lei n. 8.142/90, garante-se, no plano jurídico, o controle social na saúde no SUS, com a participação da comunidade através das seguintes instâncias colegiadas: as conferências de saúde e os conselhos de saúde - que são órgãos colegiados compostos por representantes dos usuários, de trabalhadores de saúde, do governo e de prestadores de serviços de saúde.

Os conselhos de saúde, em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal), constituem-se num direito que a população, através de suas organizações, tem de influir e controlar a gestão pública na definição e execução de políticas para essa área; dizem respeito à garantia, de fato, dos direitos sociais relacionados à saúde, especialmente aqueles sob a responsabilidade do Estado. Através dos conselhos, estabelecem-se as diretrizes gerais da política de saúde e o controle dos rumos dessa política. Os conselhos, sendo um direito, representam interesses, práticas sociais, discursos e valores que, segundo Teles (1994), afetam o modo como as desigualdades e as diferenças são figuradas no cenário público e como passam a ser respondidas pelo Estado na sua relação com a sociedade.

A participação nos conselhos é a participação cidadã que tem como categoria central a sociedade, conjunto de grupos e indivíduos cuja diversidade de interesses e projetos integra a cidadania e a disputa com igual legitimidade. O conceito de participação cidadã está baseado na universalização dos direitos sociais, na ampliação da cidadania e em uma nova compreensão do papel do Estado, ao definir políticas públicas para a população (TEIXEIRA, 2001).

A participação e o controle social devem ser concebidos não somente como uma luta legal por um direito que os movimentos sociais querem ver constituído na sociedade via conselhos ou outras formas de participação social pós-Constituição. Segundo Bravo (2007) o controle social relativo à área da saúde é tido como a potencialidade e a criatividade dos usuários na elaboração da política de saúde. Na lógica do fortalecimento do controle social, no SUS, o conselho de saúde é o espaço de participação mais próximo da população, constituindo-se num dos primeiros locais em que as necessidades dos usuários dos serviços de saúde podem se manifestar.

Os conselhos de saúde são um dos importantes instrumentos de democratização do Estado, desencadeados a partir da existência do SUS. Considera-se que esses conselhos, por serem estruturas permanentes, têm a possibilidade de dar voz às minorias, às pluralidades de seus interesses e que podem inovar institucionalmente através das soluções locais; são espaços importantes para a prática democrática dos serviços, para o exercício da cidadania e para o controle social em saúde; inserem-se no contexto

brasileiro a partir da proposta de gestão participativa na saúde, exigidas pela sociedade e conduzidas pelos governantes em diferentes conjunturas, garantindo, assim, o preceito constitucional de participação da comunidade e do controle social. O fato de atores sociais poderem exercer o controle social nos conselhos de saúde não significa que esses espaços não tenham limites, dificuldades e entraves.

No entanto, acredita-se que os conselhos são espaços com possibilidades de transformação de estruturas rígidas e burocráticas da saúde; são fundamentais na definição e construção de uma gestão democrática participativa da política de saúde; são inovações institucionais na gestão das políticas sociais; e espaços contraditórios que podem ter diferentes objetivos: contribuir para mudanças sociais significativas, auxiliar a consolidação de estruturas sociais em transição ou sob impacto de fortes pressões sociais (GOHN, 2001).

Alguns limites que se colocam aos conselhos de saúde enquanto experiências de gestão já foram citados em várias análises realizadas sobre conselhos, tais como: a falta de clareza no papel de conselheiro, apropriação dos conselhos pelo gestor, perda de diálogo com a sociedade, dentre outros (BRAVO, 2007). Considera-se, portanto, que a institucionalização dos conselhos enquanto espaços de controle das políticas públicas não garantem seu pleno funcionamento, existindo, na prática, diversos fatores que interferem na possibilidade desses espaços enquanto instâncias de representação, participação, controle social e democracia. Isto porque é inocência esquecer os conflitos existentes na sociedade capitalista moderna.

Na discussão da participação cidadã, demonstra-se que se estabelecem novas práticas na relação Estado e sociedade que podem romper com o distanciamento entre a esfera estatal, na qual são tomadas as decisões, e os locais de participação da população; e que os conselhos são um dos espaços de encontros entre Estado e sociedade onde os diferentes atores podem argumentar e deliberar. Nessa ótica, esses espaços contribuem para o processo de construção democrática.

Por fim, o pequeno resgate da criação e institucionalização dos conselhos na política de saúde visa inseri-los neste histórico, e a primeira análise de suas possibilidades demonstra que

estes conselhos podem contribuir para um redesenho na política de saúde, tornando-a mais democrática, permeando o Estado com reivindicações sobre as expressões da questão social relacionadas à saúde, fazendo com que nesses espaços os problemas sejam debatidos por atores diversos e que as respostas sejam pensadas coletivamente. Além do que, novas experiências podem ser trazidas pela comunidade e incorporadas, contribuindo com a inovação institucional.

Como dizem Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 8), “reconhecer limites não significa negar possibilidades”, pelo contrário, demonstra a clareza e o bom senso de que os desafios à democracia são muitos, o que requer a reconstrução e defesa permanente de projetos políticos que reforcem as lutas sociais em direção a propostas que valorizem a sociedade como um todo.

Assim, por entender a novidade dos conselhos gestores na realidade brasileira, considera-se que os limites desses espaços podem revelar possibilidades. Compreende-se que existem conexões entre Estado, mercado e sociedade que estão sendo construídas e que precisam ser reveladas e problematizadas; e que todos os desdobramentos relacionados aos conselhos, sejam eles positivos ou negativos, só são possíveis porque vivemos numa conjuntura em que o Estado democrático se faz presente e necessita ser consolidado e aprimorado ●

Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa*. 18. ed. São Paulo: Saraivá, 1998.
- BRASIL. *Lei n. 8.142*, de 28 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>. Acesso em: 02. nov. 2011.
- BRAVO, M. I. S. Gestão democrática na saúde. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (Org.). *Política social e democracia*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 43-61.
- BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de. A saúde no Brasil. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (Org.). *Política social e democracia*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p. 197-215.
- CARVALHO, A. I. *Conselhos de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: FASE/IBAM, 1995.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.
- GOHN, M. da G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. Introdução para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TELES, V. da S. Sociedade civil e construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-103.

TEIXEIRA, E. C. *O local e o global*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

*Assistente Social, Especialista em Saúde Pública, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. (janamapurunga@yahoo.com.br)

** Doutora em Serviço Social, Prof.^a do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (simone.guimaraes@uol.com.br).

A QUESTÃO ÁRABE-ISRAELENSE EM OUTRO ENFOQUE: camelo e madeira, máquina e aço

Por Manoel Ricardo Arraes Filho*

Há 53 anos, o Exército do Brasil juntou-se a tropas de outros nove países, constituindo uma Força de Paz enviada à Palestina, mais precisamente à Faixa de Gaza. Era o Batalhão Suez. Neste estudo, o objetivo é apresentar o panorama com as experiências – o modo de representar, ver e de imaginar – de alguns personagens anônimos, integrantes do Batalhão durante a intervenção diplomática e militar da Organização das Nações Unidas (ONU) na fronteira árabe-israelense, entre 1957 e 1967. A análise foi realizada a partir do *corpus* de entrevistas com 13 soldados piauienses, e também por meio de depoimentos de veteranos de outros estados brasileiros, sobre si próprios, sobre a realidade vivida e a cultura material que encontraram no contexto do processo de paz instaurado no deserto, durante a Missão de Paz. Neste pequeno ensaio apresenta-se um aspecto da questão árabe-israelense que não se refere necessariamente à guerra e ao banho de sangue que diariamente aparecem nos noticiários da imprensa. Para tanto, foram retirados trechos de minha tese de doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense, intitulada “História, memória e deserto: os soldados brasileiros no Batalhão Suez (1957-1967)”.

No início de novembro de 1956, a ONU criou a *United Nations Emergency Force* (UNEF) ou, em português, Força de Emergência das Nações

Unidas (FENU). A UNEF foi criada para garantir o cessar-fogo entre árabes e israelenses momentaneamente em guerra. Outra missão dos “soldados da paz” era supervisionar a retirada das Forças britânicas, francesas e israelenses do território egípcio e, assim, estabelecer o processo de paz naquela parte do Oriente Médio. Essa Força Internacional permaneceu no deserto do Sinai até 1967, garantindo a integridade de palestinos e, ao mesmo tempo, ajudando a manter a segurança da borda ocidental de Israel (AGENDA..., 1998).

Inicialmente, a Força era composta por 10 países (Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Noruega e Suécia). Entretanto, na maior parte do tempo, a UNEF foi composta por tropas de sete países, porque, ainda no primeiro ano, as tropas da Colômbia, Finlândia e Indonésia deixaram a Missão e retornaram aos seus países. Ao se instalar na Faixa de Gaza, as Forças Internacionais criaram uma zona neutra e estabeleceram a *Advisory Demarcation Line* (ADL) - em português, Linha de Demarcação de Armistício (LDA) -, que partia de Gaza até a cidade de Rafah, e desta ia para o Sul, até Aqaba - fronteira estabelecida pela ONU entre a Palestina e Israel.

Como bons narradores, os “veteranos de Suez” esmeram-se em detalhes, firulas e floreios, jogos de palavras, para destacar os fazeres e os saberes,

e consideram as técnicas utilizadas por cada um como pertencendo a “mundos” diferentes. Assim, a participação no Batalhão Suez e o episódio bélico da Guerra de Suez serviram de pano de fundo para se conhecer suas representações sobre o que viram, consumiram e realizaram naquele evento e sobre “as outras culturas”, sobre *o outro*.

Observamos que com suas falas podemos montar um discurso mais ou menos coerente entre si, mas há uma disparidade marcante entre o tratamento dado às práticas agrícolas dos beduínos e dos israelenses. O conjunto das narrativas sobre a economia e o modo de produzir dos beduínos revela um desagrado e um estranhamento de como eles vivem e/ou simbolizam suas atividades cotidianas.

Na memória conservada e narrada, estes homens elaboram uma organização discursiva sobre vários temas, como a agricultura e a produção econômica de palestinos e israelenses. Um fato notável é o tratamento unânime desigual que é dispensado a uma e outra cultura inventariada. Atualizando impressões e informações presenciadas no deserto, eles apresentam uma classificação de graduação crescente, segundo uma escala de valor ou de importância, baseada no critério da produtividade; e, tal como etnólogos, também descrevem e analisam ambas nos modos de produzir. Mas, no geral, fazem-no a partir de outra variável: a utensilagem; e aí caracterizam a economia de uma como arcaica e inferior e a da outra como moderna e superior. A Palestina é descrita pelo atraso e pelo baixo rendimento. Isso seria devido especialmente aos elementos da produção. Em toda a sua história, a economia dos árabes palestinos é marcada por “um saber manual”, manufaturado, quase natural: camelo e madeira; em contraposição, a cultura material disponível aos israelenses é percebida como tendo um maior investimento em saber científico e que, por isso mesmo, é mais valorizada: máquina e aço.

Os veteranos pontuam a magnitude gritante da diferença entre as duas vitrines que observam. Recolhendo na memória aspectos daquele “mundo”, eles descrevem o repertório dos utensílios, práticas e a eficiência relativa ao desempenho da tarefa na agricultura, enfim, destacando a quantidade de valor alcançado por cada um dos fatores de produção no momento da colheita. Os elementos elencados, retirados do borrão da memória, são importantes para a elaboração de um construto básico dualista, como o fazem, aliás, em toda tentativa de relacionar

Palestina e Israel. Residentes momentâneos em um lugar “retardatário da Revolução Industrial”, esqueciam do distante local de origem - o Piauí -, social e economicamente igualável à Palestina na condição de “retardatário econômico do Brasil”. Os militares piauienses desconhecem que a arte de fazer e produzir da moderna agricultura tem as raízes fincadas nas formas arcaicas de preparação, plantio e colheita. Enfim, eles aparentam subtrair-se à conjuntura piauiense que deixaram para trás, onde também reinava uma lavoura bastante rudimentar, de subsistência e de baixa produtividade. Vale dizer que o Brasil das décadas de 1950 e de 1960, do mesmo modo, era marcado por um processo de desenvolvimento desigual entre suas regiões e segmentos sociais. O desequilíbrio regional e social era (e ainda é) uma marca visível na história do país, o que sempre ensejou uma divisão à unidade e uma afronta à dignidade nacional.

No correr da história, a otimização técnica inspirou-se nas “artes” e “ofícios” do artesanato e da manufatura, para criar novos modelos ou regras para suas invenções mecânicas. Assim, ancorados no “saber” e na “tradição milenar”, os beduínos deixam às práticas cotidianas um solo privado de meios ou de produtos próprios. As análises sobre “o outro” não alcançam o fato de que na Palestina sempre houve a ligação religiosa com o todo, ou seja, com o trabalho manual e com o cultivo da terra.

A principal tarefa que cabia aos soldados brasileiros naquela missão de paz era a vigília da ADL. AADL, na verdade, era uma vala cavada na areia do deserto e que separava os palestinos residentes na Faixa de Gaza dos agricultores israelenses. Ninguém poderia ultrapassar seus limites. Os soldados brasileiros ficaram estacionados do lado árabe. Assim, em muitos casos, quando se referiam aos limites palestinos, descreviam-nos como “os do lado de cá”, enquanto que os israelenses eram “os do lado de lá”. Ao delinear o panorama econômico do “lado de cá” da ADL, a agricultura ganha destaque comparativo. Era, de fato, toda feita com base em uma “experiência tradicional” transmitida oralmente há milênios; a agricultura palestina parecia estar enquistada na particularidade, comunicada em linguagem manual e desprovida de técnicas e de instrumentos modernos de produção; era puxada por camelos, burros, arreios de couro e arado de madeira. Também chamava a atenção dos

soldados o fato de que eram as mulheres que faziam o trabalho de arar, plantar e colher. Definitivamente, para estes veteranos, a Palestina ainda não fora tocada pela mão da tecnologia moderna e a população ainda estava “privada de um saber-fazer científico para arar, produzir e colher a produção” (CERTEAU, 1994, p. 139). O dualismo com o qual definem as duas economias deixa transparecer que entre elas não havia qualquer ponto de contato e, além do mais, para “os do lado de cá da ADL” – os palestinos -, o modelo não parecia aproximar-se de qualquer ponto de ruptura com o quadro estendido desde os tempos imemoriais.

A partir das marcas que chegam através das memórias individuais e coletivas, pôde-se montar um *corpus* descritivo interessante no processo de composição das imagens de Suez. Utilizando e justapondo partes das várias narrativas, tem-se um plano geral do contexto marcado por desigualdades de desenvolvimento; enfim, um abismo invisível separava Israel dos palestinos. As narrativas dos veteranos servem para montar uma grande fotografia do ambiente hostil e exótico em que viviam. Ela revela o mural da paisagem, da sociedade e do cenário agrícola. Ali estão os atores, lidando com a cultura material (utensílios e animais), as peças da produção e consumo. Os “do lado de cá” (os beduínos) viviam num *corpus* no qual subsistiam um saber fazer tradicional, arcaico e pouco eficiente. Estes possuíam um “espaço próprio” com implementos, técnicas e capacidade produtiva relativamente baixa nos momentos de arar, plantar e colher. Era assim que os beduínos gastavam suas energias e talentos nesse tipo de “saber” e nas “maneiras de fazer”. O que predominava entre os palestinos “não tem legitimidade aos olhos de uma racionalidade produtivista [...], ao contrário, esse resto, abandonado pela colonização tecnológica, adquire valor de atividade ‘privada’, carrega-se com investimentos simbólicos relativos à vida cotidiana [...]” (CERTEAU, 1994, p. 144). Enfim, os palestinos exerciam uma agricultura com “práticas desprovidas de *copyright* tecnológico”; e se os beduínos teimavam nas práticas artesanais e milenares, sem o viés econômico, seus vizinhos “do lado de lá” da ADL, os israelenses já praticavam uma agricultura eivada pelo uso intensivo da tecnologia avançada. Por isso, tudo o que viam do lado de Israel produzia um impacto positivo.

O tamanho do trigo e da cevada e o tempo de preparar e colher também são cotejados nas narrativas. O ciclo do trabalho no barro, árido de um lado, e do “tapete verde” estendido pela plantação, do outro, era obra que Rá (deus Sol) e Cronos (deus do tempo) davam a cada cultura com espaços e tamanhos diferenciados. “Do lado de cá”, o tempo se arrastava entre o semear, germinar a semente e elevar a palha a poucos palmos do chão. A irrigação já era uma realidade em solo israelense e a observação de sua prática fascinava os boinas azuis brasileiros. Os próprios métodos de organização social e econômica dos beduínos, que também aparecem nas narrativas, são novamente marcados pelas descrições das competências e das vantagens de um modo de produzir sobre o outro - onde um se utiliza das vantagens da engenhosidade e da ciência modernas, o outro se utiliza de manufatura e experiência individual e secular. Nos relatos sobre as maneiras de fazer dos palestinos, estas em si causavam-lhes estranheza e pouco valor de referência por causa da operatividade; enfim, por ser manual. Eles não percebem que existe “um *logos* escondido no artesanato” mesmo sem a grande complexidade presente na tecnologia mais eficiente e mais rápida (CERTEAU, 1994, p. 138).

Desde que se constituiu como nação, em 1948, Israel teve um crescimento econômico acelerado e sustentável. Aquela região do Oriente Médio conheceu, desde então, um processo de aprofundamento das desigualdades de desenvolvimento e de qualidade de vida entre israelenses e palestinos. Havia mesmo um abismo social que se alargava e que se mantém nos dias atuais. A discrepante realidade política e socioeconômica é agora aprofundada pelos constantes confrontos entre as Forças de Defesa Israelense e as ações de guerrilha do Movimento de Resistência Islâmica, conhecido como Hamas. Esta organização palestina, de orientação sunita, comanda politicamente a região da Faixa de Gaza. O que se constituiu desde então foi um processo de convivência desintegrado, desarmônico e desequilibrado. Ademais, o “lado de cá” - a Palestina - sequer tornou-se um Estado independente como previa o Estatuto da Partilha proposto pela ONU, em 1947. A Palestina nada ganhou e nada aproveitou do desenvolvimento econômico e social vicejante “do lado de lá”. Ao contrário, embora não concorrentes, os efeitos na relação entre ambos foram e são extremamente

conflituosos. A dura política econômica de Israel para a Palestina baseia-se na opressão política da sua população e no boicote econômico do pouco que se produz na aridez do deserto do Sinai. Enquanto o desenvolvimento econômico e industrial de Israel o coloca como um dos países mais avançados da região, a parte do “lado de cá” só ampliou seu estado de estagnação socioeconômica e de pobreza da população, mormente da camponesa - os beduínos.

De acordo com os veteranos, mesmo com pouco tempo de existência política, Israel já havia logrado em 1957 (no início da Missão de Paz da ONU), o país já experimentava um relativo índice de desenvolvimento econômico, social, cultural e tecnológico. Opostamente, na Palestina reinava um quadro de deficiências econômicas e sociais. Seus habitantes viviam e ainda vivem em extrema pobreza e na condição de refugiados dentro de seu próprio território.

Suas representações sobre aquela realidade identificamos personagens-chaves do deserto como homens atrasados, rústicos. Evidentemente, estas declarações estão calcadas conscientemente nos papéis que eles encarnavam, sem posses e com poucas escolhas, escassos objetos, parca saúde, atores de uma ópera trágica iniciada em 1947, com a Partilha. São relatos idílicos, realistas sobre o conhecimento imediato daquela realidade, confiando apenas experiência e na percepção captada pelos sentidos. Na memória sobre e daquele mundo, não há reflexão, não há causas primeiras que levaram àquela condição. Ela estava simplesmente posta à observação.

Em suma, a partir do rico filão dos testemunhos orais sobre a agricultura, pôde-se resgatar as

representações e os microcomportamentos na relação do homem local com a terra. Na Palestina não havia qualquer inovação tecnológica no modo de plantar, produzir e colher a agricultura descrita nas narrativas. Há aí um discurso que reúne as representações de piauienses e veteranos de outros estados do Brasil: a agricultura praticada “do lado de cá” é definida essencialmente como atrasada, estranha, “exótica” e folclórica. A construção da história forjada pelas lembranças é peça importante para a elucidação e a montagem da engrenagem de um importante elemento constituinte do grande pano de fundo daquele cenário: o fazer agrário ●

Referências

- AGENDA de Política Externa dos EUA. *Revista Eletrônica da USIA*, v. 3., n. 2., abr. 1998. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itps/0498/ijpp/ijpp0498.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2006.
- ARRAES FILHO, M. R. *História, memória e deserto: os soldados brasileiros no Batalhão Suez (1957-1967)*. 2009. 292 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Contemporânea, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

***É Mestre em Ciência Política/Unicamp e Doutor em História Contemporânea/Universidade Federal Fluminense. Coordenador do curso de Bacharelado e de Licenciatura Plena em História/UFPI.**

A NOVA ESQUERDA SOCIALISTA*

Por Francisco Farias**

A nova esquerda socialista teve sua origem numa dissidência do Partido Comunista da Grã-Bretanha, em 1956, quando o líder soviético Nikita Krushev fez o seu relatório denunciando alguns dos atos de seu antecessor Josef Stálin. Decepcionados com o Estado soviético, até então a principal liderança e referência da esquerda socialista mundial, e que no mesmo ano de 1956 promoveria a intervenção na Hungria, o grupo dissidente procurou desenvolver uma política revisada do leninismo, como uma alternativa à orientação defendida pelos soviéticos. Daí, essa nova tendência política se espalhou para outros países como a França, os Estados Unidos, a Alemanha (SOUSA, 2009).

O movimento de renovação da esquerda socialista teve impulso a partir do final da década de 1960 e contou com a inspiração de intelectuais como André Gorz e Louis Althusser, na França; Perry Anderson, na Inglaterra; e Herbert Marcuse, nos EUA. Uma das principais ideias dessa esquerda anticapitalista é que a estratégia do movimento operário não pode ser reduzida às reivindicações de natureza material (salários etc.), mas deve incorporar as demandas de realização cultural. Segundo Gorz (1968, p. 18), “as necessidades, em uma sociedade desenvolvida, não são apenas quantitativas (necessidades dos bens consumíveis), mas também qualitativas: necessidades de um desenvolvimento livre e multilateral das faculdades humanas.” Nos movimentos de maio de 1968, “nas universidades como nas fábricas, para além das reivindicações tradicionais sobre os salários, é bem o domínio social da informação e da decisão que está em jogo” (LOJKINE, 2005, p. 21).

Houve também uma ruptura com a visão leninista de que a dominação de classe se baseia na repressão do Estado. Passou-se a considerar que os efeitos ideológicos estruturais (contrato de trabalho, povo-nação) constituem fatores mais persistentes de reprodução do domínio e exploração de classe (POULANTZAS, 1972).

Quais as condições estruturais do padrão de política classista no capitalismo? Como explicar as características programáticas da nova esquerda socialista? Essas questões introduzem a distinção

entre os condicionantes estruturais e os conjunturais na análise da política socialista. No período do pós-guerra, a principal mudança histórica se caracteriza pela sucessão do capitalismo financeiro- “keynesiano” ao financeiro- “neoliberal”, em cujo seio deslancha a “revolução informacional”. Trata-se de novos ordenamentos sociais cuja análise, porém, não põe em jogo a transformação das estruturas da política classista (DUMÉNIL; VAKALOULIS; LOJKINE, 2009).

Artous (2003) reafirma um dos elementos decisivos da análise de Marx da grande indústria moderna, que consiste em pôr em causa o “processo de trabalho individual” (caráter artesanal) em proveito da emergência do “trabalhador coletivo” (apoiado na divisão do trabalho). A coletivização do processo de trabalho leva o produtor direto à dupla condição de trabalhador simultaneamente interdependente (tarefas encadeadas) e independente (atividades executadas isoladamente, dentro dos limites impostos pela interdependência dos trabalhos, sem que os produtores tenham de organizar previamente sua cooperação). O autor sublinha a tendência do proletariado à ação coletiva relacionada à socialização do processo de trabalho.

Friedmann (1983) indaga em que condições a interdependência técnica dos trabalhadores na empresa moderna será suscetível de criar sentimentos de reciprocidade moral. Para ele, é possível se constatar casos diversos. A interdependência técnica não suscitaria necessariamente a solidariedade moral e que outros fatores (os políticos e culturais) intervêm aqui.

Para Schwartz (2006, p. 159-160), no último período do capitalismo, houve um declínio da mobilização classista, expresso no conflito de gerações: “os jovens encontram-se mais motivados para se identificar na música, na prática de um esporte, nos lazeres, nos modelos culturais, do que no trabalho. Muitos jovens operários se definem, sem dúvida, mais como jovens do que como operários”. Além disso, aconteceu uma recentragem da questão social para os temas dos “excluídos”, os “periféricos”, o racismo. Isso foi acompanhado da ideia de que a questão de classe

não era o mais importante. A partir do momento em que existe um contexto de “exclusão” e “precariedade”, a situação do “trabalhador assalariado”, mesmo explorado, aparece como privilegiada. “E tudo se passa como se a reorientação da esquerda em direção a um novo tipo de questão social fosse acompanhada por uma perda de sensibilidade das questões da condição operária e do mundo do trabalho.”

A ideia da ambivalência da revolução informacional - em que, por um lado, um contingente de trabalhadores passa a ter uma atividade mais qualificada, diminuindo a distância entre o trabalho “manual” e o “intelectual”, mas, por outro lado, as decisões econômicas continuam uma prerrogativa do proprietário da empresa e de seus administradores, apesar da introdução de mecanismos de cogestão, como as comissões de empresa - permite a Lojkine (2005) tirar duas consequências opostas. De um lado, a inovação técnica contribui para o declínio da antiga identidade de classe, centrada no trabalhador-ferramenteiro. De outro lado, ela possibilita novas solidariedades classistas, geradas pela tendência do trabalhador qualificado a contestar o despotismo dos supervisores da empresa, procurando valorizar o seu saber-fazer.

Cerroni (1982, p. 47-51) observa que “o crescente ‘congelamento’ de técnica, ciência e cultura em instrumentos de trabalho e em sistemas produtivos exige o crescimento e a difusão de serviços para responder à crescente demanda de instrução, informação e cultura”. Nesse quadro, “a política se intelectualiza, a cultura se politiza.”

A nossa hipótese é que a política de esquerda no capitalismo atual exige uma renovação da agenda das políticas sociais, no sentido de levar em conta os critérios não apenas quantitativos, mas também qualitativos. Por exemplo, na política educacional não se trata tão somente de ampliar a escolarização, mas de propiciar uma nova formação de caráter polivalente.

Em síntese, a socialização no processo de trabalho capitalístico é uma base estrutural da política classista da classe dominada. O programa da nova esquerda socialista – cujos eixos principais são incorporar as demandas de realização cultural (o desenvolvimento multilateral das faculdades humanas), enfatizar as questões de gestão (controle das informações e decisões), valorizar a participação de base (no sindicato, nos movimentos sociais e no partido político) e afirmar o horizonte da sociedade socialista – representaria, no contexto do capitalismo informacional, uma nova forma de classismo ●

Referências

- ARTOUS, A. *Travail et émancipation sociale: Marx et le travail*. Paris: Syllepse, 2003.
- CERRONI, U. *Teoria do partido político*. São Paulo: LECH, 1982.
- DUMÉNIL, G.; VAKALOULIS, M.; LOJKINE, J. *Um novo salariado?* Debate em torno do livro de Jean Lojkine. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 28, p. 127-142, 2009.
- FRIEDMANN, G. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- GORZ, A. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- LOJKINE, J. *L'adieu à la classe moyenne*. Paris: La Dispute/SNEDIT, 2005.
- POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero, 1972.
- SCHWARTZ, O. O que aconteceu com a classe operária? *Crítica Marxista*, n. 23, 2006.
- SOUSA, R. F. de. *A nova esquerda americana*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

*** Comunicação apresentada no I Simpósio Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas – I Sinespp: Desigualdades e Políticas Públicas no Capitalismo Contemporâneo. UFPI, Teresina, 2010.**

****Doutor em Ciência Política/Unicamp e professor do Departamento de Ciências Sociais/UFPI. (Email: farias@ufpi.edu.br)**

RESENHA: Elucidando Gramsci

Por Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos*

MORTON, AdamDavid. *Unravelling Gramsci - Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy*. London: Pluto Press, 2007b.

Adam David Morton, professor da Universidade de Nottingham e editor de resenhas de livros da revista britânica marxista *Capital & Class*, tem uma significativa contribuição para os estudos gramscianos. Embora menos conhecido e lido no meio acadêmico que seus pares no estudo da obra do comunista italiano Antonio Gramsci (COX, 1981; MURPHY, 1998; RUPERT, 1995), seus trabalhos oferecem um diferencial em relação aos outros pesquisadores: demonstra maior rigor consubstanciado pela leitura dos textos originais em italiano da obra carcerária e, em particular, da edição crítica dos *Quaderni del Carcere* (GRAMSCI, 1975) elaborada pela equipe de Valentino Gerratana em 1975. Um exemplo de tal contribuição é o livro que é objeto da presente resenha.

Seu único texto traduzido no Brasil, publicado pela Revista de Sociologia e Política, da Universidade Federal do Paraná (MORTON, 2007a), evidencia a categoria gramsciana de revolução passiva como método de análise em termos de uma sociologia histórica comparada sem perder de vista a especificidade das distintas experiências de um desenvolvimento desigual e combinado no âmbito do capitalismo global. Destaque-se ainda o seu artigo mais acessado na rede mundial de computadores¹, escrito a quatro mãos com a professora Pinar Bilgin, da Universidade Bilkent, de Ankara, Turquia. No artigo em questão, ambos criticam as representações historicamente construídas nas Ciências Sociais dos assim chamados “Estados falidos” (BILGIN; MORTON, 2002). Seu programa de pesquisa focaliza principalmente a categoria gramsciana referida, conforme atesta a sua substancial apresentação de número da *Capital & Class* (MORTON, 2010) e a sua aplicação para análise de distintas particularidades históricas.

O seu livro “Unravelling Gramsci” aponta para o mesmo diapasão e levanta questões sobre a historicidade das categorias gramscianas; tanto no seu contexto original de primeira e segunda redações contempladas na edição crítica, quanto

na sua capacidade de aliar questões teóricas e empíricas e em sua historicidade que se manifesta também na análise do presente. Morton, todavia, não escapa de rigor para, inclusive, avaliar Gramsci criticamente e verificar eventualmente anacronismos históricos presentes em sua obra. Tudo isso com vistas à perspectiva analítica que a categoria gramsciana de revolução passiva proporciona para a economia política global (MORTON, 2007b).

O capítulo 1 levanta o tema do desenvolvimento desigual do capitalismo abordada por Gramsci no contexto Norte/Sul; apresenta o plano geral do livro na perspectiva da articulação do pensamento e prática gramscianos em termos da relevância contemporânea das categorias de revolução passiva e hegemonia para a compreensão da economia política internacional; já delinea a ideia de que não há uma rígida cisão entre os âmbitos regional, nacional e internacional, mas antes uma relação desses níveis fracionados de modo aceitável somente em perspectiva metodológica. O desenvolvimento capitalista desigual envolve esses âmbitos. Morton discute interpretações e perspectivas metodológicas que superestimam o caráter imanente - focado somente no texto - e de ênfase no plano nacional, específico da Itália; e mostra os limites e equívocos de tais perspectivas na interpretação da obra de Antonio Gramsci.

A discussão de historicizar Gramsci no seu contexto e além dele é o objeto do segundo capítulo. Morton chama a atenção para o historicismo absoluto e austero que marca o pensamento do comunista italiano. Sua conclusão aponta um modo gramsciano de estudar a história das ideias focando o ritmo de elaboração de seu pensamento. Trata-se de um ponto elucidado por Gramsci para o estudo das ideias e de seu próprio conjunto de formulações. Todavia, ressalta que não se deve ir somente ao contexto das ideias ou além: não se deve caracterizar Gramsci como uma espécie de profeta. Ao agir dessa forma, abre-se também a possibilidade de se questionar criticamente seu trabalho em termos de sua teoria

e sua prática. A título de exemplificação, a categoria de hegemonia não pode ser vista na perspectiva teórica, mas na feição da análise concreta das diferentes formas de Estado e mudanças específicas nas relações sociais de produção.

A relação entre revolução passiva, formação dos Estados e sistema internacional é o mote do terceiro capítulo. Definindo inicialmente a partir de Gramsci, a revolução passiva é um processo de transformação conservador “pelo alto”. Morton explora a relação do processo histórico de formação da Itália com os diferentes ritmos do desenvolvimento histórico e do capitalismo dentro da península, ponto já contemplado por Gramsci no seu inconcluso ensaio sobre a questão meridional. Valendo-se do que Gramsci chamou de método de analogia histórica, Morton chama o foco para as condições de desenvolvimento estrutural e formação dos Estados no contexto do sistema de Estados europeu. Analisa as diferenças entre tais processos envolvendo a França e o restante da Europa, lançando mão da categoria de revolução passiva para a análise da reunificação italiana e a presença do âmbito internacional nesse processo. Fazendo uso das análises de Gramsci, um dos exemplos explorados por Morton aponta o sentido do fascismo italiano na chave da revolução passiva no contexto da resposta à intervenção do capital anglo-americano na Itália.

O capítulo 4 trata do “momento da hegemonia”, percorrendo sobre cinco aspectos. Primeiro, as influências fundamentais sobre a formação do pensamento de Gramsci, que não se deixou levar pelo nacionalismo juvenil da Sardenha, nem pela assimilação total pela cultura, nem pelas ideologias passivizantes do norte italiano. Foi marcante para toda a sua obra sua experiência militante, bem como a questão meridional italiana, dentre outros autores e perspectivas. Segundo, o momento da hegemonia como um processo constantemente construído e contestado através de diferentes formas de lutas de classe no âmbito da sociedade civil e do Estado; noções inseparáveis para Gramsci e entendidas como “Estado integral”. Tais lutas se desenrolam tanto no âmbito da estrutura material da ideologia quanto nas formas intersubjetivas de consciência. Terceiro, a importância da categoria de bloco histórico para indicar a formação de uma hegemonia. Quarto, a compreensão dos *loci* nacionais como pontos de partida e das expressões internacionais para a

formação da hegemonia. Quinto, os contrastes e conexões entre as condições de hegemonia e revolução passiva para as análises contemporâneas.

Conforme Morton, o capítulo que abriga o foco central do livro é o quinto, lançando luzes sobre a ordem mundial, a economia política global e a hegemonia sob uma perspectiva neogramsciana. O capítulo faz uma espécie de mapeamento da literatura neogramsciana, além das contribuições críticas à bibliografia referida. Mostra de modo sucinto alguns dos debates que envolvem um raciocínio crítico para a hegemonia, envolvendo as relações de produção, formas de Estado e a ordem mundial, questionando a ontologia dominante nas Relações internacionais dos enfoques realistas e liberais.

Ao tratar da economia política global do desenvolvimento desigual no capítulo 6, Morton se opõe à tese de um Estado transnacional justamente porque ela não contempla uma análise adequada dos processos específicos de acumulação do capital em diferentes Estados através do foco multiescalar da revolução passiva. Tomando o México como análise mais concreta de uma revolução passiva, Morton aponta para a crise de hegemonia do Partido Revolucionário Institucional desde os anos 1970. O caso mexicano mostra a dinâmica das classes sociais com vistas às mudanças orientadas para o mercado, numa perspectiva neoliberal, ressaltando a ausência de um único movimento ou uma única reprodução direta ou modelo uniforme da implantação do modelo neoliberal.

O sétimo e penúltimo capítulo discute o tema da globalização e resistência em face dos subalternos. Toma como objeto o recente movimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional no México. Ele chama o foco para as questões da propriedade da terra e do camponês como classe social envolvida em formas ativas de resistência e evidencia a relação entre a altamente dependente identidade indígena com o acesso à terra. Ademais, as iniciativas de resistência são ações imbuídas de caráter local inseridas em processos capitalistas mais amplos; elas têm a devida escala de espacial, de hegemonia e resistência que atravessam as matrizes do Estado, do âmbito do poder local e transnacional sem o predomínio de nenhum desses níveis. Deve-se entender justamente a segunda geração de reformas neoliberais no México e na América Latina

como uma tradução da hegemonia no plano internacional e/ou contestada por meio de formações sociais locais como parte intrínseca do processo de dominação e resistência em contextos específicos de revolução passiva.

No capítulo conclusivo, Morton reitera interessante posição não dogmática e coerente com o raciocínio gramsciano. Não se trata somente de ilustrar empiricamente suas ideias no que concerne à conexão entre revolução passiva e hegemonia no contexto do desenvolvimento desigual do capitalismo global. É necessário também engajamento teórico **a favor e contra** Gramsci. Morton reconhece uma lacuna na formulação na teorização do desenvolvimento desigual na perspectiva de combinar a generalidade do capitalismo com uma sociologia histórica das transformações específicas dos Estados. Nesse esteio, a teorização gramsciana ainda tem que ser elucidada, desenvolvida, a partir, por exemplo, do que Gramsci esboçou em seu caderno carcerário 22, intitulado “Americanismo e fordismo”. Morton remete ao papel ou caráter dos movimentos sociais como criadores de uma nova forma de Estado, compatível ou não com a noção de partido, ainda que em sentido *lato*. Tal preocupação de Gramsci, a partir do que desenvolveu na sua obra carcerária, permanece em aberto. Outro ponto remete à prática política atual e que demanda investigações futuras: o papel dos sindicatos e de outros mecanismos de participação em contexto de uma tensão no pensamento gramsciano entre democracia e autoritarismo e uma base estatista de matriz leninista. Por fim, Morton sugere ainda uma possibilidade contrária às formulações de Gramsci nos cadernos carcerários. Tem como objetivo não proporcionar um conceito estreito de antagonismo político ou mesmo de luta de classes e agentes políticos, de modo a sugerir questões mais amplas de formação de identidades na consciência dos atores referidos e também não cair em eventuais equívocos que possam revelar uma concepção essencialista predeterminada da natureza humana●

Nota

¹ Informação transmitida por Adam Morton ao autor no Seminário Internacional “Antonio Gramsci: a periferia e os subalternos”, promovido pela International Gramsci Society na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista em Marília (SP).

Referências

- BILGIN, Pinar & MORTON, Adam David: Historicising Representations of ‘Failed States’: Beyond the Cold War Annexation of the Social Sciences?, *Third World Quarterly*, vol. 23, no.1, pp. 55-79, 2002.
- COX, Robert W.: Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory, *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 10, no. 2, pp. 126-155, 1981.
- GRAMSCI, Antonio: Quaderni del carcere, Torino: Einaudi, 1975.
- MORTON, Adam David: A Geopolítica do Sistema de Estados e o Capitalismo Global em Questão, *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, no. 29, pp. 45-62, nov. 2007a.
- _____: *Unravelling Gramsci - Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy*. London: Pluto Press, 2007b.
- _____: The continuum of passive revolution, *Capital & Class*, no. 34(3), pp. 315-342, 2010.
- MURPHY, Craig N.: Understanding IR: understanding Gramsci, *Review of International Studies*, no. 24, pp. 417-425, 1998.
- RUPERT, Mark: *Producing Hegemony – The Politics of Mass Production and American Global Power*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

*** Professor do Mestrado em Ciência Política/UFPI; coordenador de grupo de estudos e pesquisas sobre Gramsci/UFPI; pesquisador do Grupo “Marxismo e Pensamento Político” do CEMARX - Unicamp; bolsista e pesquisador visitante do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).**

Expediente

INFORME ECONÔMICO

Ano 12 - n. 26 - novembro. 2011

Reitor UFPI: Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Junior

Diretor CCHL: Prof. Dr. Pedro Vilarinho

Chefe DECON: Prof. Ms. João Soares da Silva Filho

Coord. Curso Economia: Prof^a Ms. Janaina Vasconcelos

Site DECON: <http://www.ufpi.br/economia>

Coord. do Projeto Informe Econômico:

Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima (s.olima@bol.com.br)

Conselho Editorial: Prof. Dr. Antonio Carlos de

Andrade/UFPI, Prof. Esp. Luis Carlos Rodrigues Cruz

Puscas/UFPI, Prof^a Dr^a Socorro Lira/UFPI, Prof. Dr.

Solimar Oliveira Lima/UFPI, Prof. doutorando Samuel

Costa Filho/UFPI, Prof. Dr. Vitor de Athayde Couto/

UFBA, Prof. Dr. Wilson Cano/UNICAMP,

Econ. Ms. Zilneide O. Ferreira.

Coord. Publicação e Diagramação:

Economista Enoisa Veras (enoisa@hotmail.com)

Revisão: Economista Zilneide O. Ferreira

(zilneide@terra.com.br)

Projeto Gráfico: MHeN

Jornalista Responsável: Prof. Dr. Laerte Magalhães

Endereço para Correspondência:

Universidade Federal do Piauí - CCHL - DECON

Campus Ininga - Teresina-PI - CEP.: 64.049-550

Fone: (86) 3215-5788/5789/5790 - Fax.: 86 3215-5697

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Gráfica UFPI



Números anteriores das publicações do Curso de Economia - **Informe Econômico e Texto de Discussão** -, e informações sobre o referido Curso, encontram-se no *site* da UFPI, na página do DECON: www.ufpi.br/economia

